

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

NOVA JAGUARIBARA: REPRESENTAÇÕES SOBRE O MODO DE VIDA URBANO

MILENA MARCINTHA ALVES BRAZ

FORTALEZA, 2005

MILENA MARCINTHA ALVES BRAZ

NOVA JAGUARIBARA: REPRESENTAÇÕES SOBRE O MODO DE VIDA URBANO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), em cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Profa. Dra. Sulamita de Almeida Vieira

FORTALEZA, 2005

**NOVA JAGUARIBARA: REPRESENTAÇÕES SOBRE O MODO DE VIDA
URBANO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA EM 13 DE MAIO DE 2005

BANCA EXAMINADORA:

Dra. Sulamita de Almeida Vieira (UFC)
Orientadora

Dra. Irllys de Alencar Firmo Barreira (UFC)
Examinadora

Dra. Adelita Neto Carleial (UECE)
Examinadora

FORTALEZA, 2005

Com carinho, ao meu companheiro Airton e aos meus filhos Eduardo e Vinícius,
luzes na minha vida, **DEDICO.**

AGRADECIMENTOS

É muito nobre e bonita a idealização de um projeto intelectual, portanto, torná-lo exequível é um empreendimento que demanda muita disposição e coragem.

O caminho da vida acadêmica não são somente flores, mas problemas de várias naturezas se apresentam e principalmente para aqueles que se aventuram em um campo de pesquisa distante de casa.

Meu trabalho foi viabilizado em primeiro lugar pela ajuda sempre presente de Deus em minha vida e dos “anjos” que ele enviou nas horas certas para me ajudar.

E as esses “anjos”, agradeço:

A minha mãe que dedicou anos de trabalho para sustentar e educar a mim e meus três irmãos, e mais tarde pelo seu zelo e paciência com meu filho nas minhas ausências.

Aos meus irmãos: Jáci Mário, Mara Cinthia e Mônica pela ajuda na leitura de textos, transcrição de fitas e ainda, às vezes tomarem conta dos seus sobrinhos, meus filhos.

À tia Paty, pelo incentivo e interesse no processo de confecção do meu trabalho.

À amiga Ieda Prado, pela sua companhia na minha vida acadêmica desde a graduação até o Mestrado, sua paciência e disponibilidade para me receber em sua casa, ler meus textos, ouvir minhas lamentações em momentos de aflição; sua ajuda foi imprescindível ao meu sucesso acadêmico.

Às amigas Maria Barros e Telma, pelo carinho e por orações a mim dispensadas para a conclusão do meu trabalho.

Aos funcionários da secretaria do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFC, Aimberê e Socorro, pela paciência nas informações e serviços prestados.

Aos meus Mestres da UNIFOR, Francisco Moreira, Pedro Albuquerque, Elsa Lans, Vera Lúcia, Preciliana Barreto, Rosângela e Domênico (in memorian), que me ajudaram na apreensão dos conhecimentos acadêmicos preciosos.

Em especial à professora Adelita Carleial (UECE), que pacientemente me ajudou na elaboração do projeto de mestrado e, ainda, por sua preciosa contribuição ao meu trabalho, como integrante da banca, por ocasião da defesa do projeto.

Ao professor Casemiro Campos (UNIFOR), meu orientador de monografia, que me incentivou na pesquisa científica e na vida acadêmica. Diria que sua contribuição foi essencial para chegar onde estou hoje, pois ele não só me iluminou com a possibilidade de cursar uma pós-graduação, como participou desde o início da construção do meu projeto de pesquisa.

À Célia Guabiraba, do Instituto de Memória do Povo Cearense – IMOPEC -, por sempre que necessário me receber e fornecer informações ao meu trabalho.

Aos colegas de turma da UFC: Irapuan, Clodson, Camila, Leila, Maria Sousa, Giovana, Cida, Ramon, Patrício, Maria Rodrigues e Paulo, pelas “dicas” oportunas, durante nossos encontros.

Em especial à Maria Rodrigues, à Leila e ao Patrício, por terem sido meus amigos mais presentes, pacientes e carinhosos comigo.

Aos professores do departamento de Ciências Sociais/UFC: Alba Pinho – por me deixar participar dos seus “Seminários Teóricos Metodológicos” - César Barreira e Glória Diógenes por me aceitarem como aluna especial em suas aulas.

À professora Sulamita, pela paciência e carinho com que me tem recebido e, principalmente, pelas contribuições teóricas e metodológicas indispensáveis à conclusão desta dissertação.

À professora Irllys Barreira, pelas sugestões dadas por ocasião da defesa do projeto, que ajudaram no direcionamento do meu trabalho.

À Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa – FUNCAP - pela concessão da minha bolsa de estudos e às funcionárias, Eleni e Leuda, pela delicadeza e presteza nas informações por mim solicitadas.

A todos os moradores de Jaguaribara, pelas informações e entrevistas concedidas, em especial Neném Pitú, Sandra e Rosa Queiróz, por me acolherem em suas casas. A Liliane, Secundina, Arthur e Socorinha, pela companhia nas minhas andanças.

Ao Agnelo, jaguaribarense e meu amigo desde a graduação, que me abriu as portas para pesquisar em Jaguaribara e Nova Jaguaribara.

RESUMO

O presente trabalho resulta de uma pesquisa de campo empreendida em Nova Jaguaribara-CE, cidade projetada e construída pelo Governo do Estado do Ceará como alternativa para reassentar a população deslocada de Jaguaribara (município histórico e com grande zona rural), devido à construção da Barragem do Castanhão. Busquei nessa investigação compreender as representações dos moradores sobre o modo de vida na cidade planejada, pois devido ao novo modelo, formas de sociabilidade diversas daquelas que os moradores estavam habituados passaram a existir. Diante do exposto, a intenção foi compreender como o modo de vida dos moradores foi alterado no contexto da nova configuração urbana. Para descrever e analisar tal problemática reuni dados qualitativos, colhidos por meio de entrevistas semi-estruturadas, gravadas com moradores locais; de conversas informais e de observações registradas em diário de campo. Analisei ainda, documentos oficiais do governo do Estado sobre o projeto da Barragem e da nova cidade, bem como recortes de jornais sobre o assunto. Nos relatos analisados está presente a percepção dos entrevistados acerca da cidade planejada, que oscila, entre elogios à estrutura ampla e moderna do espaço e a insatisfação por terem que conviver com pessoas “de fora” que transitam pela cidade. Outros entrevistados se referem a problemas, como: vizinhança, sobrevivência, limpeza urbana, estética e distância espacial.

Palavras-chave: Representações Sociais. Modo de vida urbano. Sociabilidade.
Reassentamento.

ABSTRACT

This work results from a field research undertaken in Nova (New) Jaguaribara, a city designed and built by the state government of Ceará as an alternative to resettle the displaced population of Jaguaribara (a historic city with a large rural zone) due to the construction of The Castanhão Dam. This investigation sought to understand the representations of residents about the way of life in the planned city. This is because the new model has brought new forms of sociability, different from what the residents were accustomed. Given the above, the intention was to understand how the lifestyle of the residents has changed under the new urban configuration. To describe and analyze this problem, I gathered qualitative data collected through semi-structured interviews, recorded with local residents, informal conversations and observations recorded in field journal. Also researched official documents of state government on the Dam project and the new city as well as newspaper clippings on the subject. We can find in the reports analyzed the views of respondents about the planned city, ranging from praise to the large and modern structure, to dissatisfaction about having to live with "outsiders" that move around the city. Other respondents referred to problems such as: neighborhood, survival, urban sanitation, aesthetics and spatial distance.

Keywords: Social Representations. Urban way of life. Sociability. Resettlement.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O PERCURSO METODOLÓGICO: DELINEANDO O ITINERÁRIO DA PESQUISA	18
2.1 AS IDAS E VINDAS AO CAMPO DE PESQUISA.....	19
2.2 UMA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA.....	24
3 CONHECENDO JAGUARIBARA: ESPAÇO FÍSICO E SOCIAL	26
3.1 A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DA CIDADE.....	33
3.2 A CIDADE ALAGADA.....	35
4 A BARRAGEM CASTANHÃO: IMPLANTAÇÃO DO PROJETO E PARTICIPAÇÃO POPULAR	37
4.1 NEGOCIAÇÕES E DIVERGÊNCIAS: OLHARES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM.....	47
4.2 A LUTA DOS MORADORES: UM RESGATE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS.....	54
5 NOVA JAGUARIBARA: PLANEJAMENTO E SOCIABILIDADE	59
5.1 A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS NA NOVA CIDADE.....	64
5.2 ENTREGA DA CHAVE, MUDANÇA E INAUGURAÇÃO.....	68
6 “GAIOLA BONITA NÃO DÁ DE COMER A PÁSSARO”	71
6.1 AS CONTRADIÇÕES DA CIDADE: O FOGAREIRO A LENHA E SANDÁLIA PARA IR AO MERCADO.....	71
6.2 “TEM A CASA, MAS NÃO TEM A SOBREVIVÊNCIA”.....	84
7 “HABITAR RURAL”	90
7.1 O MODO DE VIDA NO “HABITAR RURAL”.....	92
7.2 AS INVENÇÕES DA CIDADE.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	102
REFERÊNCIAS	105

1 INTRODUÇÃO

O homem chega já desfaz a natureza,
Tira a gente põe represa, diz que tudo vai mudar.
O São Francisco lá prá cima da Bahia,
Diz que dia menos dia vai subir bem devagar.
E passo a passo vai cumprindo a profecia
Do beato que dizia que o sertão ia alagar,
O Sertão vai virar mar, dá no coração,
O medo que algum dia o mar também vire sertão...

Trecho da música *Sobradinho* (Sá e Guarabira)

“O Sertão vai virar mar, dá no coração”. Este trecho da música de Sá e Guarabira nos fala da construção da Barragem de Sobradinho, na Bahia; da ação do homem sobre a natureza, mais especificamente na ação governamental que, através de projetos de recursos hídricos, constrói represas em locais de moradia e trabalho e, para tanto, desloca populações que residiam no local, mudando toda a vida dessas pessoas.

No sertão do Ceará esta estória se repetiu e, novamente, a população de uma cidade inteira e de parte de um município foi deslocada para um novo espaço, devido ao alagamento que a barragem do Castanhão (hoje Padre Cícero) ¹ causou ao local em que moravam anteriormente. Este estudo versa sobre o modo de vida na cidade planejada, interpretada a partir das visões de moradores entrevistados. O lócus da pesquisa é Nova Jaguaribara, cidade projetada pelo governo do Estado do Ceará para abrigar os habitantes da sede municipal de Jaguaribara, do distrito de Poço Comprido e de outras áreas rurais, do mesmo município, cujas terras de moradia e de trabalho foram inundadas pelas águas da referida barragem. É sobre a mudança na vida dessas pessoas que descrevo e analiso nesta dissertação. A seguir, passo a descrever a trajetória feita por mim, para chegar ao este objeto de estudo, bem como descrevo a trajetória da pesquisa.

Tomei conhecimento de que a cidade de Jaguaribara, localizada na região do Médio Jaguaribe, no sertão do Ceará, seria inundada pelas águas do açude Castanhão, pela grande imprensa, em matérias de jornais, TV e rádio.

¹ A barragem do Castanhão é uma obra constante no Plano de Recursos Hídricos do Estado do Ceará; situa-se no sudoeste do povoado de Castanhão, na região denominada Boqueirão do Cunha, município de Alto Santo, no Estado do Ceará. A Lei No 10.596, de 11 de dezembro de 2002, da Presidência da República, denominou “Barragem Padre Cícero”, a “Barragem do Castanhão”.

Desde 1998, quando cursava a disciplina “Sociologia Rural”, na Graduação em Ciências Sociais, da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), comecei a acompanhar, detidamente a problemática dos moradores daquele lugar, questionando a necessidade da mudança e buscando compreender como seria o deslocamento da população jaguaribarense para a nova cidade. Os moradores seriam transferidos de uma cidade construída historicamente, que faz parte do cotidiano daquelas pessoas, que tem uma tradição, para outro lugar, recém-construído, portanto, vazio de sentidos e de memória.

No início do ano 2000, participei de um Seminário promovido pela Universidade de Fortaleza sobre a construção do açude Castanhão, na ocasião assisti diversos debates, envolvendo os cursos de Engenharia Civil, Arquitetura e Ciências Sociais. Este evento antecedeu uma viagem ao canteiro de obras da barragem e à cidade de Jaguaribara, realizada nos dias 25 e 26 de maio de 2000. Esta ida a campo constituiu-se numa oportunidade para conhecer as obras da barragem e conversar com alguns moradores, no sentido de compreender suas representações a respeito do deslocamento para outra cidade, um assunto que eu só conhecia através de terceiros ou pela mídia. Durante aqueles dois dias, o contato com a população de Jaguaribara despertou-me sentimentos, nunca antes experimentados, que se tornaram um emaranhado de interrogações. Percebi a tristeza com que aquelas pessoas se referiam à possível perda de suas raízes. Isto me instigou a questionar também sobre a compreensão que os moradores tinham do seu modo de vida cotidiano, levando em consideração o espaço físico e simbólico, este último carregado de significados, referentes às suas vidas, às suas identidades. Observe-se a seguir, dois relatos de jaguaribarenses, que lamentam deixar o local de habitação:

(...) Eu nasci e me criei nesse município e sinto tristeza quando falam sobre este assunto da barragem. Quando eu penso que vou sair do lugar onde nasci e me criei sem saber pra onde ir... Tenho meus pais, meus avós, todos enterrados no nosso cemitério. Pensar que vão ficar todos debaixo d'água. Sinto dentro de mim uma tristeza enorme.²

(...) destrói, quando a gente lembra de derribar uma casa, como essa minha, e outras muitas, e a igreja, a gente imaginar uma igreja dessa, vê uma máquina entrar numa ponta e sair noutra, eu acho que todo mundo fica emocionado aí é mais ruim, né? (ENTREVISTADA 2).

Munida desses depoimentos que convergem para um sentimento de tristeza em relação à perda do espaço, foi que procurei conhecer mais profundamente aquela realidade, compreender as angústias das pessoas frente à ameaça de deixar suas raízes, sua identidade

² Entrevista retirada do livro Jaguaribara: Resistindo e Vivendo (IMOPEC:1995)

cultural, seu campo de atuação. Percebi que a reação da população, diante da transferência, era tanto de resistência, quanto de esperança em recriar seu modo de vida na Nova Jaguaribara, cidade planejada para receber os desalojados, ou seja, área de reassentamento proposta pelo Governo do Estado.

Durante minha pesquisa,³ o fato tão temido pela população, a mudança, ocorreu⁴. Após todos os moradores transferidos, Jaguaribara foi destruída por tratores: todas as casas, a igreja, as praças, o mercado, etc. A destruição da cidade, foi registrada em vídeo produzida pelo Instituto de Memória de Povo Cearense - IMOPEC, através de relatos de moradores que relembram sobre a vida na cidade antiga e comentam sobre as expectativas que alimentam em relação ao novo espaço. Outra forma de preservar a memória da cidade foi a constituição de um acervo de fotos e utensílios do município reunidos na Casa da Memória que foi construída em Jaguaribara e posteriormente transferida para a nova cidade.

Em Nova Jaguaribara, as casas se assemelham àquelas de conjuntos habitacionais existentes nas grandes cidades: quadras bem definidas, casas planejadas com pouca variação nos modelos. Possui ainda, ruas pavimentadas, avenidas sinalizadas, aeroporto, infraestrutura de água e esgotamento sanitário, energia elétrica, telefonia, portanto, equipamentos urbanos existentes nas metrópoles. E, como toda cidade planejada, os seus espaços têm uma funcionalidade definida. Observei que na referida cidade, por ocasião de uma visita após a mudança da população (agosto/2001), que as calçadas ainda não tinham se efetivado enquanto espaços de socialização dos diversos atores sociais, antes, eram locais desabitados e de poucos encontros.

Nas visitas subsequentes, ao longo do ano de 2003 e posteriormente em 2004, as calçadas começaram a adquirir seu papel como lugar de interações entre os vizinhos, pois os mesmos passaram a colocar novamente as cadeiras de balanço calçadas ao entardecer estendendo-se até o início da noite, neste caso, reproduzindo um hábito antes desenvolvido na Jaguaribara antiga. O retorno desta atividade demonstra uma ressocialização entre os vizinhos que, na maioria dos casos não são os mesmos do espaço anterior, devido a um necessário ordenamento para a acomodação de todos na nova cidade. Entretanto, vale ressaltar que a prática ainda é restrita a alguns espaços, como exemplo no Bairro Mutirão, nesta extensão as casas são conjugadas, o que facilita a interação entre os vizinhos por meio de conversas,

³ A trajetória da pesquisa encontra-se descrita no capítulo 2 deste trabalho.

trocas de ideias, enfim, a calçada aparece como espaço de interações sociais. Já na parte central da cidade, local das residências maiores, o clima ainda é de isolamento.

A observação acerca da reunião dos vizinhos nas calçadas é evidenciada nesta análise por considerá-las, assim como Silva (2004), um lugar importante de interação social, que comporta uma função que vai além de espaço de trânsito de pedestre, possibilitando também uma permanente socialização. Segundo Silva,

A calçada é um espaço extremamente necessário à satisfação de necessidades impostas pela urbanização. Ela exerce importante papel social na urbanidade expressa na socialização permanente dos diversos atores. Enquanto lugar de fluir, a calçada permite os mais diferentes fluxos. No que tange à fruição a calçada é lugar social, é espaço vivido por excelência onde o ser e estar na cidade se realiza. (JORNAL O POVO, 16/05/2004).

Sendo as calçadas o espaço vivido onde se difundem informações, tomam-se decisões coletivizadas, consolidam-se valores, etc., essa função ainda não se consolidou totalmente na nova cidade. Na área central da cidade as pessoas trocaram as cadeiras de balanço nas calçadas – que era característico da antiga cidade – por cadeiras nas áreas, lembrando que a existência de muros está dificultando a interação entre os vizinhos.

Na nova cidade, todas as casas foram construídas com um muro de aproximadamente 50 cm de altura. Mas na medida em que foram sendo habitados, esses imóveis passaram por algumas reformas, por iniciativa dos seus respectivos donos, e a reformulação mais comum percebida foi o aumento dos muros. Essa alteração serviu como parâmetro para classificar os moradores, para diferenciá-los economicamente. Em uma entrevista realizada por mim com um morador da cidade esta diferenciação foi expressa com naturalidade: “Você pode olhar, quem ainda não levantou os muros é porque não tem dinheiro.” (ENTREVISTADO 5).

Percebe-se na fala do entrevistado considerações acerca de diferenças sociais. A remodelação das casas aparece como símbolo de *status* no novo espaço, fazendo com que o entrevistado perceba aqueles que ainda não reformularam seus imóveis como sendo destituídos de poder aquisitivo.

Ainda em referência à modificação na arquitetura e no uso das casas: os moradores estão remodelando-as e também as permutando ou desocupando para venda ou aluguel e

⁴ No capítulo 5 desta dissertação descrevo a mudança da cidade.

construindo outras nos fundos dos terrenos de familiares ou comprados de outras pessoas. Percebe-se a dificuldade da Prefeitura do Município, em manter a estrutura inicial da cidade, considerando as alterações que os moradores estão efetuando no seu lugar de moradia. O poder público local tem procurado preveni-los quanto aos problemas futuros, já que ao construir em terreno de fundo, a escritura continua sendo do dono da casa, ficando aquele agregado na condição de dependente. O trecho de uma entrevista que me foi concedida por uma religiosa local revela elementos desta preocupação:

(...) aí veja a situação, o que eles fazem: constrói casas no fundo da casa do outro, que não vai ter direito à escritura, porque tem um Plano Diretor, o lote mínimo para escritura é 12x 30 metros. Então, quem tá vendendo fundo de quintal e quem está construindo- a escritura - o direito é do da frente, o outro fica sem nada; é um problema seríssimo que tá acontecendo. (ENTREVISTADA 7).

O planejamento expresso no Plano Diretor da cidade orienta sobre as regras que disciplinam o uso do espaço coletivo, das casas, mas a população tende a alterar essas normas, contrariando assim as regras constantes no Plano. Sobre a temática, nos esclarece De Certeau (1994), quando conceitua cidades planejadas. Segundo o autor, nas cidades, a população tende a transformar seu espaço de convivência em algo contextualizado com sua visão de mundo, não aceitando, às vezes, o local já fabricado, pronto para habitar:

Hoje sejam quais forem os avatares desse conceito, temos de constatar que se, no discurso, a cidade serve de baliza ou marco totalizador e quase mítico para as estratégias sócio-econômicas e políticas, a vida urbana deixa sempre mais remontar àquilo que o projeto urbanístico dela excluía. A linguagem do poder se “urbaniza”, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico. (p. 174).

É sabido que, em cidades planejadas, existe uma racionalização no uso dos espaços, sendo uma das características a construção de casas padronizadas, variando muito pouco nos modelos. No caso de Nova Jaguaribara, a variação é de cinco tamanhos (50, 75, 100, 125 e 150m²) e três modelos (A, B e C). Os moradores da cidade que vieram de diferentes lugares - sede do município, distrito, zona rural, pequenos povoados - estão habituados a formas de vidas diversas dessas ditadas pelo planejamento. E assim, os moradores tendem a adequar a cidade às suas visões de mundo, transformando o seu local de habitação em algo mais próximo dos seus interesses.

Nas investigações realizadas, busquei compreender representações dos moradores a respeito dos seus modos de vida na cidade planejada. Para tanto, estudei a divisão espacial na nova cidade e as diferentes interações sociais construídas/reconstruídas quotidianamente nesse espaço. Assim, construí minha interpretação das visões dos moradores entrevistados.

Dividi este trabalho em sete capítulos, sendo que o primeiro capítulo coincide com esta introdução, no segundo capítulo relato sobre os procedimentos metodológicos, descrevendo o processo de investigação, desde a fase exploratória até a final. Abordo as idas e vindas ao campo, bem como todo o trabalho e imprevistos surgidos durante a pesquisa.

O terceiro capítulo versa sobre Jaguaribara, abordando aspectos do seu espaço físico; relações sociais tecidas no cotidiano dessa cidade; equipamentos públicos, e, ainda, dimensões da sua cultura, religiosidade e práticas sociais.

O quarto capítulo trata do histórico da Barragem do Castanhão, resgatando sua origem histórica, a mobilização da população para protestar contra a construção e reivindicar direitos na nova cidade.

O quinto capítulo se volta para Nova Jaguaribara, abordando o planejamento urbano, os espaços da cidade, e acontecimentos que antecederam a mudança, como: a entrega das chaves, a transferência da população e a inauguração. Neste capítulo encontra-se ainda a “Casa da Memória”, equipamento social criado para resguardar a memória jaguaribarense.

O sexto capítulo aborda as relações de vizinhança e analisa representações dos moradores sobre as suas vivências no novo espaço planejado, fazendo alusão a aspectos como: a dificuldade de sobrevivência, as distâncias e os moradores “de fora”.

O sétimo capítulo trata de representações sociais dos moradores da zona rural que foram reassentados na cidade. Examino aspectos relacionados aos espaços de moradias, evidenciando as relações sociais construídas através das estratégias de sobrevivência, relações de vizinhança e novos itinerários realizados na cidade.

2 PERCURSO METODOLÓGICO: DELINEANDO O ITINERÁRIO DA PESQUISA

Esta pesquisa de campo teve início em maio de 2000 quando ainda na graduação fiz uma visita às obras da barragem do Castanhão, à cidade de Jaguaribara, e à Nova Jaguaribara, esta à época, em fase de construção. Dessa visita, resultou uma descrição etnográfica, orientada pela professora Adelita Carleial⁵. Após essa ida a campo, passei a acompanhar a problemática da população de Jaguaribara através da grande imprensa, jornais, revistas, TV e rádio.

Retornei à cidade várias vezes, sendo recebida pela família de Agnelo⁶. Nas idas à cidade, fui criando laços com esta família e minha permanência no local independia da presença do meu amigo lá. Nessas oportunidades, eu ia coletando informações, fazendo anotações em diário de campo e entrevistando moradores. Durante este período, conheci alguns jaguaribarenses, amigos do referido colega, que gentilmente me acompanhavam nas visitas às casas e faziam questão de me apresentar: “esta é Milena, amiga de Agnelo e está aqui realizando um trabalho da faculdade”. Assim, a minha apresentação por conhecidos dos entrevistados, facilitou o acesso a estes.

Na pesquisa de campo, por diversas vezes, segui sozinha. Eventualmente, fui acometida por momentâneas sensações de medo e insegurança, como, por exemplo, na ocasião em que estava com dois colegas fazendo andanças pela cidade, e quando domingo à tarde eles tiveram que retornar à Fortaleza, eu os acompanhei até a praça e, logo que saíram e fiquei sozinha, me dei conta da árdua tarefa de um pesquisador, da coragem que temos que ter para deixar a família, os filhos, e ir para longe, em busca dos “personagens certos”, das peças certas para o nosso “quebra-cabeça”. Às vezes sentia uma tristeza e uma vontade de ir embora. Sempre que isso ocorria questionava o resultado desse empreendimento.

Na ocasião referida, para espantar esses pensamentos fui à casa de Socorrinha – moradora de Jaguaribara que sempre se dispôs a me ajudar – solicitei que ela caminhasse comigo pela cidade, pois eu precisava conhecer mais sobre o município e os seus habitantes.

⁵ No período, professora da disciplina Planejamento Urbano e Regional do curso de Ciências Sociais da Universidade de Fortaleza - UNIFOR.

⁶ Agnelo Queiroz, nesse período, cursava graduação em Ciências Sociais na UNIFOR e residia em Fortaleza, mas seus familiares continuaram morando no município de Jaguaribara.

Assim, fomos inicialmente ao cemitério, depois à casa de Dona Neném Pitú, uma moradora já idosa, que segundo moradores, tinha muito conhecimento acerca da história do município. Neste momento, gravei o seu relato, mas a senhora não se mostrou disposta a conversar, entretanto, me convidou a retornar a sua residência, o que fiz em outras ocasiões.

Continuando o percurso no município, fomos ao marco histórico de Tristão Gonçalves⁷; atravessamos uma passagem molhada⁸ sobre o Rio Jaguaribe e seguimos a pé, por três quilômetros de barro vermelho; chegando lá, pedimos autorização ao dono do sítio, local onde se encontra erigido o símbolo. Entre registros fotográficos e conversa com o casal dono do terreno fui reconstituindo a história do líder da Confederação do Equador. Quando retornamos para a parte central da cidade, onde eu estava hospedada já estava anoitecendo.

Minhas incursões em busca de conhecer mais sobre o lugar não se restringiram à sede do município; visitei uma localidade denominada Alagamar, onde estava sendo construído o projeto de reassentamento, Novo Alagamar, destinado a abrigar após a construção da barragem àqueles que moravam naquela zona rural. Além da caminhada em toda a extensão do referido projeto, conheci outros espaços, o que exigiu um grande esforço físico, pois todo o percurso foi realizado a pé.

Na manhã seguinte à chegada ao Alagamar, acordei cedo, não tão cedo quanto os meus hospedeiros, que levantaram ainda “com escuro”, pois era uma prática comum no local. Durante o café da manhã, fomos combinando o nosso trajeto do dia, ou seja, a que espaços e residências eles iam me levar a conhecer; não posso deixar de ressaltar as tapiocas com côco, feitas na hora por D. Rosa, que eram deliciosas.

Seguimos em primeiro lugar para a Caatinga, nome do local em que estava sendo construído um dos projetos de irrigação⁹. Caminhamos por uma estrada de areia e durante o percurso D. Rosa ia explicando o que sabia sobre o Projeto de Reassentamento¹⁰ do Governo.

⁷ Ver mais no capítulo 2, “Conhecendo Jaguaribara”

⁸ É uma passagem de concreto por dentro do leito do rio, com revestimento inferior e taludes suaves do trecho da passagem. (www.mma.gov.br)

⁹ O citado projeto, até a data de conclusão da pesquisa, agosto/2004, não estava concluído. A localidade de Alagamar já se encontrava inundada e as pessoas haviam sido acomodadas, provisoriamente, em casas de madeira.

¹⁰ Reassentamento, segundo a Secretaria de Recursos Hídricos, é o conjunto de ações com o objetivo de assegurar que a população deslocada pela construção de qualquer obra hídrica seja beneficiada por ela. Ver em www.srh.gov.ce.br

O seu grande conhecimento sobre o projeto era oriundo da sua participação enquanto membro do Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) e, segundo ela:

As pessoas que receberam indenizações superiores a onze mil reais, não tiveram direito a um lugar no Projeto, cabendo a estas a decisão de onde morar. As demais pessoas que receberam indenizações menores que o valor acima referido e aquelas que residiam em terras cedidas, foram cadastrados para o reassentamento no projeto. (DONA ROSA).

As informações surgiram enquanto caminhávamos; foi quando avistamos o primeiro reservatório já construído e, saindo dele, uma galeria de concreto percorrendo grande extensão da caatinga, e dezenas de casinhas destinadas a colocar os motores que servirão para irrigação. Seguimos até o segundo reservatório onde existiam alguns trabalhadores terminando de cercar o local. Do alto da chapada dava para avistar grande parte do Alagamar.

Seguimos de volta, agora por um caminho feito por dentro do mato, nas terras de D. Rosa. Nesse trajeto ela relembrou parte de sua vida, recordações de sua infância e relatos mais detalhados sobre sua vivência no Alagamar, falou do seu apego às terras, ao rio que passa no local, e de seu sofrimento com a perda de sua terra. D. Rosa é mulher muito “batalhadora”, percebe-se pela sua história de vida, tanto particular como coletiva, pois enquanto integrante do MAB, luta para que a perda do espaço não cause tanto prejuízo aos moradores. A sua história de vida particular tem em comum com a história de muitos jaguaribarenses, “a tristeza por deixar seu lugar de origem para residir em outro local”.

Ao retornar da visita ao projeto, outro compromisso me esperava: entrevistar Valdo Oliveira, líder comunitário e representante do MAB naquela região. Novamente retomei a estrada e segui até a casa dele. Em contato com o informante gravei toda a conversa, pois foram muitas informações no mesmo dia, não daria conta de anotar e poderia perder informações preciosas. Quando terminou a entrevista já era meio dia, então voltei para casa onde eu estava hospedada para almoçar e descansar um pouco antes de partir para outras investigações. Neste último percurso fui acompanhada por Artur, neto de D. Rosa, uma criança de nove anos, que me encantou pela sua beleza e inteligência.

O próximo ponto a conhecer foi rio do local - parte do Rio Jaguaribe – realizamos o trajeto a pé, percorrendo cerca de 6 km para ida e volta, nesta caminhada aprendi mais ainda sobre a história do lugar e a importância do rio para a sobrevivência de lavadeiras e pescadores. Após conhecer os espaços e parte da história do Alagamar, retornei à sede do

município visitar outros locais como: às casas, às calçadas, às praças, o rio Jaguaribe, à Congregação Cordimarianas¹¹, à Casa da Memória, à Casa Paroquial, à igreja, à Prefeitura, etc. Observei diversas formas de sociabilidades produzidas nesses espaços, sejam com familiares, vizinhos ou conhecidos. Neste momento, mantive várias conversas informais e anotava a fala de alguns. No início fiz poucas entrevistas gravadas.

Das andanças no Alagamar, muita informação foi coletada por mim sobre o dilema da população acerca da mudança do local de moradia, trabalho e lazer. Essas informações, juntamente com aquelas colhidas na sede do município, foram vitais para a construção do meu projeto de pesquisa, já que neste período estava em fase de pesquisa exploratória, que ocorreu de maio de 2000 a outubro de 2001.

Nessa pesquisa exploratória, passei por diversas situações que me faziam, a todo momento, questionar a escolha do ofício de pesquisadora. Gostaria aqui de ressaltar algumas situações como: encontrar cobras, passar entre muitas vacas, e o pior, passar por um rapaz andando tranqüilamente com um revólver na mão, ele olhando para mim, e eu sem conseguir tirar os olhos dele, lembrando-me das histórias sobre os “pistoleiros do vale do Jaguaribe”; e o medo nas estradas escuras, iluminadas somente pelas estrelas.

2.1 AS IDAS E VINDAS AO CAMPO DE PESQUISA

Continuei minha pesquisa no início de 2002, quando fui admitida no Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará - UFC. Nesse momento, de posse dos dados recolhidos em campo desde a fase exploratória, visitei órgãos federais e estaduais ligados ao projeto: DNOCS, SEINFRA, IDACE, SEAGRI¹², onde tive acesso a documentos e informações para complementar as informações colhidas no município. Na ocasião, visitei também o Instituto da Memória do Povo Cearense – IMOPEC¹³ - que realizou um trabalho em Jaguaribara para a preservação da memória popular. Desde então, acompanho o material

¹¹ A Congregação das Filhas do Coração Imaculado de Maria chegou ao Ceará em 1937, fundando a primeira comunidade em Russas. Com o passar dos anos, a congregação foi criando novos núcleos em vários outros municípios, até que em 1979 funda em Jaguaribara a comunidade "Pequena Fraternidade".

¹² Departamento Nacional de Obras de Combate à Seca, Secretaria de Infra Estrutura do Estado, Instituto de Desenvolvimento Agrário e Secretaria de Agricultura.

¹³ Segundo folder explicativo do IMOPEC, "A Missão do Instituto da Memória do Povo Cearense é estimular o resgate e a atualização da memória do povo cearense em sua diversidade e contribuir para a construção de suas identidades como sujeito histórico".

produzido por esta Organização Não Governamental sobre Jaguaribara e outros municípios do Ceará, dentre o material destaco os periódicos “Jornal Raízes” e “Propostas Alternativas”.

Com a mudança da população de um espaço a outro em meados de 2011, também mudei meu campo de pesquisa do antigo município para Nova Jaguaribara. Para tanto, participei, desde o evento de entrega das chaves (julho/2001), onde gravei as falas pronunciadas na solenidade, até visitas esporádicas aos finais de semana - ou permanência no local de no máximo sete dias - no decorrer dos anos de 2002, 2003 e 2004. Nessas incursões em campo, fiz observações, anotações e entrevistas gravadas.

As idas a campo na nova cidade se constituíram numa experiência enriquecedora, na medida em que me possibilitaram compreender formas de sociabilidade produzidas nesse novo espaço e descobrir representações que os diversos atores têm do seu espaço social. Facilitou, também, a compreensão sobre as dificuldades surgidas no trabalho de pesquisa. Durante o contato com os informantes, encontrei aqueles satisfeitos em fornecer informações gravadas; outros, porém, me concederam sua atenção, contanto que eu não utilizasse o gravador; ouvia-os atentamente e depois anotava alguns trechos importantes e que minha mente tinha registrado.

Realizei várias caminhadas na cidade, observando os diversos espaços, registrando de maneira etnográfica. Eram tantas diferenças e relação ao espaço anterior que eu percebia durante as caminhadas que, em alguns momentos, utilizei o gravador para registrar através da minha fala todas as percepções, temendo perder algum detalhe naquela infinidade de dados que a cidade apresentava.

Na exploração do novo espaço, não restringi a investigação somente a observação, mas principalmente interroguei os moradores sobre a visão deles em relação à vida na nova cidade. Geertz (1978) afirma que a antropologia tem como proposta a ampliação do discurso humano, daí a importância em privilegiar a voz dos moradores na pesquisa. Assim, foi o que fiz, busquei nas falas dos moradores transferidos conhecer sobre suas visões de mundo acerca do espaço habitado na nova cidade.

O registro das falas que transcrevo a seguir facilitou a percepção das representações das pessoas sobre o novo espaço; existem aqueles satisfeitos com sua vida, sua casa e, mesmo

aqueles que reclamam das condições das casas localizadas no bairro Mutirão, reconhecem que não pagar aluguel no novo espaço constitui-se em uma vantagem em relação ao município anterior. “A nossa felicidade aqui é que nós ganhamos esse chiquerim no Mutirão, mas se não fosse, nós não tinha, se fosse pra pagar aluguel, nós passava precisão e grande”. (ENTREVISTADO 4). Na citação a seguir, a moradora não concorda com as pessoas que estão reclamando do novo espaço se mostrando satisfeita.

(...) Mas tem muita gente reclamando que ficou muito longe; é gente que não entende, que não compreende, lá é porque as casas era tudo conjugada uma com a outra, aqui é tudo separada, dividida, aí eu não tenho o que dizer não, eu não tenho o que dizer daqui. (ENTREVISTADA 2).

As duas percepções são simétricas em relação a uma visão positiva sobre o novo espaço. Embora visões discordantes em relação ao novo modo de vida sejam ainda apresentadas ao longo do trabalho, a ênfase aqui é na importância dos significados que os informantes têm dos espaços pesquisados, na interpretação deles acerca do local e das suas práticas; e não uma compreensão a partir da nossa concepção ou na comparação dos seus costumes com os nossos.

Sobre este assunto, nos fala Geertz (2000) que devemos, ao empreender um trabalho em campo, nos desprover de qualquer visão fechada acerca da cultura. Não podemos ter um parâmetro do que é correto ou não para os outros e sim interpretar o significado que eles dão a sua realidade, seja ela similar ou bem diferente da nossa. Ainda, sobre a ênfase na visão dos entrevistados, Gilberto Velho (1980:16) afirma: “Daí a importância de procurar perceber como os indivíduos da sociedade investigada constroem e definem a sua realidade, como articulam e que peso relativo têm os fatos que vivenciam”.

Outra questão relevante acerca do trabalho em campo é a dimensão ética da pesquisa, as questões delicadas que se apresentam no campo e que são analisadas por Geertz (2001:43), que chama a atenção para o “desequilíbrio entre a capacidade de revelar problemas e o poder de resolvê-los, por um lado, e a inerente tensão moral entre pesquisador e objeto, por outro”. Os entrevistados da minha pesquisa estavam muito interessados em saber em que eu poderia ajudá-los. E no contexto em que estava pesquisando - uma cidade nova, com uma nova vida para os moradores se adaptarem - me deparei com muitos desempregados, desorientados em relação aos serviços públicos, etc. Essas pessoas desejavam solução para os seus problemas. Mas enquanto pesquisadora eu não tinha condições de amenizar estes dilemas vivenciados pelos moradores.

Um exemplo sobre a necessidade de alguns moradores naquele momento da pesquisa é revelada durante uma entrevista com uma senhora, segundo a visão da mesma, o que faltava na nova cidade era uma lavanderia pública o que afirmou com muita ênfase, inclusive questionando se eu estava realmente gravando sua fala, pois ela queria que ficasse registrado. A senhora passou a me acompanhar na visita às suas vizinhas intervindo nas entrevistas ao solicitar que as outras mencionassem que a cidade precisava de uma lavanderia.

Os entrevistados criam uma expectativa acerca do trabalho do pesquisador, e há um paradoxo: enquanto, para nós, suas informações são muito importantes, não temos nada material para lhes oferecer. Eles, ao prestarem informações, estão de alguma forma querendo se “beneficiar”; mesmo aqueles que compreendem bem o objetivo da pesquisa esperam algum “benefício”. Presenciei alguns falando com orgulho para outras pessoas que eu iria escrever sobre eles em um livro, e para outros tive de enviar cópias das fotos. Este é um tipo de *troca* que existe na pesquisa.

No caso de Nova Jaguaribara e em outras pesquisas de campo, atuamos em meio a pessoas que necessitam de melhorias em suas vidas e, às vezes, somos percebidos como possíveis “benfeitores”, capazes de trazer melhoramentos para suas vidas, mas, também estamos naquele momento, solicitando sua ajuda e quase sempre somos atendidos.

Minha angústia se dava na própria relação com os informantes, pois enquanto questionava o assunto do meu interesse investigativo, estes não estavam passivos: eles indagavam sempre que possível, sobre o meu papel naquele lugar, o que poderia fazer de efetivo para ajudá-los e, nessa hora percebia quão frágil é a minha posição, pois efetivamente em termos prático nada tinha para lhes oferecer. Ouvi suas angústias, me emocionei com eles, mas nada podia fazer para amenizar seus sofrimentos.

Sobre essas angústias, retomo algumas conversas com jaguaribarenses na “antiga cidade”. Conversei com um casal de idosos, e logo percebi suas reações carregadas de emoção, ao responder sobre a mudança para a nova cidade. O entrevistado lamentou muito a desapropriação das famílias de Poço Comprido, distrito de Jaguaribara cuja área foi desapropriada antes da mudança da cidade. Ele achou que foi muito sofrimento para a população. Relatou que um conhecido seu, agricultor, teve sérias complicações de saúde porque queimaram seu roçado de milho. Portanto, o que marcou mais em sua fala, foi à

representação que demonstrou ter sobre a cidade nova: “é, temos que ir, né? Dizem que lá tem o progresso, mas progresso para velho é a morte”. (ENTREVISTADO 5). Já a sua esposa, estava mais preocupada em como iriam continuar criando seus porcos e galinhas, se a nova cidade não comportava tal atividade.

Em outra entrevista, o entrevistado falou de maneira ambígua sobre a mudança. Para ele, mudar seria bom, pois, quem não tinha casa ou possuía uma de taipa, ganharia uma casa de alvenaria. Mas, a mudança seria ruim, no sentido de que, lá as casas são afastadas e não ficariam tão perto dos vizinhos.

Outro entrevistado falou que a nova cidade seria muito boa para eles: “cidade moderna, tem homem moderno, com estudo, criam indústrias e dá emprego pra nós” (ENTREVISTADO 6). A sua interpretação consistia na esperança de conseguir um emprego na nova cidade. Porém, sua atitude era de incerteza: ora se alegrava por que iria ganhar uma casa de alvenaria, ora se entristecia por ter que deixar a cidade onde nasceu, cresceu, casou, criou seus filhos.

O registro dos relatos ao longo das minhas incursões serviu para esboçar a dinâmica seguida por mim, mostrando um pouco do tipo de dificuldades enfrentadas por pesquisadores diariamente, dificuldades essas, que mudam dependendo do contexto estudado, mas que sempre existem em um campo de pesquisa. Este estudo compreendeu uma investigação acerca das representações que os moradores têm da nova cidade e, também, a respeito das interações produzidas no novo espaço; ou seja, a compreensão do modo de vida na nova cidade interpretada a partir da visão dos moradores sobre a realidade local. A pesquisa se estendeu desde a fase exploratória, maio de 2000, até agosto de 2004.

Para esta análise, utilizei o método de pesquisa qualitativa, registrando dados em diário de campo, realizando entrevistas semi-estruturadas com os moradores locais, bem como conversas informais. Para auxiliar na investigação, utilizei documentos oficiais do governo do Estado sobre o projeto da barragem que incluía a construção da nova cidade, bem como recortes de jornais sobre o assunto.

2.2 UMA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA

Neste trabalho optei por lançar um olhar antropológico sobre as representações dos moradores a respeito dos seus modos de vida na cidade planejada, bem como acerca das interações construídas neste espaço. Busquei não apenas registrar a diversidade cultural do universo pesquisado, mas, antes de tudo perceber o significado das práticas sociais, dos comportamentos, compreendendo assim com Magnani (2000), esses comportamentos como: “experiências humanas – de sociabilidade, de trabalho, de entretenimento, de religiosidade – que só aparecem como exóticas, estranhas ou até mesmo perigosas quando seu significado é desconhecido”. (p. 18)

Os trabalhos antropológicos¹⁴ estudam nas diversas sociedades sobre como os indivíduos ou grupos sociais específicos compreendem e sistematizam o seu mundo social e natural. Dessa forma, segundo Velho (1989: 65), esse entendimento que os pesquisadores buscam acerca da percepção das pessoas sobre suas realidades sociais: “trata-se da verificação de que categorias são utilizadas, como se relacionam e hierarquizam, e os princípios que presidem esta organização”. Podemos compreender este estudo como uma análise de representações do universo pesquisado.

Em minha pesquisa utilizei um método de análise similar ao exposto anteriormente. Para tanto, recorro às bases teóricas que têm como autores Durkheim e Moscovici. Estes estudiosos, embora tendo noções diferentes sobre o tema “representações”, se complementam no sentido de que, o segundo faz sua teoria de “Representações Sociais” tomando como base as explicações do primeiro sobre “Representações Coletivas”.

A escolha pelo estudo das “representações sociais” dos moradores sobre o modo de vida na nova cidade se deu na medida em que esta categoria analítica me permitiu compreender fenômenos que, em nível de realidade, estão profundamente ligados à dimensão cognitiva, afetiva e social das pessoas.

¹⁴ Em um estudo sobre “representações” de classes médias em Copacabana, Gilberto Velho (1989) utiliza questionários e entrevistas, fazendo uma comparação entre proprietários e inquilinos do prédio estudado, e classificando os copacabanenses, quanto à época de chegada ao bairro, além de comparar suas opiniões com moradores de outro prédio, e de outros bairros. Seu objetivo é descobrir junto aos entrevistados a visão de mundo de cada grupo através das “representações”.

Vimos que o conceito de “representação social”, desenvolvido por Moscovici, tem sua fundamentação no conceito desenvolvido por Durkheim, de “representações coletivas”. Apesar disso, Moscovici não absorve por completo a teoria e explica que Durkheim revela o lado social da consciência, entretanto, não atinge a sua especificidade, reduzindo-o a um fenômeno unicamente social. “(...) na verdade, foi a necessidade de pensar a representação como ponte entre o mundo individual e social e compatibilizá-la com uma visão de sociedade em mudança constante, que levou à substituição da terminologia”. (MOSCOVICI *apud* SPINK, 1989:04).

Para Moscovici, a expressão “representação social” deve ser reservada à categoria especial de conhecimentos e crenças, principalmente àquelas que emergem na comunicação cotidiana dos atores sociais. Elas norteiam a ação do indivíduo na sociedade e dão significado à realidade da vida cotidiana.

Dessa forma, a noção de “representação social” parece apontar a forma como os acontecimentos “externos” incorporam-se à vida das pessoas, incidindo de modo decisivo no rumo dos acontecimentos, sendo, portanto, adequada para a compreensão da ressignificação do espaço social para a população de Nova Jaguaribara.

Gilberto Velho (1989), em seu estudo sobre representações do universo pesquisado adverte que, trabalhar com imagens é trabalhar com representações. Nesse sentido, seus conceitos de imagem e representação me ajudaram bastante. Segundo ele, representações dos moradores são:

Como eles se viam, como se situavam no mundo, como organizavam e classificavam a sociedade. Mais uma vez é preciso ressaltar a sua não autonomia como grupo. Eles não são, necessariamente, os geradores exclusivos dos símbolos e aspirações que norteiam suas estratégias de vida e decisões existenciais. (p. 87)

Dessa forma, o uso desta categoria de análise me propiciou a compreensão das “visões de mundo” dos informantes. Norteada pelo pensamento do autor, tomei visões esboçadas pelos moradores como esclarecedoras acerca daquilo que pensam sobre a nova cidade e, também das formas de interações desenvolvidas na cidade, sejam elas relacionadas à vizinhança, ao trabalho, ao lazer, etc.

3 CONHECENDO JAGUARIBARA: ESPAÇO FÍSICO E SOCIAL

Jaguaribara, cidade cearense - que hoje se encontra desabitada, destruída e alagada devido à construção da Barragem do Castanhão – localizava-se¹⁵ a 238 km de Fortaleza e era acessada pela BR 116 ou CE 262; ligava-se por uma estrada municipal a Jaguaretama através de uma passagem molhada no Rio Jaguaribe. O município possuía uma área de 731 Km² e limitava-se ao Norte com o município de Alto Santo, ao Sul com o município de Jaguaribe, a Leste com o município de Iracema e a Oeste com o município de Jaguaretama. Jaguaribara situava-se à margem direita do Rio Jaguaribe.

Na área nobre da cidade ficavam as casas maiores, as quais apresentavam variações de formas e requintes arquitetônicos. As demais residências possuíam características semelhantes, fachadas sem recuo, conjugadas, com suas janelas e portas diretamente nas calçadas, telhado alto, corredor, e banheiro no quintal ou próximo à cozinha. A variação se expressava nas cores ou em detalhes elaborados por seus moradores. Vale ressaltar que, nos últimos anos da existência de Jaguaribara, os imóveis tinham cores opacas, vítimas da ação do tempo, e não eram restaurados, devido à expectativa da mudança. Assim, mesmo aqueles moradores que tinham vontade e poder aquisitivo para realizá-la, não faziam mais reformas ou reparos em suas casas.

Durante a pesquisa, numa conversa sobre a mudança de cidade, um comerciante falou que desejava que a mudança ocorresse logo, pois “desde que começou as obras do açude, o comércio local parou” e, como se tratava de uma loja de materiais para construção, ele alegou que “as pessoas não se interessavam mais em reformar suas casas, já que estas seriam demolidas”.

As casas eram todas construídas de forma conjugada, e suas calçadas amplas constituíam espaço de interações sociais. Das calçadas – dependendo da localização do imóvel – era percebido todo o movimento vespertino e noturno das ruas e da Praça Tristão Gonçalves; as calçadas eram locais de encontros e conversas sistemáticas entre amigos.

¹⁵ Optei nesse trabalho por me referir a Jaguaribara usando o verbo no passado, já que compreendo que não há mais esta cidade, após a mudança das pessoas e sua destruição por tratores.

A calçada fazia parte até da sala de visita das casas, era só abrir a porta já tava na calçada e as pessoas tinham um costume muito grande de se sentar nas calçadas, principalmente as casas que ficavam de frente pro nascente, quando chegava uma hora da tarde, duas horas já tava na sombra, que as casas eram conjugadas (...) Quando era 3 horas já tinha as senhoras nas suas calçadas ou marcando (bordando), ou conversando, ou falando da vida dos outros . Mas já estavam lá na calçada. (ENTREVISTADA 8)

Conforme relatado no início da citação, a calçada era uma extensão da casa, onde desde uma hora da tarde, dependendo da localização da residência, já existiam pessoas sentadas, principalmente os mais idosos. Os moradores conversavam tranqüilamente sentados em cadeiras e algumas mulheres costumavam fazer bordados manuais neste espaço.

A cadeira de balanço era um traço marcante em Jaguaribara, e as calçadas, o local mais apropriado para colocá-las, pois o sentar se dava num misto de descontração e interação para os que ali permaneciam; ao mesmo tempo em que desfrutavam da brisa vinda do rio Jaguaribe, usufruíam das conversas com conhecidos. Isto ocorria principalmente naquelas residências mais próximas da igreja matriz, área em que se localizavam as famílias mais abastadas economicamente.

Em Jaguaribara, a Praça Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, localizada vizinha à igreja Santa Rosa de Lima, era o ponto de encontro de amigos, namorados e conhecidos que a freqüentavam. Era nessa praça que aconteciam as comemorações do município, o “réveillon”, ou passagem de ano. O evento era promovido pela prefeitura local, que contratava bandas de forró por ocasião da festa, se reuniam muitos moradores da sede, distrito, zona rural e jaguaribarenses que residiam em outros municípios e estados e que nesse momento vinham participar da confraternização com familiares e amigos.

As quermesses eram organizadas por membros das pastorais da igreja matriz, que realizavam diversos eventos durante nove dias. Ocorriam peças teatrais, gincanas, leilões e a novena diária. A quermesse era realizada por ocasião das celebrações dos santos padroeiros – São Gonçalo, em janeiro e Santa Rosa de Lima, no mês de agosto. Esse evento mobilizava não só os moradores da sede municipal, como também os do distrito e pessoas residentes na zona rural.

Dessa forma, a praça era o lugar privilegiado para esses eventos populares, as quermesses, a "passagem de ano", comícios e local de encontro de alguns moradores, nas

noites e principalmente aos finais de semana. Uma moradora, descrevendo esta praça enquanto local de lazer faz um relato saudosista, ao mesmo tempo em que identifica o espaço como adequado ao número de moradores ¹⁶. “(...) tinha uns canteiros apropriados para sentar, era do tamanho da população”.

A entrevistada, baseada na frequência dos moradores à praça, nos fala que, mesmo em período de festa, momento em que se reuniam no referido espaço todos aqueles dispostos a participar dos eventos ocorridos, a praça comportava todos os participantes. Percebe-se também no relato que a entrevistada associa a identidade dos moradores à praça.

A organização espacial da zona urbana e o uso do rio

Numa caminhada pela cidade, tomando como ponto de partida a parte central, encontrávamos as casas maiores, a igreja matriz e o mercado. À medida que nos afastávamos do Centro, começávamos a perceber casas menores e mais modestas que davam início à extensão em que se localizava o "lado pobre" da zona urbana do município, onde as casas eram na sua maioria de taipa. Nessa área percebia-se muita sujeira nas ruas, casas modestas, ruas sem pavimentação, com muito mato e poças de lamas; cercas com roupas estendidas, gaiolas com passarinhos penduradas nas frentes de algumas casas, vários rádios ligados ao mesmo tempo, músicas diversas, muito barulho. Assim, esse lado era o reverso da parte central: ruas difíceis de caminhar, com tantas lamas a ultrapassar, casas enfeitadas com gaiolas, roupas coloridas nas cercas, e um barulho incompreensível de tantos aparelhos de som ligados ao mesmo tempo caracterizavam a diferença, se comparados às ruas tranquilas e limpas, das casas “arrumadas” e da calma da parte central.

A cidade ficava bem próxima ao rio Jaguaribe, e este era para os seus moradores um espaço de várias interações. A começar pelas lavadeiras que, em suas margens e pedras, reuniam-se para o exercício de práticas bastante conhecidas, não só ali, mas em muitas localidades, sobretudo em região do interior. Refiro-me à lavagem de roupa e ao banho. A

¹⁶Jaguaribara possuía em sua sede uma população de 2.878 e na zona rural 4.840, perfazendo um total de 7.718 habitantes- dados do Censo Demográfico – Instituto de Planejamento do Ceará – IPLANCE, 1996.

preferência dada ao rio para a lavagem de roupas na antiga cidade¹⁷ se expressava na desativação da lavanderia pública - construída pela prefeitura - por falta de usuários¹⁸.

Em relato de uma lavadeira sobre seu cotidiano no rio juntamente com outras mulheres, percebemos como era a dinâmica diária para a lavagem de roupas. Mesmo considerando-se não ser aquele um lugar em que reinava harmonia plena entre seus freqüentadores, no espaço havia uma intensa sociabilidade, as lavadeiras cooperavam umas com as outras e um exemplo era a ajuda mútua, na lavagem de roupas mais pesadas. Nessas interações desenvolvidas as lavadeiras aproveitavam para discutir idéias, tirar dúvidas, apreender novos valores, rever crenças, comentar sobre os políticos, as escolas, a saúde e também sobre outras pessoas. Para as crianças, era um espaço de lazer diário; além de brincarem com outras crianças, estavam sob o cuidado atento das mães.

Uma lavadeira relata como era a convivência e o itinerário diário:

Saia de manhã cedo pegava as roupas na casa de..., ia pro rio, levava os meninos, lá num tinha dificuldade, a gente levava o tanto de menino que tivesse vontade, porque areia lá era à vontade. Eu lavava, tinha bastante quarador, e deixava as roupas enxugando no rio, só ia buscar quando estava enxuta (...). Ficava todo mundo conversando, era uma zoada danada. (ENTREVISTADA 9).

Nesta citação, é visível a “dádiva” que era o rio para essas mulheres e seus filhos, oferecendo lazer para crianças e fonte de renda para as mães. Ao mesmo tempo, o rio era sinônimo de tranqüilidade e barulho. Tranqüilidade no sentido de poder trabalhar e ter os filhos sob os olhos, como também deixar as roupas enxugando e só recolhê-las no final da tarde. E barulho devido às várias conversas que se desenvolviam, simultaneamente, seja entre as mulheres ou entre crianças.

O rio era freqüentado, ainda, por pescadores que iam ao local assiduamente. Enquanto espaço de lazer atraía habitantes da cidade e de alguns municípios vizinhos nos finais de semana. Nas suas margens se localizavam bares, que eram pontos de encontro da população nos finais de semana e locais preferenciais para a realização de festas, notadamente os forrós e o carnaval. “(...) todo mundo sabia que no Domingo tinha um rio e ia todo mundo pra lá”

¹⁷ “Cidade antiga”, além de “antiga cidade” ou “velha Jaguaribara” são formas utilizadas pelos moradores quando se referem à Jaguaribara em que moraram. Portanto, trata-se de categorias nativas, segundo descreve Geertz e que trabalharei na metodologia.

¹⁸ Segundo dados expostos no Projeto, Nova Jaguaribara, realizado pela Secretaria de Infra Estrutura do Estado do Ceará. (Junho/1996)

(ENTREVISTADA 8). O rio integrava vários atores sociais, sejam seus usuários diários ou aqueles que usufruíam do lazer no local aos finais de semana.

Estendendo-se a partir da igreja encontravam-se várias ruas, casas e os diversos equipamentos sociais existentes na cidade. Próximo à igreja, localizava-se o mercado, que agregava alguns pontos comerciais. Nas segundas-feiras, ao redor do prédio do Mercado, instalava-se uma feira livre, onde os feirantes ofereciam vários produtos aos moradores, como: frutas, verduras, plantas medicinais, roupas, calçados, produtos importados, redes, etc.

Segundo informações obtidas durante a pesquisa, os comerciantes da feira vinham de várias localidades – Jaguaribe, Jaguaruana, Icó, Jaguaretama, dentre outros municípios, como também da própria Jaguaribara. O movimento da feira era bem tranquilo (observado na parte da manhã) com poucas pessoas comprando. A característica que diferia a feira de outros espaços de venda era a possibilidade de “pechinchar”. Além de espaço de transação comercial, na feira era possível estabelecer contatos com amigos e conhecidos e até de lazer para alguns, como é o caso daqueles que iam ao intuito de jogar apostada, a brincadeira denominada “caipiro”. Para a realização deste jogo se reuniam ao redor de uma mesa vários homens que colocavam os dados dentro de um vidro, balançavam e depois jogavam pra tentar a sorte.

A cidade possuía outros equipamentos urbanos necessários à população e que adquiriam usos diversos, como era o caso do Ginásio de Esportes Osmundo Rebouças, que, além de possuir quadras poliesportivas para jogos e campeonatos, era o local onde ocorriam celebrações de eventos, de naturezas várias tais como confraternização de Natal, emancipação do Município, festas de formaturas, entre outros.

Passando para outros espaços, existia o cemitério, de aspecto modesto e com área de aproximadamente meio hectare; agregava alguns mausoléus onde jaziam os corpos de integrantes das famílias mais abastadas; estes eram limpos e bem arrumados, localizando-se na parte frontal do local. Contrastando com esses mausoléus, na parte de trás encontravam-se sepulturas simples, adornadas com flores de plásticas bem desgastadas pelo tempo, pareciam totalmente abandonadas, não existindo nem mesmo a identificação do falecido ou da família a quem ele pertencia.

O prédio da Prefeitura municipal, era bem simples, não diferia muito das demais casas. Neste pequeno imóvel, funcionava também a Câmara dos Vereadores e a Secretaria de Educação e Desporto.

Na entrada da cidade, encontrava-se o Hospital Santa Rosa de Lima, que fazia o atendimento aos moradores, juntamente com um centro de saúde da Secretaria Estadual de Saúde Pública (SESP), também situado na sede do município. Ainda no que concerne ao atendimento de saúde pública, existiam cinco postos de saúde, sendo um na sede, um no distrito de Poço Comprido e o restante nas localidades de Malhada Vermelha, Vileta e Alagamar.

Jaguaribara possuía, ainda, uma agência do Banco do Brasil, um posto dos correios, além de escritórios da COELCE, CACEGE, EMATERCE e DETRAN. Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Delegacia de Polícia, Cartório Civil, Biblioteca Municipal, Rádio FM Santa Rosa e Associação dos Moradores de Jaguaribara.

O município de Jaguaribara possuía uma escola estadual, uma particular da Campanha Nacional de Escolas Comunitárias (CNEC) e quarenta e sete escolas municipais, sendo quarenta e seis localizadas na zona rural. Existia ainda, quatorze creches, das quais onze eram administradas pelo município e três por uma Fundação denominada, Paulo Roberto Pinheiro. Do total das creches, três situavam-se na sede do município, uma no distrito de Poço Comprido e as demais pelas localidades mais populosas da zona rural.

Especialmente, a sede municipal constituía-se do centro e mais três bairros: Alto da Balança, Vila São Vicente e Conjunto Força do Povo. O município tinha um único distrito denominado Poço Comprido, cuja sede situava-se no extremo norte do território municipal, à margem esquerda do Rio Jaguaribe, a 18 km da sede do município.

Demografia

No censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - (1991) constava em Jaguaribara uma população de 7.718 habitantes, dos quais 2.878 residiam na zona urbana (37,3%) e 4.840 na zona rural (62,7%), apresentando uma densidade demográfica de 10,56 habitantes por Km².

Um estudo complementar baseado no censo do IBGE, realizado pela Secretaria de Infra Estrutura (SEINFRA), evidenciou a evolução da população de Jaguaribara a partir da sua criação. O Relatório da referida secretaria relatou que, na década de 1950 a 1960, a população cresceu 64,1% e, na década de 1960 a 1970, houve um crescimento de 28,9%.

No período subsequente, verificou-se um decréscimo no número de habitantes, quando comparado com as décadas anteriores. Como exemplo: entre 1970 e 1980, a população diminuiu em 6,7%. No período de 1980 a 1991, decresceu em 5,0%. O referido relatório justifica o decréscimo da população, alegando que, nesse período, surgiram algumas especulações sobre a possibilidade da construção do Açude Castanhão.

Estes dados aqui analisados, retirados do Censo do IBGE, foram complementados com um levantamento cadastral realizado em 1995, pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SDU) e Associação dos Moradores de Jaguaribara, na área urbana do município – sede e distrito de Poço Comprido.

Aspectos econômicos

Jaguaribara possuía como base econômica atividades agropecuárias. Segundo dados de 1995, da Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SDU), 74,7% da população economicamente ativa (PEA) desenvolviam atividades no setor primário, 5,3% no setor secundário e 20% no setor terciário.

Nesse contexto, a atividade agropecuária era umas das principais fontes de renda dos moradores, baseada na exploração de culturas de subsistência e na pecuária extensiva, se destacando como principal produto agrícola a cultura do feijão, plantado principalmente nas vazantes e “ilhas” do Rio Jaguaribe. Também se plantava: milho, arroz, batata doce e algodão. Já a atividade pecuária desenvolvida no município era a criação de rebanhos bovinos, eqüinos, caprinos, suínos, ovinos e aves.

A economia de subsistência em Jaguaribara se sustentava também na pesca, atividade que absorvia parte da população masculina, com tarrafas no Rio Jaguaribe. Essa prática

garantia a esses homens e suas famílias uma alimentação diária, bem como pequenas quantias em dinheiro oriundas da venda dos peixes, de porta em porta na sede do município.

Outra fonte econômica do município era a prática da apicultura, através da produção de mel de abelha italiana que era comercializado em outros municípios e estados. Outra atividade que gerava renda, e que se encontrava mais presente no universo feminino, era o artesanato. Nesta ocupação, várias mulheres teciam redes de “solo a solo”, adornadas com varandas de crochê, e ainda colchas, toalhas de ponto de marca e outros bordados.

Jaguaribara, a exemplo de outros municípios do vale do Jaguaribe, tinha também uma tradição na produção de derivados do leite. No relatório da SEINFRA consta a existência de três estabelecimentos destinados a esse tipo de produção. Assim, queijo, manteiga, creme de leite, doce de leite e manteiga da terra integravam o mercado de produtos comercializados para outros municípios e estados.

Quanto aos estabelecimentos comerciais, existiam em Jaguaribara: mercearias, farmácias, depósito de construção, lanchonetes, bares, armarinhos, etc. Segundo dados da Secretaria de Indústria e Comércio (SIC), existiam, ao todo, 93 estabelecimentos, 02 atacadistas e 91 varejistas.

3.1 A HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DA CIDADE

A história da formação do município de Jaguaribara¹⁹ remonta ao final do século XVII, no período do Brasil Colônia. Nesta época, o espaço físico no qual se levantou o município era denominado Santa Rosa e o seu povoamento surgiu, por ocasião da implantação no local de uma fazenda destinada à criação de gado.

A ocupação do território do município foi permeada de embates devido ao fato de no local já residir uma tribo indígena. Os integrantes dessa tribo não aceitaram passivamente dividir o espaço com os criadores de gado. Os novos ocupantes, não conseguindo vencer a resistência inicial dos índios, se retiraram da localidade, indo morar em Cascavel, próximos a Fortaleza, em 1694. Retornaram, anos mais tarde, quando conseguiram vencer a resistência indígena.

¹⁹ Ver mais em Silva (1999), Santos (1999) e SEINFRA (1996).

O povoado foi incorporado à História, devido a um fato histórico relevante ocorrido em 31 de outubro de 1824. Refiro-me ao conhecido embate entre as tropas imperiais e integrantes da Confederação do Equador que lutavam por um Nordeste independente. Deste episódio, resultou o assassinato de Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, presidente da Confederação no Estado do Ceará.

O Instituto Histórico do Ceará, no ano de 1942, ergueu no local um pequeno monumento em homenagem a Tristão Gonçalves. Em visita ao local, conversando com a dona do sítio onde estava erigido o monumento, ela relatou que parte da população comentava que os restos mortais do líder da Confederação do Equador estavam sepultados no local onde foi construída a capela do povoado.

Por ocasião da mudança de Aguaritara, a placa de ferro do Monumento a Tristão Gonçalves foi transportada para o Instituto Cultural do Cariri. A placa foi levada para o Crato, devido aquele município ser a terra onde Tristão nasceu. Foram também, conduzidos ao Instituto tijolos, uma cruz de ferro e pedras de seixo que eram deixadas como ex-votos no local, por pessoas que acreditavam em supostos milagres de Tristão Gonçalves.

Em 1943, o nome do distrito de Santa Rosa foi mudado para Aguaritara, em homenagem à tribo indígena de mesmo nome que habitava no local no período da ocupação. A mudança de nome se fundamentou na lei 1.114 de 30 de dezembro. Já a elevação de Aguaritara, da categoria de distrito para município, ocorreu em nove de março de 1957. Esta mudança ocorreu através da lei nº 3.550. O novo município Jaguaribara era, até o momento anterior à lei, distrito de Jaguaretama.

A localização do município no sertão central fazia dele um local quente e seco, onde as chuvas eram escassas e irregulares, dificultando dessa forma a prática da agricultura e pecuária. O fator que mudava esse quadro era a localização do Rio Jaguaribe em seu entorno, que foi inclusive preponderante, para a ocupação do município.

Jaguaribara ficava próximo ao rio Jaguaribe, e esse fator geográfico determinou a ocupação do município. Pois, devido à implantação de uma fazenda de gados, o local próximo ao rio, facilitava o abastecimento de água para a população e a criação de animais.

Cultura Popular e religiosidade

Jaguaribara era rica em manifestações culturais que têm continuidade na nova cidade. O município contava com vários artistas populares como cantadores, violeiros, poetas de cordel, grupos de forró que animavam as festas, um coral denominado “Um canto em cada canto” e um teatro de rua “Arte e sonho” que resgatava a tradição do Bumba Meu Boi. Tinha ainda a manifestação do reisado que era realizado no período natalino, de 24 de dezembro a 06 de janeiro, dia dos Santos Reis. Era uma festa pagã e religiosa. Pagã porque consistia em grupos que saíam de porta em porta cantando e pedindo prendas. E religiosa porque depois as prendas eram doadas para a igreja.

Segundo Silva (1999), a vaquejada era uma das atividades de destaque no município. A família Pitu foi a pioneira na organização e promoção desse evento. As vaquejadas foram inicialmente realizadas em um parque no bairro Alto da Balança. Depois, a festa foi transferida para uma localidade chamada Alagamar e, com o tempo, para outros parques localizados na zona urbana de Jaguaribara. Todos esses parques de vaquejada eram propriedades particulares.

Quanto à religiosidade no município, prevalecia em Jaguaribara a religião católica, tendo muitos seguidores. Os padroeiros, na sede do município, eram São Gonçalo e Santa Rosa de Lima e, no distrito de Poço Comprido, São Vicente Férrer. Já na zona rural, dependendo da localidade, são exaltados outros santos católicos, como: São Sebastião, em Malhada Grande; São José, em Alagamar; São João Batista, no Velame I; São Francisco de Assis, no Velame II e Santa Luzia, na localidade denominada Triângulo. Simultaneamente, o município contava com 08 templos da Assembléia de Deus.

3.2 A CIDADE ALAGADA

Jaguaribara hoje se encontra alagada pelas águas do açude Castanhão. Historicamente, a população convive, desde 1910, com a discussão acerca da construção dessa barragem e, dependendo de governos, enfraquecia ou recrudescia a possibilidade de consolidação das sucessivas propostas.

Em 1960, período bem anterior à construção da barragem, a cidade foi vítima de uma inundação, provocando, por ironia do destino, ou não, uma grande calamidade no município. Tal fato deveu-se a um rompimento da parede do açude Orós, cujas águas, sem controle, inundaram Jaguaribara. Sobre a inundação de 1960 uma entrevistada relatou:

Quando o rio desabou, inundou a cidade quase todo o exército começou a tirar cedo. Quem tinha casa nos altos tudo bem, mas a mãe dessa menina (a entrevistada se referia a uma sobrinha sua que estava presente no momento da entrevista) foi pra barraca de lona dentro dos matos. (ENTREVISTADA 10).

Previamente, a população foi alertada pela Defesa Civil através de rádio, panfletos e telegramas para deixar o local. Essa ação antecipada evitou afogamentos e maiores transtornos aos moradores. A água do açude correu no município em bastante quantidade, arrastando animais, árvores, utensílios domésticos, etc. Muitos imóveis ruíram, mas, passado o medo, os moradores cuidaram de reconstruir o que restou.

Na história de Jaguaribara consta que o município foi alagado por duas vezes: uma decorrente do arrombamento do açude Orós e a outra pela barragem Castanhão. Durante as construções da barragem e de Nova Jaguaribara, moradores se envolveram em um importante processo de participação popular; é o que trato no próximo capítulo.

4 A BARRAGEM DO CASTANHÃO: IMPLANTAÇÃO DO PROJETO E PARTICIPAÇÃO POPULAR

As ações decorrentes da construção da barragem do Castanhão²⁰, desde o início foram permeadas pela intervenção da população. Passo a expor o histórico da barragem sempre interrelacionado com a ação popular, pois a execução da obra foi sempre mediada pela participação dos técnicos do governo e da população jaguaribarense.

Este projeto da barragem Castanhão começa a ser debatido como uma proposta do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) no ano de 1985, inclusive com o seu aparecimento na mídia. O motivo da discussão desse projeto está associado à ocorrência, naquele ano, de uma das maiores enchentes no Ceará. Em jornais de grande circulação saíram algumas matérias sobre as cheias no vale do Rio Jaguaribe, ocasionadas por excepcional inverno; segundo Borges (1999:38), “O maior já registrado neste século, pelo DNOCS”²¹.

Embora o projeto da barragem tenha sido discutido a partir de 1985, consta que no início do século XX, conforme referido no capítulo anterior, ocorreram os primeiros estudos. Segundo um relatório²² apresentado em Fortaleza, no Encontro das Águas, I Fórum Interamericano de Gestão dos Recursos Hídricos, os primeiros estudos geológicos²³ sobre a Barragem do Castanhão datam de 1910, quando a antiga Inspetoria de Obras Contra a Seca (IOCS) contratou um engenheiro americano, chamado Roderick Crandall, que se instalou numa caverna na região denominada Boqueirão do Cunha, local onde está construído o Açude Castanhão, realizando estudos preliminares sobre a viabilidade da construção da obra naquele espaço.

Em 1985, chegaram a Jaguaribara notícias sobre a construção da barragem. A partir disto, algumas pessoas começaram uma mobilização em busca de mais informações. O trecho que se segue esclarece bem a reação que a primeira notícia sobre a construção da barragem

²⁰ De Fortaleza, o acesso ao local da barragem é feito através da BR-116 até alcançar o entroncamento com a estrada de terra que dá acesso à localidade de Castanhão. A barragem Castanhão dista aproximadamente 230 km de Fortaleza, 57 km de Limoeiro do Norte e 71 km de Jaguaribe.

²¹ Departamento Nacional de Obras Contra a Seca.

²² O relatório (novembro/1997) de autoria do DNOCS tem como título "Barragem do Castanhão, Projeto e Aspectos de Construção".

²³ Segundo Borges (1999:99), na área de construção da barragem Castanhão foi imprescindível a realização de estudos geológicos, já que o local era sujeito a abalos sísmicos.

causou aos moradores, bem como revela aspectos da formação da primeira comissão para obtenção de mais informações:

A primeira pessoa que soube da construção da barragem Castanhão foi o Francinir²⁴, que, naquela época, era o prefeito de Jaguaribara. Ele convocou uma reunião com o pessoal e falou que iam fazer uma barragem lá no “buraco do doutor”²⁵. Nós ficamos muito assombrados com essa história. Ninguém tinha idéia de que isso ia acontecer. Houve a reunião e aí começou o atrito. (...) Formou-se, então, uma comissão para ir a Fortaleza, falar com o governador, que na época era o Gonzaga Mota. A comissão foi à Fortaleza em setembro e se reuniu com o governador e com várias pessoas da Assembléia. (...) Logo depois de ter prometido que a barragem não vinha, e de todos terem acreditado, Gonzaga Mota assinou o convênio do Castanhão. Numa sexta-feira da semana santa ele disse que assinou o convênio para a barragem vir.²⁶

Na citação, percebemos o início da luta do povo jaguaribarense que, apoiado pelo prefeito local, Sr. Francini Guedes, se deslocou do seu local de moradia para saber do Governador do Estado, na época, Gonzaga Mota sobre a veracidade das notícias acerca da construção da barragem, fato que foi negado pelo governador no momento da reunião. No entanto, depois de algum período da ocorrência da reunião, os moradores souberam através de jornais que o convênio para realização de estudos sobre a viabilidade da barragem estava assinado.

A autoria do primeiro projeto da barragem Castanhão foi atribuída ao DNOS. Sua construção se fundamentava na perspectiva de conter as cheias do Rio Jaguaribe. Sobre a mesma questão foi apresentada outra proposta pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), na palestra de abertura do Seminário Sobre Enchentes, promovido pela Secretaria de Obras do Estado do Ceará, em 12 de junho de 1985 e também no VI Simpósio Brasileiro de Hidrologia e Recursos Hídricos, realizado em São Paulo de 11 a 14 de novembro do mesmo ano.

A alternativa apresentada pelo DNOCS para o vale do Jaguaribe foi a construção de 10 a 12 açudes de médio porte que, resolveria a problemática de enchentes e secas na região, dispensando assim a necessidade da construção da Barragem Castanhão.

²⁴ Francisco Holanda Guedes, prefeito de Jaguaribara, de 1983 a 1988.

²⁵ O “buraco do doutor” é um local quase lendário, que hoje faz parte do imaginário popular do município. O povo fala sobre um forasteiro pesquisador, que explorou um enorme “buraco” no local onde foi construída a barragem.

²⁶ Trecho do livro “Jaguaribara resistindo e vivendo: dez anos de luta do Castanhão”. IMOPEC (1995).

Mesmo com essa alternativa apresentada da construção açudes de médio porte, o DNOS, em 1986, faz o lançamento do Edital de Concorrência Internacional para elaboração do Projeto Castanhão. Neste mesmo ano, alguns habitantes participaram de debates promovidos pelo DNOCS, na Faculdade de Direito/UFC, em Fortaleza, e nos municípios de Jaguaribe, Russas, Jaguaratama e Limoeiro do Norte. Nos anos subsequentes, 1987 e 1988, os municípios continuaram participando de diversas palestras e visitando barragens no Brasil.

Alguns técnicos do DNOCS ligados à questão do Vale do Jaguaribe (secas e enchentes), continuaram se opondo ao Projeto, se posicionaram em alguns eventos públicos defendendo outra proposta e criticando a barragem Castanhão. Isso ocorreu em alguns momentos, como em 1989, num Seminário para discutir a viabilidade técnica e econômica da barragem. O evento foi promovido por iniciativa do Sindicato dos Engenheiros do Ceará e outras entidades, no auditório da Escola Técnica Federal do Ceará, em Fortaleza, tendo como título "Castanhão: Redenção ou Elegia?"

A oposição ao projeto, apresentada por Borges (1999), à época engenheiro do DNOCS, fundamentava-se em alguns argumentos do tipo:

A comunidade técnica e a população do vale do Jaguaribe atingidas se ressentem de uma participação efetiva nos estudos e discussões; (...) procedem, ao nosso ver, diversos questionamentos técnicos, não podendo ser considerados satisfatórios os resultados dos estudos até agora apresentados; (...) há carência de fundamentação técnica, comprovada através de estudos, que justifiquem a importância, os benefícios e o porte da obra (cota e capacidade, principalmente), sem o que não deixam de ser subjetivas as opiniões emitidas. (p.99).

Aparece claramente neste trecho a oposição de alguns técnicos do DNOCS à proposta da construção da barragem Castanhão. Essa rejeição ao projeto fundamentava-se na necessidade de observância de alguns fatos e procedimentos técnicos e políticos, antes de ser tomada a decisão pelo Estado para a construção de uma obra desse porte. Exigia-se a participação da população nas decisões governamentais sobre o projeto e o destino da cidade a ser deslocada. Outro motivo de não adesão ao projeto era a descrença por parte de alguns técnicos nos estudos apresentados, que, para os opositores, não comprovavam tecnicamente os "benefícios" da obra.

No início de 1990, foi extinto, pelo então presidente Fernando Collor de Melo, o DNOS, e o DNOCS assumiu a responsabilidade de dar continuidade às várias obras daquele órgão federal, dentre elas, o açude Castanhão. Técnicos do DNOCS deram início ao

cadastramento das terras e benfeitorias para o remanejamento da população a ser atingida, residente na área onde hoje se localiza a barragem.

Em 1990, alguns populares engajados na Associação dos Moradores de Jaguaribara²⁷ participaram de audiências públicas, promovidas pela Assembléia Legislativa do Ceará e pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE). Tais audiências tinham com objetivo a análise do Relatório de Impacto do Meio Ambiente (EIA/RIMA)²⁸ da Barragem Castanhão. Naquele ano, foi concedida pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA) uma licença prévia para o início das obras.

Alguns moradores de Jaguaribara participaram de várias reuniões em Fortaleza, no sentido de acompanhar o processo de negociação de construção da barragem e representar os interesses da população jaguaribarense. Nos relatos a seguir, podemos perceber toda a dificuldade que essas pessoas passaram em um ambiente adverso onde, segundo eles, alguns políticos e defensores do projeto os olhavam com indiferença e reprovação:

A participação do povo de Jaguaribara nas audiências públicas foi muito importante. A gente saía de Jaguaribara num ônibus com mais de 50 pessoas e se juntava com as pessoas daqui que agora moram em Fortaleza. Acompanhamos todo o processo de discussão e foi uma oportunidade que nós queríamos, já que os interessados na barragem não vinham a Jaguaribara. A gente tinha que ir até lá para acompanhar as discussões. (...) Nas audiências, às vezes, nós não tínhamos nem lugar para sentar. Mas nós íamos porque tínhamos clareza de nosso objetivo: discutir e ter alguma esperança.²⁹

Uma força grande na luta foi o deslocamento do pessoal de Jaguaribara para Fortaleza a enfrentar cara estranha. Às vezes zombavam, riam da nossa cara. Mas a gente não ligava, enfrentava, entrava na sala e assistia à reunião. Uma parte das pessoas sente com a gente. Outros acham que nós somos idiotas e não devíamos estar ali. A falta de medo é muito importante. Não ter vergonha de enfrentar o difícil.³⁰

Neste depoimento, a moradora fala da importância da coragem para enfrentar as pessoas estranhas e o clima adverso nessas audiências; entretanto, faz uma ressalva que dentre aqueles estranhos, existiam aqueles que os apoiavam e lhes davam força.

²⁷ A Associação dos Moradores de Jaguaribara foi criada em 21/08/1989, tendo como principal meta “a defesa dos interesses do município”. Desenvolveu lutas paralelas: contra a implementação da Barragem e para indenizações justas e relocação dos núcleos urbanos e reassentamento das populações rurais.

²⁸ Segundo um trecho do livro “Jaguaribara resistindo e vivendo: dez anos de luta do Castanhão. IMOPEC (1995:87): “O EIA/RIMA se constitui em um verdadeiro instrumento de controle ambiental nas mãos tanto dos órgãos licenciadores, como da cidadania, que pode acompanhá-lo, principalmente, através das audiências públicas. “Seu objetivo é garantir que seja adotada, em qualquer obra ou empreendimento potencialmente degradante ao meio ambiente, a alternativa que menos impactos negativos causem ao meio socioambiental”.

²⁹ Trecho do livro “Jaguaribara resistindo e vivendo: dez anos de luta do Castanhão”. IMOPEC (1995:45).

³⁰ Ibid.; p.64

Em novembro de 1990, o DNOCS analisou o Estudo de Alternativas da Barragem Castanhão³¹, que aconselhava a consolidação do projeto. Essa análise negava os argumentos utilizados para justificar a construção da obra, bem como sua viabilidade técnica e econômica. O referido relatório do DNOCS que contestava o estudo sobre a viabilidade da obra foi solicitado por membros da comunidade de Jaguaribara, que utilizaram esse estudo no mesmo ano para respaldar o desacordo com a Licença prévia emitida pela SEMACE que, determinava o início das obras. Um morador, membro da Associação dos moradores, refere-se a esse momento:

Eu me lembro que antes da segunda audiência pública, houve uma reunião no IMOPEC para preparar uma proposta. Participaram o advogado João Alfredo Telles Melo, o Dr. Cássio Borges e outros técnicos que davam apoio à nossa causa. Entregamos um documento reivindicatório colocando toda a problemática de Jaguaribara. Pedíamos que fossem estudadas as barragens alternativas³².

O documento reivindicatório enviado pelos moradores de Jaguaribara ao Conselho Estadual do Meio Ambiente (COEMA) surtiu efeito positivo, pois em 27 de julho de 1992, numa Audiência Pública que discutia a construção da Barragem Castanhão, a Licença definitiva para instalação da obra foi negada, por 12 a 4 votos.

A negativa ao projeto, obviamente, não foi bem aceita por aqueles que desejavam a construção da barragem. Dentre os interessados, em primeiro lugar o governo do Estado do Ceará e políticos que o apoiavam, bem como os donos das empresas que estavam ligadas à construção. Sobre esses defensores do projeto, um morador arrisca citar alguns nomes: “O Luiz Marques pelejou muito, Pinheiro Landim e Paes de Andrade são todos contra nós”. Querem ver é o nosso fim.³³

Aqueles que defendem o projeto empreenderam todos os esforços para a licença ser aprovada, e as obras iniciadas, inclusive, conseguiram convocar novamente uma audiência pública no mesmo ano, em 17 de agosto. E outra vez a licença foi negada no COEMA, e novamente, por 10 contra e nove votos a favor. Sobre essa luta da população, um morador fala de interesses políticos: “A luta da população de Jaguaribara foi uma luta tremenda. Havia

³¹ Estudo realizado pela empresa Serviços Integrados de Assessoria e Consultoria Ltda. (SIRAC), solicitado pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS).

³² Ibid.; p.45

³³ Ibid.; p.33

interesses do deputado Paes de Andrade e de outros, que queriam fazer o Castanhão, acho que para pegar o dinheiro”.³⁴

Sejam lá quais fossem os interesses que havia por trás dos defensores do projeto, estes interessados na construção da barragem conseguiram convocar uma outra Audiência Pública em 20 de dezembro de 1992 e, nesse momento, a licença de instalação da obra foi concedida pelo COEMA, com 12 votos a favor e 8 contra.

O ano de 1992, foi muito movimentado e nesse período foi definido o destino do povo de Jaguaribara; as pessoas iam a essas reuniões na esperança de uma negação para a construção da obra, o que ocorreu algumas vezes. Mas, os interesses empresariais e políticos que rondavam o projeto foram bem mais poderosos para determinar a construção da barragem³⁵. Um morador relata entristecido, toda a expectativa e esperança dos moradores durante essas audiências, bem como a tristeza em ver todos os seus esforços acabarem naquele momento da aprovação da licença de instalação da obra:

Em 1992, fomos umas quatro vezes a Fortaleza e os conselheiros do COEMA não conseguiram votar a Licença de Instalação da obra. Havia, entre os conselheiros, um grupo bem desinteressado, querendo aprovar a Licença de Instalação sem estudar com profundidade. Conseguimos impedir a aprovação. Cada reunião que íamos era cansativo, mas nós voltávamos com a certeza de que eles não tinham aprovado. Havia um grupo de conselheiros responsáveis, que queriam mesmo a verdade, queriam que a votação se baseasse nos estudos. Em dezembro de 1992 eles conseguiram aprovar a Licença de Instalação. Nós estávamos todos querendo uma boa resposta. Voltamos tristes, mas a luta não terminou aí.³⁶

Após a licença ser concedida pelo COEMA para o início das obras, houve, em 28 de abril de 1993, um protesto contra essa concessão, que ocorreu na forma de uma votação entre vários técnicos ligados à questão hídrica, que julgaram como inviável a construção da barragem. A votação teve como resultado: sete votos contra e nenhum a favor da efetivação da barragem Castanhão. O evento aconteceu na cidade de Florianópolis, no "Tribunal da Água", com um júri simulado promovido pela Fundação Água Viva. Para um representante de Jaguaribara³⁷, presente no referido Tribunal:

³⁴ Ibid.; 19

³⁵ Em particular falo sobre o interesse de grandes empresas construtoras que empreenderam grandes esforços para que o projeto ocorresse, e assim assumirem uma ou mais obras constantes no “Complexo Castanhão”.

³⁶ Ibid.; p.46

³⁷ Compareceram a esse tribunal cinco representantes de Jaguaribara. A ida dessas pessoas foi custeada com ajuda da diocese de Limoeiro do Norte-CE, de alguns deputados, como Maria Luiza Fontenele, Jackson Pereira, Inácio Arruda e Ariosto Holanda. (IMOPEC, 1995:52).

Esse Tribunal teve um papel fundamental porque ele julgou vários casos viciados e o Castanhão foi um deles. O povo de Jaguaribara ganhou uma experiência, sabendo que não só no Ceará havia pessoas contra a barragem. Pessoas de outros estados também somaram com a gente para tentar eliminar esse Castanhão na cota grande. (...) O julgamento do Tribunal da Água não foi oficial, mas sabemos que ele tem uma força moral muito grande. Ele recomendou a anulação da Licença de Instalação da obra. Para nós, foi muito importante ter se realizado em outro estado do Brasil. O Ceará era o único estado do Nordeste presente e o único que apresentou um caso para julgamento. Fomos o único caso que estava com todos os documentos necessários em mãos.

Depois da participação de populares no evento anteriormente relatado, a comunidade passou por um período de incertezas no que se referia ao destino dos moradores. Para tanto, visitaram outros projetos de desapropriação de terras para construção de barragens ou hidrelétricas, como também esses atingidos³⁸ visitaram Jaguaribara. Dessa maneira, houve entre esses grupos trocas de experiências sobre questões referentes a: reassentamentos, indenizações e impactos sociais, econômicos e culturais causados pela mudança.

No ano seguinte, 1994, os representantes continuaram participando de reuniões e assembleias. A população envolvida na mobilização enviou carta ao Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), solicitando revisão do projeto de construção da barragem. Ainda em 1994, o Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC), ONG também engajada na luta contra a barragem Castanhão, publica o Caderno “Velho Chico, Agonia ou Ressurreição”. Ainda neste ano foram realizadas entrevistas com os moradores de Jaguaribara sobre a história da luta popular, trabalho este que foi editado somente em 1999, pelo IMOPEC, sob o título "Cordimarianas em Jaguaribara"³⁹.

Em julho de 1995, o DNOCS celebrou um convênio com o Governo do Estado do Ceará, a fim de viabilizar o início da construção da barragem Castanhão⁴⁰. As ações do Complexo Castanhão dividiam-se em principais e complementares. As primeiras envolviam:

Elaboração dos projetos básico e executivo da barragem; construção da barragem; acompanhamento e fiscalização da construção da Barragem; consultoria Independente; elaboração dos projetos básico e executivo do trecho da barragem em CCR - Concreto Compactado a Rolo. (DNOCS, 2001).

³⁸ Categoria utilizada por órgãos governamentais ligados à questão hídrica e por populações envolvidas em processo de desocupação compulsória de áreas nas quais têm sido construídas barragens. Ver mais em Faillace (1990).

³⁹ O livro foi escrito por uma integrante da Congregação Cordimarianas, Diana Lúcia Vieira dos Santos, que faz um apanhado sobre o histórico da barragem Castanhão, tomando como base entrevistas realizadas por ela com moradores de Jaguaribara.

⁴⁰ As ações relacionadas às obras da barragem foram denominadas "Complexo Castanhão".

Dentre as ações complementares, estavam:

Construção da Nova Jaguaribara; desapropriação rural; desapropriação urbana (Jaguaribara e Poço Comprido); transferência da população rural; transferência da população urbana (Jaguaribara e Poço Comprido); projeto de desmatamento da bacia hidráulica; desmatamento da bacia hidráulica, abaixo da cota 70; desmatamento da bacia hidráulica, acima da cota 70; projeto de nova locação de 26 km da BR-116; construção do trecho de 26 km da BR-116; execução de uma estação ecológica; execução de três estações sismológicas; retirada da linha de transmissão de energia elétrica da bacia hidráulica. (DNOCS, 2001).⁴¹

No que se refere à construção de Nova Jaguaribara e à transferência de moradores das áreas atingidas, essas ações foram bastante importantes, já que a barragem inundou uma pequena porção dos municípios de Alto Santo e Jaguaribe; boa parte do município de Jaguaretama, e sua maior parte alagou o município de Jaguaribara. A relocação de 26 km da BR 116 também foi uma ação fundamental, pois as águas atingiram a BR 116, além de pequenos trechos da CE-019.

Como descrevi anteriormente, sobre o número de Audiências Públicas necessárias para o projeto ser aprovado, são visíveis considerações técnicas divergentes, no que concerne ao local construído, o tamanho da barragem, etc. No entanto, os debates ocorridos no período não se ativeram apenas a aspectos técnicos, mas também à ocorrência de uma grande mudança cultural, social, de moradia, relações de vizinhanças e, principalmente, de trabalho.

A construção da barragem Castanhão foi permeada de discussões e encontros, mas também de negociações. Entretanto, o que predominou foi a força política e econômica que empreendeu todos os esforços para consolidar a obra constante no Plano Estadual de Recursos Hídricos do estado do Ceará.

Governo e organização popular: a realidade cearense

A barragem do Castanhão, juntamente com outros projetos de racionalização do uso da água, faz parte do plano de recursos hídricos do Estado do Ceará. A inclusão do mega projeto no referido plano foi possibilitada pela inovação no planejamento político deste

⁴¹ Explicação contida em folder do DNOCS de julho de 2001.

Estado. E faz parte de um projeto moderno, vigente em nosso país, que compartilha da proposta neoliberal ou social democrata (Barreira, 1987:64).

Segundo Scherer-Warren (1999:11), o que tem sido genericamente denominado neoliberalismo, são justificativas, que representantes dos interesses do mercado vêm propondo, como resposta a cidadãos, políticos e pesquisadores para os desafios e os novos processos sociais que emergem com a globalização do mundo. Para a autora, “trata-se de um conjunto heterogêneo de diretrizes econômico-político-ideológicas para a reorganização do capitalismo em escala mundial e para se adequar aos desafios da globalização da economia”.

Analisando os argumentos para a construção da barragem, bem como para a realização de projetos governamentais de grande escala, parto do princípio de que esses grandes projetos foram propiciados pelo capitalismo em expansão no Brasil criando as condições gerais para o desenvolvimento econômico do estado.

Não só o Brasil, mas toda a América Latina vem passando por uma reestruturação capitalista iniciada nos anos 80. Segundo Costilla (2001), “essa reorganização não foi um resultado inerente à própria dinâmica econômica, mas, reflete, de certo modo, mudanças determinadas por políticas de entidades transnacionais de poder, as elites burocráticas e tecnocráticas dos grandes estados dominantes.” (p. 01).

No Ceará, a partir dos anos 80, acompanhamos uma mudança na estrutura de poder político e na estratégia de administração política, utilizada depois da eleição estadual de 1986. Trata-se de um discurso baseado na possibilidade de administração empresarial do estado que veio sendo construído desde 1978, quando foi reativado o Centro Industrial Cearense (CIC).

A reconstituição deste centro empresarial possibilitou a construção de uma nova visão administrativa estatal, ou seja, uma associação entre empresários, políticos e setores da sociedade civil. Essa estratégia de gestão difere significativamente da concepção de organização política anterior a esse período. O discurso político do CIC pregava uma racionalidade na administração com qualidades intelectuais e experiência administrativa. Sob a égide desse novo discurso, foi eleito como governador do Estado do Ceará Tasso Ribeiro Jereissati, líder do referido centro comercial.

Dessa forma, o então governador, sob o discurso de racionalidade e administração, elabora políticas de desenvolvimento econômico para o Ceará, investindo em setores produtivos e de infraestrutura. Porém, efetivamente, em relação ao desenvolvimento social, podemos verificar poucos avanços.

Consta no Plano de Mudanças do Governo do Estado do Ceará (1987-1991), a priorização de investimentos na área de recursos hídricos, levando-se em consideração que problemas ocasionados por secas e enchentes são comuns na região. Uma das propostas do governo foi acabar com a “indústria da seca”, prometendo, para isso, a construção de 40 açudes de médio porte e 2400 de pequeno porte. (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 1987:159).

Referente à construção do açude Castanhão encontrei registros em um documento governamental: “Mensagem à Assembléia Legislativa” (1995:104: 105). Neste registro, Tasso Jereissati explicita idéias do seu governo sobre a barragem: “será a maior reserva hídrica do Estado, (...) proporcionará amplos benefícios econômicos e sociais (...) contribuirá para o projeto de desenvolvimento sustentável do Ceará”.

A nova modalidade de administração política tem uma preocupação constante em tornar visíveis suas ações, e supostas intenções, o que é percebido através de intensa produção de imagens subsidiadas por recursos econômicos. (BARREIRA, 1987:64). O governo investe na propaganda para mostrar seu projeto, conforme podemos perceber, por exemplo, em um “Informe Publicitário” de página inteira, veiculado no jornal O Povo, de 23/11/1999.

Nesta publicidade, podemos destacar duas idéias: a primeira, legitimando a construção da barragem através da idéia de progresso – “Castanhão: Um mar de água doce para alimentar o progresso do Ceará” - e a segunda, que toma o projeto governamental como vontade comum de todos os cearenses – “O sonho de quase cem anos do povo cearense começou a ser construído”.

Nos estudos sobre projetos de grande escala, são evidenciadas duas forças que definem a construção.

Uma se dá através dos interesses do capital, no que concerne ao uso do solo e de recursos naturais, desapropriando terras a partir de decisões autoritárias e compulsórias, visando o crescimento, a necessidade de acumulação e o “progresso”. A outra se dá através da ideologia da modernização, que justifica a qualquer “preço” a desapropriação e ocupação do espaço para dar lugar às obras modernizadoras, ligadas à industrialização e/ou urbanização. (SCHERER WARREN, 1996: 81).

Legitimando a modernização e conseqüentemente a desapropriação, o Governo do estado consolidou o projeto Castanhão, e suas ações ocorreu no sentido de viabilizar, o mais rapidamente, o início das obras. Partindo da informação inicial sobre a obra, ocorreram várias divergências entre o governo e a população jaguaribarense, o que, conforme mencionado anteriormente, se desenvolveu num campo de forças sociais antagônicas.

Predominou por parte do Estado e de técnicos a seu serviço uma racionalidade instrumental baseada na economia, justificando as grandes obras, sem levar em conta os custos sociais e culturais da desapropriação das terras e a expulsão dos moradores, considerando fundamentalmente aspectos monetários e interesses políticos muito restritos.

Para os moradores de Jaguaribara – cidade mais atingida pelas águas do açude - esteve em jogo a defesa dos interesses dessa população, como indenizações justas, permanência da mesma vizinhança na nova cidade etc. Dessa forma, para elaborar esta dissertação, parti do pressuposto segundo o qual a ação governamental não aconteceu em um vazio cultural, pois preexistia uma dinâmica social anterior à intervenção e que sofreu as conseqüências desta; é o que tratarei a seguir.

4.1 NEGOCIAÇÕES E DIVERGÊNCIAS: OLHARES SOBRE A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM

A construção da barragem Castanhão gerou conflitos e divergências, mas também negociações entre o Governo do Estado do Ceará, os órgãos estaduais e federais diretamente ligados ao gerenciamento dos recursos hídricos (Secretaria de Recursos Hídricos/SRH, e o Departamento Nacional de Combate à Seca (DNOCS), os políticos, a imprensa, os movimentos populares, intelectuais locais (estudantes, professores), e outros grupos populacionais sobre os quais o empreendimento repercute de forma direta.

O discurso do governo, favorável à construção da barragem do Castanhão, fundamentou-se na possibilidade de: desenvolver economicamente o estado, abastecer de água a cidade de Fortaleza⁴², dinamizar projetos de irrigação, produzir energia elétrica etc. Contrapondo-se à visão governamental, o discurso opositor⁴³ defendeu a tese alternativa de construir de 10 a 12 barragens de porte médio na região do Alto Jaguaribe⁴⁴ e na bacia do rio Salgado, podendo o Castanhão ser uma delas, com 1,2 (bilhão) de metros cúbicos de acumulação, evitando, assim, a inundação da cidade de Jaguaribara. (BRAZ, 2004:60).

Mesmo com opiniões contrárias à construção do reservatório, as obras foram iniciadas. Juntamente com a edificação da barragem, o projeto previa a construção de Nova Jaguaribara para reassentar a população advinda da sede do município, de seu único distrito Poço Comprido e de áreas rurais. Para os moradores da zona rural⁴⁵, foram construídos reassentamentos rurais⁴⁶.

Isto posto, os moradores desviaram o foco de suas reivindicações: não podendo ir contra a construção da barragem, buscaram um canal de comunicação com o governo do Estado, para reivindicar direitos na nova cidade, o que inicialmente foi possibilitado através de líderes da Igreja católica. As reivindicações feitas pela população ocorreram no sentido de que fosse observado o pagamento das indenizações e que lhes fosse reconhecido o direito de participar das decisões políticas referentes ao destino da cidade.

⁴² Para o abastecimento da cidade de Fortaleza a partir do açude Castanhão, o Governo do Estado está construindo uma rede de integração entre aquele reservatório e a referida cidade: “O Eixo de Integração Castanhão – Região Metropolitana de Fortaleza é um sistema de adução com cerca de 255 quilômetros de comprimento, composto por uma estação de bombeamento; 166,59 quilômetros de canais; 93 quilômetros de adutoras e 1,1 quilômetros de túneis (Diário do Nordeste/Regional, 27/09/2002).

⁴³ Encontram-se detalhes sobre o discurso opositor no livro, *A Face Oculta da Barragem do Castanhão*, de Cássio Borges, que explica, baseado em artigos publicados nos jornais O Povo, Diário do Nordeste e Raízes (IMOPEC), a postura que alguns estudiosos defendem sobre a inviabilidade do projeto. Dentre os citados, estão: Antônio Mourão Cavalcante (médico), Theóphilo Benedicto Ottoni Neto (professor), Evandro Bezerra (engenheiro agrônomo do DNOCS), Paulo Affonso Leme Machado (professor da UNESP-IB - Direito Ambiental) e João Alfredo (à época, deputado estadual), e o próprio Cássio Borges (engenheiro do DNOCS).

⁴⁴ Denomina-se Alto Jaguaribe a região compreendida pelos municípios: Icó, Iguatu, Orós e Quixeló (www.ceara.gov.br).

⁴⁵ Alguns habitantes da zona rural optaram em residirem em Nova Jaguaribara. Sobre os critérios para essa transferência, ver capítulo IV.

⁴⁶ Segundo Contrato – PGE 17/2002 - Governo do Estado com a Plena Consultoria, as áreas de reassentamento estão divididas da seguinte forma: Projetos de Sequeiro/INCRA (Barra II, Belas Flores, Caroba, Sossego/Contendas, Borges, Santa Bárbara II); Projetos de Sequeiro/Estado (Lindeza, Desterro, Nova Holanda); Projetos de Irrigação (Curupati, Alagamar, Mandacaru) e Projetos Especiais (Agrovila Mineiro, Curupati Peixe, Zona Urbana de Jaguaribara, Áreas Remanescentes e Zona Suburbana Lages).

O processo de transferência dos moradores da cidade de Jaguaribara gerou uma divisão nas suas concepções a respeito da mudança. As compreensões eram diversificadas: desejo de mudar para a nova cidade; resistência total à mudança expressa em reações de desespero e lágrimas; e conformação, por acreditarem não poder ir contra a determinação governamental.

Diante de reações divergentes, a Associação de moradores de Jaguaribara juntamente com membros da Igreja católica negociou com os órgãos governamentais para assegurar alguns direitos na nova cidade como: a mesma vizinhança, emprego e renda etc.

A divergência entre os interesses dos moradores e a concepção estatal mostrou uma situação de tensão entre o Estado e a população. Neste contexto, coube aos técnicos do poder público, a função de administrar e mediar as contradições entre os interesses econômicos e as exigências do “progresso” tecnológico, e os anseios e reivindicações populares.

No cerne desse episódio se desenvolveu uma luta social⁴⁷, violenta, entre o Estado e os moradores. Não me refiro à violência física, mas à violência simbólica que decorreu sutil e dissimulada, colocando em precipício mais de um século de história e cultura. Na luta travada entre moradores e Estado, em Jaguaribara, não houve uso de armas de fogo ou confrontos corporais; mas a ação do Estado se apresentou devastadora, deixando um rastro de incerteza e insegurança entre os moradores, quanto à mudança para a nova cidade.

Para a construção da barragem, o Governo do Estado utilizou como argumentos principais: um suposto usufruto por parte de toda a população cearense, com o abastecimento de água; os projetos de irrigação; a produção de energia elétrica, e que a barragem será o reservatório pulmão e canal adutor da transposição de água da bacia do Rio. A repetição destas idéias levava ao raciocínio segundo o qual a transferência da população era mostrada como um “sacrifício necessário”. E assim, os textos publicitários do governo e outros discursos difundiam a idéia de uma espécie de Estado do bem estar social. Embutida nos mesmos discursos se embalava a idéia de um governante “administrador” eficiente, moderno, ágil e, quem sabe, principalmente “protetor dos desassistidos” e “salvador” dos secularmente desamparados.

⁴⁷ George Simmel descreve a luta social como uma ação recíproca entre os homens: “Que la lucha tiene importancia sociológica, por quanto causa o modifica comunidades de intereses, unificaciones, organizaciones, es cosa que en principio nadie há puesto en duda” (1992:265).

Há bastante tempo, difundia-se, também, um suposto argumento segundo o qual o Castanhão seria um reservatório necessário para a transposição do Rio São Francisco. Encontrei o referido argumento em um informe publicitário de página inteira no jornal O Povo: “Não há sentido no projeto de transposição do Rio São Francisco para o Ceará sem o Castanhão, que é um reservatório estratégico para as águas do “Velho Chico” no Estado (JORNAL O POVO, 23/11/1995)”.

Com esses argumentos o Estado foi paulatinamente legitimando a necessidade da construção da obra, impondo à subjetividade popular uma espécie de justificativa: a barragem do Castanhão seria um bem para todo o estado do Ceará. Tais ideias e processos me levam a perceber que,

O estado não precisa necessariamente dar ordens e de exercer uma coação física, ou uma imposição disciplinar, para produzir um mundo social ordenado: isto enquanto estiver em condições de produzir estruturas cognitivas incorporadas que concordem com as estruturas objetivas e de se garantir assim a submissão dóxica à ordem estabelecida. (BOURDIEU, 1998:158).

No caso em estudo, a autoridade institucional conferida ao Estado produziu um discurso baseado na extrema necessidade da construção da obra. O referido discurso gerou uma heterogeneidade de reações. Enquanto alguns moradores repeliam a idéia da mudança, outros se sentiam atraídos pela cidade nova por representar uma mudança de vida, principalmente para aqueles que não possuíam casa própria; problema esse que foi resolvido após a mudança, pois na nova cidade aqueles moradores cadastrados que não eram proprietários receberam um imóvel.

A atração pela cidade nova foi fortalecida através de uma submissão respaldada na religiosidade⁴⁸. Surgiram reações contrárias ao projeto percebidas através de protestos, reações e desespero.

As reações divergentes, tanto no plano individual quanto em termos coletivos, refletiram nas concepções dos moradores sobre as ações do Estado.

⁴⁸ Falo no discurso político-religioso, produzido no período que antecedeu a mudança, segundo o qual a nova cidade era a Terra Prometida. Esta idéia bastante explorada pela Igreja no imaginário popular, foi reforçada pelo discurso político.

Alguns consideraram o Estado autoritário devido à continuação da obra, mesmo com a oposição da maioria dos populares; porém, outros percebiam esta situação imposta pelo Estado como um ganho, no que se referia à garantia de moradia na cidade projetada. A construção desta significou, também, uma novidade nas ações governamentais no Ceará, pois não se tem registro de reassentamentos construídos pelo Estado.

A postura autoritária do Estado, marcada por uma racionalidade instrumental está ligada aos princípios já mencionados de desenvolvimento econômico. Esta racionalidade diz respeito ao projeto da fração hegemônica da classe dominante, que se pretende universal, atribuindo uma legalidade e legitimidade às próprias ações. Portanto, essa racionalidade não encontra respaldo em setores das classes dominadas ou daqueles mais diretamente atingidos por estes projetos - as suas vítimas. (SCHERER-WARREN, 1996:83).

Mesmo não encontrando aceitação passiva entre os “atingidos”, esse autoritarismo atribuído ao Estado é em parte justificado pelo próprio processo histórico que confere ao poder estatal essa autoridade, como também as justificativas já explicitadas anteriormente que foram utilizadas por tal instância para consolidação do projeto. A questão do autoritarismo merece um aprofundamento. Segundo Hannah Arendt, na sua obra intitulada *Entre o passado e o futuro*.

A relação autoritária entre o que manda e o que obedece não se assentam nem na razão comum nem no poder do que manda; o que eles possuem em comum é a própria hierarquia, cujo direito e legitimidade ambos reconhecem e na qual ambos têm seu lugar estável predeterminado. (ARENDR, 1968:129).

No caso de Jaguaribara, as lutas políticas entre o Estado e a população decorreram da dificuldade em conciliar interesses díspares, visto que as negociações foram realizadas em bases desiguais e as concessões aos pedidos dos moradores não alteraram o projeto em sua estrutura e conseqüências. O poder estatal, além de institucional, é também simbólico, e está presente no cotidiano das pessoas. O pensamento de Arendt a respeito do autoritarismo estatal encontra sintonia em Bourdieu, quando este afirma:

A instituição do Estado como detentor do monopólio da violência simbólica legítima atribui, através da sua própria existência um limite à luta simbólica de todos contra todos por esse monopólio (...) arrancando assim um certo número de divisões e de princípios de divisão a essa luta. (BOURDIEU, 1998:165).

A trama social que envolveu o Estado e os habitantes de Jaguaribara e os colocou em sentidos opostos comportou uma pluralidade de outras relações de dominação e

de contradições que brotou daquela luta: os conflitos internos ao Estado e àquela população. Apareceram contradições entre a população jaguaribarense, com a heterogeneidade de opiniões que se expressavam. Existiam aqueles que temiam perder suas raízes culturais, demonstrando afetividade ao torrão natal e aqueles dispostos a enfrentar o futuro que os aguardava na nova cidade.

A própria estrutura estatal comportou, também, contradições, pois houve divergências de pontos de vista entre os técnicos do governo: alguns lutavam dentro do governo para que os moradores sofressem menos impactos do que os previstos inicialmente, amenizando as conseqüências da mudança no modo de vida dos jaguaribarenses. Isto se deu devido à própria estrutura da tecnocracia estatal, que não é formada por um corpo homogêneo.

Scherer-Warren (1996:84), tratando sobre a diversidade de ideologias dentro da tecnocracia estatal, considera que este fenômeno encontra espaço favorável à sua ampliação no período da redemocratização da sociedade brasileira. Nesse momento, surgiu dentro das empresas estatais a possibilidade de alguns técnicos se manifestarem com base numa identidade ideológica, ainda que parcial, em favor da vítima. Segundo a autora, o que propiciou essa mudança na concepção dos técnicos foi em parte: “os conflitos internos quanto à elaboração e execução do próprio planejamento, permitindo algumas brechas e reformas no projeto autoritário anterior”.

No caso em estudo, percebi a postura que tomaram algumas pessoas defensoras do projeto, como: engenheiros, advogados, políticos, religiosos, intelectuais, etc. Mesmo aqueles pertencentes ao Estado se preocuparam com as conseqüências que a barragem trouxe à população. Sobre esse discurso, veremos, a seguir:

Somos contra a manipulação, o autoritarismo, a prepotência e o jogo torpe dos que pretendem transformar e confundir a sua vaidade e o seu interesse mesquinho no desejo legítimo da população. (...) Queremos um Castanhão sim! Mas um Castanhão da redenção. Este, só poderá ser concebido com a participação da comunidade técnica e respeitando os legítimos interesses da população envolvida. (OTTONI *apud* BORGES, 1999:100).

Mesmo com a ação de técnicos na tentativa de amenizar os impactos causados aos moradores, alguns destes desconfiam da intervenção de funcionários do governo no sentido de

melhorar suas vidas. Nas palavras de um jaguaribarense, percebemos a sua compreensão do Estado como órgão apartado do pobre:

Nós já participamos de várias reuniões, já ouvimos pessoas de fora, de outras localidades onde já se construiu barragem e o que escutamos faz a gente pensar que pra pobre não tem nada bom. Imaginamos a destruição da cidade da gente, da família, a separação. Tudo isso acontece. Ninguém é melhor do que ninguém. O que a gente sabe, é que os programas do governo nunca vêm beneficiar os pobres. Sempre é pra sacrificar. Assim como já aconteceu nos outros lugares, pode acontecer com a gente também (ENTREVISTADA 11).

Nesta fala, percebemos o descrédito popular em relação aos projetos governamentais que, para alguns moradores, nunca vêm “em benefício” dos pobres. Justificando essa preocupação recorrem a exemplos que ocorreram em outros lugares, relativos à desapropriação compulsória, atingindo populações. A entrevistada se refere a desapropriações que ela e alguns representantes de Jaguaribara tiveram oportunidade de conhecer como nos casos das: Barragem Sobradinho, na Bahia, e Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, em Açu, no Rio Grande do Norte.

Sobre a falta de confiança nas autoridades governamentais e a questão do valor simbólico atribuído ao espaço social dos moradores, um opositor ao projeto defende que,

(...) Alterar, mesmo que aparentemente para melhor, as raízes que vêm construindo há séculos os condicionantes próprios de uma comunidade que vê seu dia a dia totalmente modificado e que demonstra falta de confiança nas autoridades, são razões compreensíveis capazes de gerar incompreensão, revolta e, sobretudo, desânimo e incerteza (...). Esse assunto não deve envolver somente custos e benefícios medidos com a frieza dos cálculos e previsões nem sempre justas e equitativas. (OTTONI *apud* BORGES, 1990:182, 183).

Dessa forma, alguns técnicos defenderam os direitos dos moradores, pois acreditavam que por trás dos “benefícios” gerados pela construção da barragem existiam perdas de aspectos subjetivos e culturais ligados ao modo de vida daquelas pessoas. Pois, aqueles “prejudicados” com a obra estão interessados no valor simbólico atribuído a vários aspectos de seu cotidiano e de suas tradições (bens culturais, comunitários, religiosos etc.).

Todos estes elementos culturais fazem parte de seus projetos de vida, juntamente com o valor atribuído às suas raízes. Estes bens simbólicos são de difícil mensuração em termos monetários; assim, os moradores lutam para que esse aspecto cultural não seja negligenciado. Nas falas registradas está claro o apego de alguns às suas terras, sua cidade, suas casas. Os moradores lamentam também perder suas fontes de trabalho.

A maior parte do povo de Jaguaribara é contra; tem alguém que pode querer. Quem mora na capital acha que é melhor, mas pra nós, que moramos aqui, não. Principalmente, os que vivem da pecuária, o pequeno proprietário, o grande fazendeiro é só desvantagem. É começar tudo de novo.⁴⁹

Desde que essa conversa da barragem começou, até gente morreu aqui do coração. Até hoje eu me sinto mal só de ouvir falar que essa barragem vai sair. (...) Nós temos as nossas casas e a cidade podia ser outra. Sair daqui e ir pra Alto Santo... Alto Santo não quer! É uma coisa de acabar com todo mundo aqui do município e da cidade. Fazendo essa barragem, as terras melhores vão ser cobertas para sempre. Pra onde é que nós vamos? Pra riba da serra? Só se for. Eu não tenho mais idade pra esperar essas coisas, mas a minha família, e outras e outras que tem, netos e bisnetos que eu tenho, é um sacrifício pra esse povo.⁵⁰

Na primeira citação, percebemos que o apelo é bem mais uma preocupação com as fontes de renda já garantidas na cidade antiga; já na Segunda, a lamentação está mais ligada ao valor simbólico atribuído ao lugar. Este relato também aponta para uma revolta em razão das terras serem cobertas pelas águas, da incerteza do novo lugar de moradia, do sacrifício de depois de velho ter que recomeçar a vida noutro lugar.

4.2 A LUTA DOS MORADORES: UM RESGATE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Apesar de a Igreja Católica se fazer presente no município desde os seus primórdios, foi somente a partir da chegada das irmãs Cordimarianas que se iniciou a prática de organização de moradores, em Jaguaribara. A Congregação Cordimarianas reside no município desde 1979 e, para incentivo da prática católica, promoveu na sede do município reuniões, missas e levou posteriormente para as comunidades mais distantes de Jaguaribara a necessidade das reuniões para o estudo da bíblia.

A partir de 1985, com a propagação de informações acerca da construção da barragem Castanhão, as Irmãs, além dos encontros litúrgicos, promoveram várias reuniões no sentido de informar as pessoas sobre prováveis conseqüências da obra, como também da possibilidade desses populares empreenderem uma negociação com o poder público para resguardar seus direitos no processo de transferência compulsória.

⁴⁹ Trecho do livro “Jaguaribara resistindo e vivendo: dez anos de luta do Castanhão”. IMOPEC (1995:20).

⁵⁰ Ibid.; p.65

Existem vários relatos de jaguaribarenses sobre a importância das Irmãs Cordimarianas na conscientização e organização popular para a difusão de informações e tomadas de decisões. Para alguns, somente após a chegada das irmãs o povo começou a se reunir e trabalhar em grupos; é o que se percebe em alguns relatos:

E depois que elas chegaram, começaram a visitar a comunidade e convidar o povo para se reunir. A partir daí o pessoal já começou a se habituar a se reunir sozinho, trabalhando em grupo. Quando precisava discutir um assunto, alguma coisa, se reunia e hoje a gente vê que teve muito proveito o trabalho das irmãs na comunidade, porque as pessoas sabem se reunir, já sabem assistir encontros que acontecem na comunidade, pois elas também formava encontros, tinham vários encontros e as pessoas começaram a aprender a se organizar.⁵¹

Os moradores orientados pelas irmãs participaram e se organizaram cada vez mais, na busca de mais informações sobre o projeto. Das reuniões que eles participaram surgiu a idéia de formalização de uma entidade que legalmente poderia negociar junto ao poder público, para tanto foi criada a AMJ, em 21 de agosto de 1989.

A associação é importante porque é um trabalho comunitário e de organização. Ele é abrangente. Tem força de decidir, de representar. Desde que foi fundada, a coisa mais importante que aconteceu foi a organização do trabalho com todo o povo e a resistência contra a barragem Castanhão, apesar de todos os empecilhos. O povo unido, com organização, resiste e tem também o direito de participar, de votar. A representatividade é outro aspecto importante. Geralmente, o povo é representado pelos governantes através do partido A ou B. a Associação é uma representação comunitária. É um instrumento que fica ao lado do povo e ajuda a informar, incentiva a participação.⁵²

Além da organização popular em torno da Associação, apoiados pelas irmãs Cordimarianas, outra instituição que participou do processo de negociação dos moradores foi o Instituto de Memória do Povo Cearense (IMOPEC)⁵³, que serviu como um canal de comunicação para divulgar as ações governamentais a respeito da construção da barragem.

Uma das ações materiais desenvolvidas pela população de Jaguaribara com o apoio do IMOPEC, foi a constituição da Casa da Memória⁵⁴, inaugurada em 21 de agosto de 1989 em Jaguaribara. Essa ação foi apoiada e possibilitada pelo empenho da Associação dos Moradores de Jaguaribara.

⁵¹ Trecho do Livro “Cordimarianas em Jaguaribara”, Santos (1999:70).

⁵² Trecho do livro “Jaguaribara resistindo e vivendo: dez anos de luta do Castanhão”. IMOPEC (1995:23).

⁵³ O IMOPEC apoiou a população de Jaguaribara em parceria com a Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará (ADUFC), com a Central Única dos Trabalhadores (CUT-Ceará) e Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP).

⁵⁴ Sobre a Casa da Memória, ver capítulo 5.

A Associação dos Moradores mantém um relacionamento com um Movimento que atua em várias áreas do país, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Trata-se de um movimento político e cultural que luta para diminuir os impactos causados pela construção de barragens ou hidrelétricas, ou seja, obras que têm em comum o deslocamento de populações.

A AMJ e o MAB se constituem em redes de relações sociais e resultam, eles próprios, da junção de várias outras redes de relações de menor alcance. Assim, AMJ e MAB envolvem vários sujeitos sociais: moradores, associações civis e instituições religiosas que, em conjunto, buscam assegurar as pessoas atingidas, seus bens materiais, bem como a manutenção dos seus valores e representações simbólicas, construídos social e historicamente. Considero, essas ações populares como movimentos sociais.

Esses movimentos sociais surgidos no seio da luta contra a barragem Castanhão e aqueles aos quais os populares jaguaribarenses se uniram têm em comum, na sua formação, a união de vários sujeitos sociais que buscam através da luta organizada uma forma de defender suas representações referentes ao que consideram direito do povo. Scherer Warren (1999) define como movimentos sociais:

Um conjunto mais abrangente das práticas sócio político-culturais que visam a realização de um projeto de mudança (...) resultante de múltiplas redes de relações sociais entre sujeitos e associações civis. É o entrelaçamento da utopia com o acontecimento, dos valores e representações simbólicas com o fazer político, ou com múltiplas praticas efetivas (p. 15,16).

A prática exercida pelos movimentos sociais, no caso da barragem Castanhão, se efetiva num embate permanente com forças opostas - Movimento Social x Governo do Estado - na discussão de um mesmo projeto, e esse projeto traz mudança e essa mudança parece sempre trazer perdas para os moradores. Conforme mencionado anteriormente, muitos dos moradores não estão tão convencidos dos “benefícios” que a construção do açude ocasionará, antes lamentam a perda de sua cidade.

Esse conjunto de sujeitos sociais que, coletivamente integram a sociedade civil, vem durante esse tempo encaminhando propostas ao poder público, dessa forma, criando espaços alternativos de atuação. E nesse enfrentamento, vem buscando soluções aos problemas gerados pelo projeto, como desapropriações, indenizações, mudança para uma nova cidade etc.

Uma forma mais institucionalizada de participação popular foi criada pelo próprio governo do estado com o objetivo de acompanhar as ações referentes ao Projeto Castanhão e suas inter-relações. Este canal de comunicação entre governo e população é denominado Grupo de Trabalho Multiparticipativo e foi criado através do Decreto nº 23.752, de 18 de julho de 1995, tendo como principais objetivos: apoiar e articular as ações referentes à conclusão do empreendimento Castanhão e assegurar o reassentamento da população rural impactada pela obra.

O Grupo Multiparticipativo do Castanhão é formado pelo Secretário da Agricultura e Pecuária do Estado, que o preside; por um representante da Secretaria do Planejamento e Coordenação; um representante da Secretaria de Recursos Hídricos; um representante da Secretaria de Infraestrutura; um representante da Secretaria do Desenvolvimento Local e Regional; um representante da Secretaria da Ação Social; representantes das prefeituras (um de cada) de Jaguaribara, Jaguaretama, Morada Nova e Alto Santo; representantes da sociedade civil dos municípios (dois de cada) Jaguaribara, Jaguaretama, Morada Nova e Alto Santo; dois representantes do DNOCS; um representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e dois representantes da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará.

Conforme o decreto citado anteriormente consta que no Grupo Multiparticipativo, todos os integrantes têm a liberdade de expor suas idéias e questionar propostas. Dessa forma, constitui-se numa forma de gestão participativa no que concerne a ações de interesse da população.

Compreendo o GM como um canal de participação popular que parte de duas iniciativas, uma privada e outra advinda do setor público, essa relação entre população e Estado, é vista sob dois ângulos. Percebi a luta da população para garantir direitos na nova cidade como uma ação oriunda dos movimentos sociais, ou seja, essas pessoas se reuniram em torno de um objetivo comum e se organizaram no sentido de enfrentar as dificuldades com a construção da barragem. Essa união de pessoas levou a uma mobilização baseada em um pensar e um agir em comum para a resolução dos impactos sociais, econômicos e culturais decorrentes da consolidação da referida obra.

Sob o ângulo da política social, compreendi que, quando o poder público percebeu na população uma situação de tensão e resistência, a alternativa encontrada pelo governo foi a criação do GM, como mediador entre o governo e a população. Entretanto, esta política social só ocorreu dez anos após a primeira notícia chegada em Jaguaribara sobre a construção da barragem. Considero a criação do GM como uma atitude governamental tardia, já que aqueles moradores buscam desde o início do processo ser ouvidos e terem suas opiniões respeitadas pelo poder público.

De acordo com o que percebi nesse relacionamento entre população e Estado, através do GM surgiu-me um questionamento: É possível neste espaço uma efetiva participação popular? Ou se constitui num espaço de convencimento popular de programas do governo já definidos?

Respondendo esses questionamentos, compreendo que: no caso que envolve o Projeto Castanhão e a população de Jaguaribara, o Grupo de Trabalho Multiparticipativo serviu como um canal para amenizar os impactos, fazendo com que pelo menos os populares tivessem o conhecimento prévio das ações que seriam empreendidas e assim pudessem fazer escolhas e reivindicações, mesmo que essas escolhas fossem dentro de um leque já pré-definido pelo Estado.

Uma das escolhas feita pelos moradores foi o local de construção da Nova Jaguaribara, cidade planejada para receber os desalojados. A escolha foi feita através de um plebiscito votado pela população, porém, os locais a serem votados foram previamente selecionados pelo DNOCS.

Na área escolhida pela população – através de votação - foi erigida uma nova cidade e sobre sua construção e estrutura atual, bem como as formas de sociabilidade compreendida a partir da representação dos moradores, é o que trata o próximo capítulo.

5 NOVA JAGUARIBARA: PLANEJAMENTO E SOCIABILIDADE

Nova Jaguaribara, construída para receber a população deslocada compulsoriamente de Jaguaribara, foi projetada com casas padronizadas, ruas e calçadas geometricamente definidas por um modelo urbano. A nova cidade possui saneamento básico e locais apropriados para a criação de indústrias. É perceptível no lugar uma implementação do modelo de planejamento urbano que se vê em grandes metrópoles. A cidade faz parte das ações constantes do projeto “Complexo Castanhão”.⁵⁵

A população foi transferida de um local onde o modo de vida foi histórica e culturalmente construído para outro onde as redes de sociabilidades estão sendo reconstruídas cotidianamente. Modos de vida, de sobrevivência, de vizinhança, de lazer são alterados e redefinidos diariamente.

Em Nova Jaguaribara, as alterações no modo de vida dos moradores, nos trajetos, nas relações de vizinhanças, nas formas de lazer, nas ocupações estão incluídas no estudo sociológico, como formas de sociabilidade. Entendendo como sociabilidade as redes de relações que se tecem quotidianamente na interação de pessoas, algo dinâmico, aquilo que está acontecendo na sociedade; na expressão de Simmel, citada por Moraes Filho, são processos sociais, ou melhor, sociação:

A sociedade não é algo estático, acabado; pelo contrário, é algo que acontece, que está acontecendo. O objeto da sociologia são esses processos sociais, num constante fazer, desfazer e refazer, e assim incessantemente. É através das múltiplas interações de uns-com-os-outros, contra-os-outros e pelos-outros, que se constitui a sociedade, como realidade inter-humana. Ao processo fundamental Simmel dá o nome de ‘*vergellschaftung*’, ao pé da letra, socialificação, mais do que sociedade, denotando o seu dinamismo, sempre ‘*in fieri*’. Como se verá em chamada própria, adotamos aqui a sugestão dos simelianos norte-americanos, traduzindo-o por ‘*sociação*, que não se confunde com ‘*socialização*’ nem com ‘*associação*’. (MORAES FILHO, 1983:21).

Na cidade, as formas sociais se estabeleceram a partir da transferência física da população, que inevitavelmente causou modificações nas interações, que se expressam na alteração da organização de vizinhança, na mudança dos espaços de lazer, no uso das calçadas, e na distância da cidade em relação ao rio, etc. O tipo de relacionamento praticado

⁵⁵ Encontra-se no capítulo 4 desta dissertação a descrição do referido projeto.

entre os habitantes é permeado de elementos do passado que se adequam ou se modificam no presente e, assim, novos arranjos vão se construindo para o futuro.

Partindo dessa dinâmica de interações das pessoas, entre os tempos passado, presente e futuro, Miranda, parafraseando Simmel, conceitua sociabilidade:

(...) Todavia, esse trânsito, essa dinâmica entre o passado, o presente e o futuro de cada pessoa ou de cada coletividade não obedece a uma determinação exterior absoluta, nem é produto das idéias ou da razão. Trata-se de um movimento contraditório dos homens contra si próprios e, em consequência, das coletividades postas em crise (ou vice-versa se assinalarmos uma pessoa determinada). Esse movimento homem coletividade demarcado pelas mediações genéricas assinaladas no plano conceitual, ocorre concretamente através dos valores e estruturas de referência que orientam as ações e expectativas relativas exteriores. Tais ações e expectativas demarcadas pelas formas (instituições, unidades e grupamentos) orientam-se segundo valores e são postas em contradição pelas estruturas de referência. Este conjunto constitui as relações sociais propriamente ditas, e recebe o nome de sociabilidade. (MIRANDA, 1996:21)

As mudanças nas interações sociais, citadas ao longo do trabalho, seja na vizinhança, nos meios de sobrevivência, lazer, percursos diários, são referidas pelos moradores sempre fazendo uma analogia com as formas de vida na antiga cidade. As representações mentais que os moradores fazem a respeito da mudança nas formas sociais, foram interpretadas por mim com apoio no pensamento de Antônio Cândido, que aponta dois sentidos para o fenômeno. O primeiro ele denomina *representações de restauração*, neste caso os moradores acionam a memória e buscam formas sociais do passado para comparar com as do presente. O segundo tipo, denominado *representações de superação*, agrupa situações em que os moradores começam a aceitar a nova vida.

Tomadas por empréstimo tais categorias, *as representações de recuperação* são imagens do passado na memória dos moradores, o lembrar de um tempo de abundância com a proximidade do rio, das plantações em suas margens, das lavagens de roupas, das pescas. Percebi nos relatos de moradores uma alegria ao lembrarem o tempo da fartura, da facilidade de conseguir alimento, ou das amizades próximas e delas se beneficiarem através da troca de favores.

Já as *representações de superação* refletem a adaptação definitiva de alguns moradores à forma de organização social existente na nova cidade. Alguns exemplos de mudança no modo de vida foram evidenciados durante a pesquisa através de observações somadas a relatos de moradores. Algumas mulheres afirmaram que, para se deslocarem até o

mercado, é imprescindível o uso de bolsas e sandálias. Segundo elas, no novo espaço, não se sentem mais à vontade para irem “às vendas” com roupas “de casa”. Já sobre as novas formas de deslocamentos, dependendo do local de moradia, as idas ao mercado, centro ou igreja matriz são realizadas de bicicletas, motos particulares ou ainda moto-taxis. Nesses exemplos, se tornam visíveis alterações em certas práticas culturais vivenciadas pelos habitantes de Nova Jaguaribara. Sobre essas mudanças, encontrei na interpretação de Schiling, se referindo a um trabalho de Antônio Cândido⁵⁶, uma explicação que me ajudou a interpretar a referida mudança cultural na “cidade nova”. Para a autora a mudança social

(...) aparece como a resultante da coexistência de fatores de persistência e dos fatores de transformação, sem substituição mecânica dos padrões anteriores, mas de redefinição dos incentivos tradicionais, por meio do ajustamento dos velhos padrões a um novo contexto social. (...) Sugere a existência de um mínimo inevitável de civilização procurando preservar o máximo possível das formas tradicionais de equilíbrio. (SCHILING, 1996:56)

Como relatei anteriormente, as mudanças ocorridas são sempre referidas e comparadas por alguns habitantes com aquelas desenvolvidas no antigo espaço. Os moradores de Jaguaribara mudaram de uma cultura ligada à agricultura, à pesca, à lavagem de roupas no rio para uma “cultura urbana” que pressupõe a criação, aceitação, por parte das pessoas de um novo modo de vida, implicando, simultaneamente, o abandono de estratégias de sobrevivência praticadas no espaço anterior. Sobre essa mudança cultural, encontrei em Cândido (1982) um estudo que me ajuda a compreender essas pessoas transferidas.

Como grupos que aceitam, da cultura urbana, os padrões impostos – aquilo que não poderiam recusar sem comprometer a sua sobrevivência -, mas rejeitam os propostos, os que não se apresentam como força incoercível, deixando margem mais larga à opção. (CÂNDIDO, 1982:218).

Em Nova Jaguaribara os moradores são, de certa forma, consumidores dos padrões impostos pelo urbanismo, às novas formas de frequentar o mercado, de transitar nas ruas, da adaptação permanente com pessoas "de fora".

A nova cidade, como referida anteriormente, é uma cidade planejada, geometricamente traçada e medida. A existência da cidade sem a ocupação de pessoas a torna parada, desabitada e sem vida. Somente com a apropriação, pelos moradores, é que esta se torna um espaço. O trânsito diário das pessoas, a busca pela sobrevivência, a ida às escolas, às

⁵⁶ Antônio Cândido (1982) – Os Parceiros do Rio Bonito. Esse trabalho resulta de investigação social realizada no município de Bofete, nos anos de 1948 e 1954. Em linhas gerais, visa conhecer os meios de vida num agrupamento de caipiras.

praças, às festas, às missas, aos cultos; a forma de se relacionar com os vizinhos, seja conflituosa ou cordial, é que vão fazer deste lugar, um “espaço praticado” no sentido descrito por De Certeau (1994:202):

Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidade de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais.

O estudo em questão apresenta diferenças, no sentido de que, não é um caso de “praticar” a invenção cotidiana, por exemplo, para habitar uma cidade onde já existiam moradores com suas práticas, seus trajetos. Trata-se, como já mencionei, de uma mudança em massa para um lugar vazio, sem dinâmica, sem vitalidade. Uma mudança que alterou bruscamente todo o modo de vida da população e a paisagem da cidade a que estavam habituados. Cabe, mais uma vez, ressaltar que a mudança foi compulsória e que a “invenção” de novas formas de viver no espaço passa pela aceitação de que a outra cidade deixou de existir, foi destruída e nunca mais será vista, e que todos os percursos serão alterados.

Em visita a Nova Jaguaribara após um ano da mudança (agosto/2002), percebi uma inquietação e uma inconformação das pessoas com a nova dinâmica social. Nestes termos, os relatos coincidiam em alguns pontos como: a mudança de vizinhos, a distância entre os imóveis e das residências para os outros espaços da cidade.

Na última visita, em agosto de 2004, a tensão inicial já estava amenizada, as pessoas estavam mais acostumadas ao novo ritmo de vida. As estratégias de sobrevivência, deslocamentos, novas relações de vizinhança, criação de associações são as novas formas de sociabilidade instituídas no novo espaço e que descrevo no decorrer dos capítulos 6 e 7 deste trabalho.

5.1 A ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS NA NOVA CIDADE

Nova Jaguaribara é cortada por uma larga avenida. De acordo com o zoneamento urbano, de um lado ficam todas as casas das pessoas que na cidade anterior eram proprietárias dos imóveis; dessa forma, alguns moradores que antes habitavam nos bairros afastados agora o fazem na parte central da cidade. Do outro lado, se encontram as residências daqueles que,

na sua maioria, na cidade anterior, não eram proprietários, moravam em residências cedidas ou alugadas. É o caso das casas localizadas no bairro Mutirão: casas pequenas e conjugadas.

Posteriormente, devido à demanda de moradores sem casa⁵⁷, foi edificado o Habitar Brasil, também destinado a esse público. Nesse espaço, foi construído, ainda, o bairro de Poço Comprido, onde moram as pessoas transferidas do distrito da antiga Jaguaribara que tinha o mesmo nome.

Para abrigar alguns moradores da zona rural⁵⁸ e que optaram por morar na zona urbana, foram construídas, pelo IDACE⁵⁹, várias casas na cidade nova. Constituíam-se, como critérios de seleção para residir na cidade: o candidato ou interessado não ter como atividade principal a agricultura, exercida diretamente onde morava, ou ser aposentado. O motivo dessas exigências dava-se devido na cidade os moradores não poderem mais exercer atividades agrícolas. Grande parte dos que, residindo no campo, praticavam agricultura, o faziam em terras de outros, uma vez que não eram proprietários. Com a mudança, parte dessas terras foi inundada; além disso, toda a área foi desapropriada e os donos adquiriram propriedades em outro município. Nesse caso, se tornou, de fato, inviável, para esses “sem terra” desalojados, a continuidade da condição de agricultor.

A nova cidade estruturada de forma moderna é um modelo próprio do capitalismo e fruto do desenvolvimento socioeconômico. Dessa forma, como em outras cidades brasileiras, percebemos a divisão espacial, que também deixa transparecer as diferenciações entre as classes sociais. Separadas por uma avenida encontram-se duas porções distintas, uma com as casas maiores localizadas próximas ao centro administrativo, ao mercado, e à igreja; e, na outra, casas menores construídas para aqueles moradores que na cidade antiga não tinham casas. Ferrara (1999:241), em estudo sobre a questão urbana, afirma que (...) “é comum apontar a divisão da cidade em duas porções dominadas, respectivamente, pelas camadas de alta e baixa renda como tradução, na cidade, da luta de classes criada pelo sistema capitalista”.

⁵⁷ Segundo entrevistas realizadas em Nova Jaguaribara, inclusive de uma religiosa local que acompanhou de perto as negociações (sobre a construção da nova cidade) com técnicos do governo: “A notícia de ganhar um imóvel na nova cidade atraiu vários jaguaribarenses que residiam em outros municípios ou Estados”.

⁵⁸ No Capítulo VI trato do reassentamento das pessoas vindas da zona rural que optaram por residir na zona urbana de Nova Jaguaribara.

⁵⁹ Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará.

No estudo realizado nos diversos espaços de Jaguaribara, fui registrando as representações dos moradores acerca do novo local e da nova forma de vida. Considerei relevantes as informações obtidas no Mutirão, pois lá, segundo alguns entrevistados, o espaço se assemelha à cidade anterior. Coincidindo em alguns relatos a seguinte afirmação “O mutirão é Jaguaribara” ou “Ave Maria, adoro aqui no Mutirão, porque é mesmo que tá vendo a velha Jaguaribara, aqui, o Mutirão é Jaguaribara”. (ENTREVISTADA 16).

Uma das características citadas que fazem o Mutirão se assemelhar a Jaguaribara são as casas conjugadas, o que viabiliza, por exemplo, a colocação de cadeiras nas calçadas e a conversa entre vizinhos. Dessa forma, para uma moradora, a reprodução desse hábito faz desse espaço um reflexo de Jaguaribara, e opõe o Mutirão ao lado do centro: “aqui a gente senta nas calçadas, conversa. O Mutirão é Jaguaribara, o outro lado é cidade grande” (ENTREVISTADA 13).

A moradora faz alusão a uma divisão na cidade, citando aquele espaço onde os moradores podem reproduzir as mesmas práticas identificadas com o local anterior. Em oposição, no restante da cidade as casas são separadas e circundadas por muros, impossibilitando o contato direto entre vizinhos; por este motivo, o que não é Mutirão é considerado cidade grande.

Os critérios utilizados na distribuição das casas

O processo de cadastramento de moradores e distribuição de casas em Nova Jaguaribara foi realizado por técnicos da Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará (SEINFRA). Para o reassentamento dos moradores nos imóveis, foram observados alguns critérios estabelecidos por aquela Secretaria.

Aos proprietários de imóveis de uso residencial e/ou comercial, situados na sede municipal e na sede do distrito de Poço Comprido, foram apresentadas pelo governo do Estado as seguintes propostas: a permuta do imóvel por outro situado na cidade de Nova Jaguaribara ou o pagamento de indenização do referido bem.

A construção da referida cidade, bem como sua ocupação, foram orientadas por um Plano Urbanístico denominado “Projeto Nova Jaguaribara”. Em relação aos imóveis

destinados àqueles que eram proprietários na cidade antiga, constam nesse plano, projetos arquitetônicos - que variavam em cinco tamanhos e três modelos - para unidades de usos residenciais que foram permutadas. O tipo do imóvel recebido em Nova Jaguaribara foi condicionado ao tamanho do imóvel que o proprietário possuía na cidade anterior. A permuta ocorreu seguindo os seguintes critérios:

Imóveis com área construída até 50,00 m² ou de qualquer dimensão, mesmo quando construídos em taipa, teriam direito a permuta por um imóvel de 50,00 m²;

Imóveis com área construída entre 50,01 m² e 75,00 m² teriam direito a permuta por um imóvel de 75,00 m²;

Imóveis com área construída entre 75,01 m² e 100,00 m² teriam direito a permuta por um imóvel de 100,00 m²;

Imóveis com área construída entre 100,01 m² e 125,00 m² teriam direito a permuta por um imóvel de 125,00 m²;

Imóveis com área construída acima de 125,01 m² teriam direito a permuta por um imóvel de 150,00 m². Aos proprietários desta categoria que possuem imóveis com área superior a 150 m² foi garantida a indenização pela área excedente.⁶⁰

Obedecendo aos critérios de tamanhos já referidos, os moradores tiveram a oportunidade de escolher entre três modelos arquitetônicos apresentados para cada tamanho de imóvel.

As casas construídas na nova cidade foram planejadas em lotes com afastamentos que possibilitam circulação de ar e iluminação natural, instalações elétricas, telefônicas, hidráulicas e sanitárias. Nova Jaguaribara é a primeira cidade do Estado do Ceará com uma cobertura total de serviços de saneamento básico, abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Na nova cidade, as áreas de moradia foram organizadas⁶¹ a partir da igreja. Assim, na parte central, ao lado da igreja matriz Santa Rosa de Lima, foi construído o Centro Administrativo e, a partir daí, foi sendo organizada a vizinhança, atendendo também a pedidos de pessoas que queriam fazer algum tipo de deslocamento da residência, em relação à morada anterior, por exemplo, para ficar vizinho a um filho, ou outros familiares. Em outros locais da cidade, encontram-se dispostos: um hospital, um posto de saúde, um centro comercial, várias lojas, uma escola de ensino fundamental e um Liceu, terminal rodoviário, casa do cidadão, correios, uma agência do Banco do Brasil, Ilha Digital, Sindicato dos Trabalhadores Rurais etc.

⁶⁰ Dados constantes no Plano de Mudança (outubro/2000) - Governo do Estado/SEINFRA.

⁶¹ O chamado trabalho de conscientização da população, mudança e organização dos espaços foi feito pela Secretaria de Infra Estrutura (SEINFRA), órgão do Governo do Estado do Ceará.

A casa da memória

A casa da memória foi fundada em Jaguaribara em agosto de 1998. Funcionou inicialmente em uma mercearia cedida por uma moradora, mudando-se depois, para um imóvel alugado pelo Instituto de Memória do Povo Cearense - IMOPEC. Este instituto é o responsável pela organização e administração da referida casa.

A casa da memória funcionou durante três anos em Jaguaribara, sendo transferida para a Nova Jaguaribara em 2001. Na nova cidade, a casa é sediada em um imóvel alugado pelo IMOPEC que custeia o pagamento. Foi adquirido pelo IMOPEC com ajuda de doações de moradores um terreno para a construção de uma sede própria.

A coordenação da casa é de responsabilidade de Jesús Jeso, morador de Nova Jaguaribara, apoiado por vários jovens que fazem o serviço de zelar, abrir a casa e receber visitantes. Esses jovens foram todos treinados pelo IMOPEC, através de oficinas de pintura, teatro, flauta etc.

A casa funciona de segunda a sexta-feira, nos turnos manhã e tarde e, esporadicamente, aos finais de semana, quando os interessados em visitá-la, contatam com antecedência o coordenador.

O referido local constitui-se num espaço de permanente socialização. Os jovens estão sempre em contato entre si nos trabalhos, nas oficinas e com os visitantes através das exposições; e com os idosos para aprenderem sobre o significado dos objetos doados. Durante o mês de aniversário da casa, os organizadores promovem campanhas para conquistar colaboradores financeiros.

O acervo da referida casa foi constituído através de objetos pessoais doados pelos moradores: fotografias, roupas, utensílios da agricultura e domésticos; e alguns rádios e aparelhos televisores bem antigos.

Sobre o significado das doações para a casa da memória um morador se pronuncia:

Aprendi que todo objeto traz um significado. O que é mais importante é ver que as famílias contribuem com responsabilidade, com a vontade de ter uma foto, uma peça representando sua família. O meu crescimento foi em cima disso: saber receber o que as pessoas consideram como velho, mas aos meus olhos eu vejo como novo.⁶²

Na nova cidade, a casa da memória auxilia no processo de manutenção da identidade dos moradores, fortalecendo assim, a memória coletiva. De acordo com o que nos ensina Norbert Elias (1984:182), a continuidade de um grupo se dá também através da memória, ou seja, (...) “na transmissão das lendas, da história, da música e de muitos outros valores culturais, é em si uma das funções de sobrevivência desse grupo”.

Os moradores de Nova Jaguaribara reuniram na casa da memória um acervo de fotos e vídeos; livros e poesias, materiais para a conservação da história do lugar. Segundo Elias (1984: 182), “a memória: (...) dá a cada indivíduo um passado que se estende muito além de seu passado pessoal e permite que alguma coisa das pessoas de outrora continue a viver no presente”.

Apropriando-me da idéia de Elias acerca da memória como essencial para a continuidade das práticas dos grupos sociais, analiso a casa da memória como um instrumento de rememoração da cidade anterior, ou seja, uma forma dos moradores relembrem suas vidas na cidade anterior, também é uma forma de aprendizagem dos mais jovens com os mais velhos sobre a história da cidade, a lembrança dos antepassados etc. Acerca da memória, utilizo falas de alguns jovens sobre a importância da existência da casa da memória: “Significa lembrar o meu passado, da minha família e até mesmo da população”.⁶³ Ou “Nela posso conhecer a história da nossa cidade e até mesmo dos nossos antepassados”.⁶⁴ Ou ainda, “A casa da memória significa muita coisa para mim”. Porque lá está guardada a lembrança dos nossos antepassados e a história da nossa querida Jaguaribara.⁶⁵

Nos relatos, convergem opiniões no sentido de perceber a importância da casa da memória como forma de conhecer sobre o passado das famílias, dos ancestrais, e a história de Jaguaribara.

⁶² Trecho do Jornal “Raízes” (IMOPEC), ano 12, Nº 42, Abr-Jun 2003.

⁶³ Ibid.

⁶⁴ Ibid.

⁶⁵ Ibid.

O trabalho na casa da memória é realizado por jovens voluntários, uma iniciativa do IMOPEC no sentido de propiciar um processo de aprendizagem dos mais jovens com os mais velhos, pois para aprender sobre determinado objeto, seu valor cultural, sua história, necessariamente esses jovens buscarão esse conhecimento nas gerações anteriores.

Sobre a importância do trabalho voluntário, uma entrevistada nos fala: “Aprendi o quanto é importante poder participar do trabalho voluntário e o quanto é legal poder saber sobre o passado da nossa cidade”.⁶⁶

A casa da memória é, em Nova Jaguaribara, um local importante para o processo de aprendizagem da história local. A doação de objetos e os relatos sobre a origem, utilidade e o significado dos objetos e fotos, são estímulos para moradores de várias faixas etárias interagirem e zelarem pela manutenção da casa. A metodologia interativa é utilizada na transmissão de saberes importante para a aprendizagem dos mais jovens, como também para informar visitantes sobre a história da “antiga” Jaguaribara.

5.2 ENTREGA DA CHAVE, MUDANÇA E INAUGURAÇÃO

A permanência dos moradores na nova cidade foi antecedida por alguns fatos, como: a entrega das chaves, a mudança e a inauguração. Em 26 de julho de 2001, aconteceu a entrega oficial da chave da cidade pelo governador do Ceará, Tasso Ribeiro Jereissati, ao prefeito municipal, Cristiano Peixoto Maia. O evento foi permeado por um discurso político religioso, com a participação de membros da Igreja Católica (padres, bispos, freiras) e políticos (o governador, o prefeito local e de municípios vizinhos, deputados, vereadores, secretários de governo, etc.).

O evento foi antecedido por uma romaria vinda do antigo município, que tinha como objetivo fazer a mudança dos santos padroeiros da cidade (sede) Santa Rosa de Lima e São Gonçalo – e do distrito de Poço Comprido – São Vicente Férrer.

⁶⁶ Ibid.

A igreja foi um dos primeiros equipamentos a mudar-se; tanto que, em alguns relatos, registrei pessoas afirmando que só acreditaram que a cidade ia mudar com a transferência dos santos: “Senti que a mudança ia acontecer quando houve a saída dos santos.” (ENTREVISTADA 8).

Na transposição dos santos de uma cidade para a outra, o percurso foi permeado de simbolismo: em procissão, as pessoas levaram as imagens retiradas do templo a ser destruído para a nova igreja matriz. Após a chegada dos mesmos, ocorreu a solenidade de entrega das chaves da cidade, que se iniciou com as palavras do bispo de Limoeiro do Norte, padres e depois dos políticos presentes.

Em 31 de julho de 2001, iniciou-se a transferência da população de Jaguaribara para Nova Jaguaribara. Nesse momento, teve início a habitação do lugar, as pessoas ocupando suas casas, se apropriando dos espaços, estranhando a maioria deles.

O deslocamento dos moradores se deu em um clima paradoxal, no sentido de que alguns estavam satisfeitos em habitar a terra nova, e outros resistiram até o fim, adiando o máximo possível a transferência. Um fato, digno de menção nesse momento, ocorreu quando do anúncio da mudança (início do ano 2001): parece que as pessoas perderam a esperança de permanecer na cidade antiga e se mostravam mais acomodadas; percebi a influência da Igreja católica no sentido de apaziguar os ânimos, apelando à religiosidade popular, declarando Nova Jaguaribara como “a terra prometida”, como na fala de uma religiosa local: Enquanto tentam se ajustar à nova vida, os moradores vão se dividindo entre a saudade da terra natal e a realidade na “terra prometida.” (O POVO, OPINIÃO, 25/09/02).

A idéia da “terra prometida”, na época da mudança estava atrelada a um discurso político que ligava política e religião. Sobre o assunto, escrevi um artigo que foi publicado no jornal O Povo, fazendo menção aos referidos discursos no dia da entrega das chaves:

Poucos dias antes do início da ocupação da Nova Jaguaribara ocorreu a entrega das chaves da cidade pelo governador do Estado do Ceará ao prefeito municipal, em 26 de julho de 2001, antecedida por uma romaria vinda de Jaguaribara, cujo cortejo litúrgico foi acompanhado por carro de bombeiros, trazendo as imagens dos santos padroeiros: São Vicente Férrer e Santa Rosa de Lima. Algumas pessoas traziam cartazes impressos com o seguinte slogan: “Com São Vicente Férrer, rumo a Terra Prometida”. Na nova cidade também foram afixadas faixas: “Nova Jaguaribara, a Terra Prometida”. Depois veio o ato litúrgico com cânticos e orações. Logo após, a palavra de Dom José, bispo de Limoeiro do Norte. A pregação da igreja, como é tradicional, apelava para a conformação popular, através da submissão a Deus, do

amor ao próximo, do desprendimento material, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, falava em conscientização política pela luta popular, em participação nas decisões políticas e em construção da cidadania. O discurso do governador ligou a política à religião quando pregou a idéia da construção da cidadania, da participação popular apelando para a religiosidade dos habitantes, agradecendo aos jaguaribarenses pelo grande gesto cristão, de deixar sua terra por amor aos outros cearenses, e que estes últimos receberão então a dádiva divina, que é o direito a água (JORNAL O POVO, 25/09/2001)

A relação da Igreja com o Estado é um tema que precisa de um aprofundamento; a análise que realizei no momento aponta a existência de um paradoxo entre os dois discursos: a aceitação alienada e a participação política; o conformismo e a resistência.

Compreendi que a Igreja, na tentativa de diminuir os impactos causados aos moradores, recorreram a “promessa” existente na bíblia sobre a terra prometida. Porém, o Estado se apropriou deste discurso para respaldar uma aceitação popular e assim diminuir as resistências.

Para corroborar a aceitação da cidade enquanto local cheio de vantagens para seus habitantes, o que implica também uma sociabilidade urbana. Observei, durante o período da mudança da população que, a cidade foi divulgada na mídia como um lugar moderno, palco de prosperidade.⁶⁷ Dessa forma, para justificar a mudança, a cidade foi apresentada com muitas vantagens, tentando construir no imaginário popular a imagem de uma cidade maravilhosa parecendo inegável a melhoria que a população ganhou com a mudança.

⁶⁷ Em propagandas comunicadas pelo Governo do Estado através da televisão, Nova Jaguaribara foi apresentada através de imagens e slogans atrativos, inclusive houve a participação de moradores, afirmando a satisfação de morar na cidade nova.

6 “GAIOLA BONITA NÃO DÁ DE COMER A PÁSSARO”⁶⁸

Falar de representações sociais envolve toda uma gama de visões elaboradas por sujeitos sociais em diversas localidades. No que tange ao meu trabalho de pesquisa, esboço uma visão de Nova Jaguaribara, bem como de práticas sociais desenvolvidas no referido espaço sob a ótica dos moradores.

Durante a pesquisa na nova cidade, registrei e analisei representações acerca do modo de vida jaguaribarense. As questões que foram abordadas pelos moradores entrevistados recaíram sobre alguns temas relacionados à vida cotidiana como: a ida ao mercado, o uso de fogareiro, os meios de sobrevivência, as distâncias, os "de fora", a vizinhança e o rio.

6.1 AS CONTRADIÇÕES DA CIDADE: O FOGAREIRO A LENHA E SANDÁLIA PARA IR AO MERCADO

A cidade é freqüentemente citada como moderna nos relatos dos moradores; nesse sentido, várias características lhe são atribuídas. Para os entrevistados, o modo de vida mudou muito: “aqui, às vezes, a gente bota a cadeira na calçada, e nem é todo dia; lá, todo mundo botava a cadeira na calçada [...] aqui todo mundo só senta nas áreas (varandas)” (ENTREVISTADA 15).

O sentar e permanecer nas áreas (varandas), a necessidade de manter fechados os portões, utilizar cadeados e campainhas, são práticas consideradas exigências da cidade moderna. O planejamento a que a cidade foi submetida é visto como sinônimo de modernidade. Nesses termos, destacam-se aspectos como: a existência de avenidas, com retornos, ciclovias, sinalização, passagem de pedestre, e, principalmente, o sistema de escoamento de água, cuja importância parece adquirir realce em períodos de chuva. “A cidade é bonita, bem estruturada, tem água, chove, chove muito quando é com meia hora, com dez minutos, não tem mais um pingo de água.” (ENTREVISTADO 3). Para outros entrevistados, o “moderno” aparece na existência de torre da transmissão para telefone celular e Ilha Digital para acesso à internet: “porque aqui já tem uma ilha digital que foi implantada, quer dizer,

⁶⁸ Esta metáfora foi tomada de empréstimo por mim de uma entrevista realizada em Nova Jaguaribara. O morador entrevistado reside no bairro Mutirão.

coisa de computação, de tecnologia, coisas que lá era muito tradicional, da cultura mesmo” (ENTREVISTADA 8). Neste caso, os moradores se inserem em novas formas de sociabilidade. A Internet, ou seja, a “ilha digital” é um espaço muito freqüentado. Encontrei vários jovens, principalmente mulheres, “conectados” a salas de bate-papos com pessoas de outros locais.

A rede de comunicação se estabelece tanto virtualmente, como entre as “internautas” que ficam trocando informações sobre as pessoas com as quais estão “teclando”. Nesse espaço elas solicitam auxílio entre si para responderem algumas perguntas aos interlocutores virtuais ou ainda, questionam sobre como enviar fotos, etc.

Além das jovens freqüentadoras, percebi outro público formado por pessoas mais velhas. Estas pessoas que desejavam utilizar algum serviço da internet recorriam à monitora da ilha digital para: consulta de CPF ou imposto de renda, retirada de 2ª via de contas, envio de e-mail para algum conhecido.

Entraram também no “rol da modernidade”, as reformas nas casas, ou melhor, a possibilidade de construção de espaços que existem em cidades modernas, como: muros altos, suítes, jardins planejados: “as casas soltas, as pessoas faz a reforma do seu gosto...faz suíte, coisas que não tinham em Jaguaribara.” (ENTREVISTADA 8) .

Na nova cidade as reformas das casas são associadas ao status das famílias. Moradores consideram que aqueles que promovem reformulações são portadores de uma boa situação financeira. Em meio a uma miscelânea de alterações, ainda encontram-se casas que permanecem do modelo original.

Sobre a compreensão dos moradores segundo a qual reformar ou não seu imóvel reflete uma diferenciação de status financeiro, encontrei um estudo de De Certeau (1996), que analisa o local de moradia, o habitat. Para o autor, a forma sob a qual se apresenta o imóvel deixa clara a situação financeira da família:

O habitat confessa sem disfarce o nível de renda e as ambições sociais de seus ocupantes. Tudo nele fala sempre e muito: sua situação na cidade, a arquitetura do imóvel, a disposição das peças, o equipamento de conforto, o estado de manutenção. (pág. 204)

Analogamente, em Nova Jaguaribara, as alterações nos imóveis dizem muito de seus moradores, e, na interpretação dos próprios jaguaribarenses, essa associação entre status e reformas das casas está bem presente. Faço referência a uma entrevista já citada na Introdução, em que o morador diz que quem ainda não levantou os muros de seus imóveis é porque não tem condições financeiras.

Outro dado apontado como característica de cidade moderna e grande é a quantidade de motos e carros percorrendo a cidade, como também o uso freqüente de moto-táxi. Devido às distâncias, tornou-se necessário o uso de transportes para deslocamentos. Por exemplo, do Mutirão para o centro da cidade, é uma caminhada de vinte a trinta minutos, o que, segundo os entrevistados inviabiliza fazer o percurso a pé. Devido aos deslocamentos na nova cidade, algumas mulheres afirmaram que para irem ao mercado, necessariamente têm que ir ‘arrumadas’ e utilizar bolsas: “eu só saio se for arrumada, de sandália, de bolsa.” (ENTREVISTADA 20).

Segundo alguns moradores, a cidade, além de moderna, é bonita; dessa forma, criticam alguns vizinhos que não valorizam a casa e constroem em seus quintais fogareiros que enfeiam o local: “o povo não pode cozinhar a gás, aí faz um fogareiro de barro, cobre de lona e papelão, desvaloriza sua casa cozinhando a lenha; era melhor ter um fogareiro e todo dia botar pra dentro.” (ENTREVISTADO 18).

Além dos fogareiros, para tais moradores, também não combina com a cidade moderna: jogar lixo em frente às casas ou quintais. Antes, deveria haver uma preocupação dos pais conscientizarem seus filhos para não jogarem lixo nas ruas.

Aqui está faltando duas coisas: o pessoal se acostumar, manter a cidade limpa, com higiene, tirar o lixo do meio da rua; chamar os filhos e os conscientizar, conversar, dizer meus filhos isso não é assim, porque isso aí é errado, porque só sabem destruir. (ENTREVISTADO 18).

Há relatos, também, associando o moderno ao comércio. Nos estabelecimentos comerciais são comuns: estruturas em cerâmica, prateleiras arrumadas, como também, novas modalidades de espaços comerciais como: óticas, pizzarias, casas de produtos veterinários etc. Uma moradora, fazendo analogia entre as duas cidades, diz: “Lá não tinha essa preocupação,

era muito tradicional, fugia totalmente da modernidade (...) tem lojas aqui que já são parecidas com lojas de Fortaleza.” (ENTREVISTADA 8).

Considerando a fala anterior, os comércios maiores e mais diversificados tanto em produtos como em modalidades comerciais são característicos da cidade moderna, o que fez com que se comparasse com as lojas de Fortaleza. Em Nova Jaguaribara, vários tipos de comércio são novidades para os moradores. Além dos citados acima, um dos ramos que está se destacando é o de material de construção, pois na nova cidade muitos moradores estão reformando seus imóveis. Pousadas e hotéis também são inovações da cidade moderna.

Como se observa, algumas falas de moradores designam a cidade como “moderna”. Entretanto, dentro dessa “cidade moderna” existem variáveis extremamente contraditórias. Enquanto há uma inovação do comércio que exige das mulheres uma nova postura referente às vestimentas e acessórios (bolsas, sandálias) para se deslocar até o mercado, dentro desse contexto de inovações a situação financeira dos moradores não permite que estes usufruam dessa “modernidade”, já que uma prática básica da cidade - o uso de fogão a gás - não pode ser efetuada por parte dos moradores, pois lhes faltam as condições financeiras para a compra do gás; dessa forma, continuam reproduzindo hábitos antigos de uso de fogareiros.

“Tudo aqui é distante”

Uma das palavras referidas e repetidas entre os moradores mais velhos para explicar a nova cidade foi a “distância”, que, segundo eles, restringe a ida a alguns espaços: “à igreja matriz eu num vou muito não, porque é mais longe.” (ENTREVISTADA 14). “Aqui tudo é distante, a gente não tem coragem de sair.” (ENTREVISTADA 13). Eles reclamam que a distância é um fator limitante do acesso a alguns lugares, principalmente à igreja matriz que fica distante dos conjuntos habitacionais, fazendo com que alguns moradores não possam ir a todas as missas.

Em Nova Jaguaribara no mês de maio, período em que há missas todos os dias, a estratégia que alguns moradores encontraram para não se deslocarem diariamente até a igreja, foi realizar “novenas”. Essas novenas ocorreram durante todo o mês, sendo cada dia em uma

casa diferente: “a igreja fica tão longe, que aqui (Habitar Rural) nós fizemos novena nas casas, deixando para ir à igreja só no dia da coroação.” (ENTREVISTADA 11).

Devido as distâncias, na nova cidade, houve um aumento do número de motos e bicicletas para a realização dos percursos: “os deslocamentos têm que ser de moto ou bicicleta.” (ENTREVISTADA 9). Outros moradores consideram os percursos a pé inviáveis: “ando quase em todo canto, quando eu sei uma coisa eu vou, só que eu só ando de bicicleta, porque de pé [...] aqui é longe.” (ENTREVISTADO 3).

A variável “distância” também incomoda na relação entre vizinhos: “Aqui ninguém sabe onde moram os ex-vizinhos.” (ENTREVISTADO 9). Um senhor relatou com surpresa que depois de dois anos morando na cidade reencontrou uma moradora da antiga cidade:

(...) faz dois anos que eu cheguei aqui, e não vi ela; tem gente que a gente num vê não; esse pessoal que anda no centro, na rua ali no mercado eu vejo todo mundo; mas, às vezes o pessoal não sai e eu num vou nas casas; eu não tenho esse negócio (ENTREVISTADO 3).

A dificuldade de reencontrar os conhecidos foi uma reclamação freqüente nos relatos, e, segundo os entrevistados, quando querem encontrar alguém vão perguntando. Assim relatou um morador, “tem gente que já era conhecido meu lá de Jaguaribara e aqui eu não sei onde moram; às vezes tem uma precisão da gente ir, aí eu vou perguntando aonde mora (...). aqui de vez em quando a gente vê alguém conhecido, mas é muito difícil”. (ENTREVISTADO 3).

Ainda sobre as distâncias registrei:

Aqui tudo é mais longe, é mais difícil, porque ir comprar uma coisa na rua, na feira é tão longe, o sol é tão quente, aí fica ruim; só quando tem uma coisa que precisa mesmo, receber meu dinheiro, quando chega o dia do pagamento, aí eu vou no banco. (ENTREVISTADA 9).

Percebi nos relatos reclamações acerca da mudança na dinâmica de distribuição do espaço na nova cidade. Essas alterações na organização espacial afetaram diretamente as redes de sociabilidades estabelecidas entre os moradores na antiga cidade. A nova dinâmica social inviabiliza e dificulta as relações consolidadas em anos de convivência.

O Rio Jaguaribe: lazer e sociabilidade

Na nova cidade o rio Jaguaribe, que ficou a quatro quilômetros das residências também é sinônimo de distância. Para o deslocamento até o local é necessário o uso de algum tipo de transporte ou uma longa caminhada. A distância da cidade ao rio alterou a dinâmica social no novo espaço, principalmente para as lavadeiras e seus filhos que diariamente iam ao rio. As roupas, que eram lavadas utilizando as pedras e margens do rio, são lavadas agora em casa, em pias com água encanada, gerando assim, um custo para quem usa.

Como é percebido na fala acima, a mudança ocorreu principalmente em termos de sociabilidade. A dificuldade de acesso ao rio desfez toda uma rede já consolidada de interações, das brincadeiras das crianças, das conversas entre as lavadeiras e da ajuda que umas prestavam às outras para torcer e estender as peças mais pesadas.

Além das interações estabelecidas no rio, a lavagem de roupas no local dispensava as lavadeiras do pagamento da água. Na nova cidade, porém, estas devem pagar pelo uso da água. Segundo relatos, para diminuir os danos causados às lavadeiras, a prefeitura local cadastrou algumas mulheres, assim, assegurando o pagamento da conta de água. Sobre o assunto é significativo este trecho de uma entrevista com uma lavadeira:

A minha ele paga, mas eu num trabalho não, só sou lavadeira, sabe, só lavadeira, aí estudo de noite, porque é assim, ele paga nossa água, mas é para nós todos estudar, porque ele quer que todas aprendam, porque nós é tudo analfabeta, sabemos, mas é pouco, ele diz eu pago a água de vocês, mas é pra vocês estudarem, pra vocês aprenderem alguma coisa na vida, aí nós vamos pra aula e ele paga nossa água (ENTREVISTADA 9).

Aquelas que fizeram cadastro na prefeitura foram introduzidas numa nova forma de relacionamento; ou seja, para receberem o “benefício” do pagamento da água. Simultaneamente, por exigência da prefeitura local, tiveram que ingressar num curso de “Alfabetização Solidária”, durante o ano de 2003, cabendo depois, a cada uma continuar nas escolas da cidade. As aulas ocorreram em um prédio da prefeitura que foi cedido para as lavadeiras. Além das aulas, essas mulheres foram incentivadas pelo governo municipal a criarem uma fábrica de produtos de limpeza. Tal empreendimento foi possibilitado por

orientação do SEBRAE.⁶⁹ No local trabalham as mulheres lavadeiras que fazem e vendem seus produtos, dividindo o lucro:

Através da Associação, entramos em contato com o SEBRAE, aí o SEBRAE, ajeitou, falou com nós, aí nós ajeitamos, e botemos uma fábrica. Era pra ser as 33 pessoas (lavadeiras) na fábrica. Mas, no início teve uma reunião com o Prefeito, que ele dava uma ajuda de custo nós passava quatro meses sem ganhar (não mexiam no lucro). Muitas não quiseram, pois queriam ganhar um salário. Ficaram 10 (dez mulheres), hoje só estão seis. Agora as seis mulheres está recebendo 50 reais com a produção que nós estamos vendendo. (ENTREVISTADA 21).

A fábrica de produtos de limpeza é um novo espaço de sociabilidade entre as mulheres que lá trabalham, interações entre si, e com a clientela que se formou em torno da empresa. Outro aspecto desta interação é a aprendizagem que estão adquirindo em termos de profissionalização e troca de idéias e experiências umas com as outras.

Para Simmel, sejam quais forem os espaços, as pessoas, ou *sociados*, estão em constante relação, tecendo redes de sociabilidade:

Os sociados sentem que a formação de uma sociedade como tal é um valor; são impelidos para essa forma de existência (...) o “impulso de sociabilidade” extrai das realidades da vida social o puro processo de sociação como um valor apreciado, e através disso constitui a sociabilidade no sentido estrito da palavra (SIMMEL *apud* MORAES FILHO, 1983:169).

Em Nova Jaguaribara, conforme pude constatar, quotidianamente, vão se tecendo novas formas de sociabilidade; e outra forma de interação são as “caronas” cedidas e solicitadas para o deslocamento até o rio.

Nos relatos sobre a interação entre lavadeiras no rio, foram citados conflitos que surgiram com a demarcação dos espaços – as pedras - por algumas mulheres. Segundo uma entrevistada, isto ocorre porque “aqui não tem aquelas pedras pregada por natureza, como tinha em Jaguaribara não; aqui o povo leva, tanto que elas dizem, ‘essa pedra aqui é minha’ (ENTREVISTADA 9)”.

Lá não tinha pedra escolhida não, aqui tem; lá tinha muita pedra,... aqui já aconteceu comigo duas vezes “essa pedra é minha” (outras lavadeiras usaram esta expressão com a entrevistada), e o pior é que eu tive de sair mesmo, porque a pedra não era de lá, ela que tinha levado. (ENTREVISTADA 9).

⁶⁹ O Serviço de apoio às micro e pequenas empresas (SEBRAE) forneceu capacitação às lavadeiras sobre criação e administração de pequenas empresas.

A própria disposição natural do rio ocasiona alguns conflitos, como no caso das pedras em que as próprias lavadeiras tiveram que colocar, dessa forma, elas sentem-se donas daquele espaço, e quando outra “desavisada” chega para ocupa-lo é advertida da propriedade da pedra, gerando assim constrangimentos em algumas mulheres.

Os relatos em relação à utilização do rio foram permeados de fatos desagradáveis para as lavadeiras, como a dificuldade do deslocamento, os desentendimentos por causa das pedras etc. No entanto, acredito que através das “caronas” e dos conflitos existentes se gestarão novas redes de amizades.

Os vizinhos são novos?

Uma das questões mais relevantes para os moradores evidenciadas nas entrevistas diz respeito à vizinhança. Se o planejamento da cidade buscou respeitar a vizinhança existente em Jaguaribara, por que tanta reclamação em relação à distância dos vizinhos?

Para responder a esta indagação, se faz necessário voltar para a “história da luta dos moradores” que em suas reivindicações, no período que antecedeu a mudança, solicitaram a manutenção da vizinhança. A conservação dos vizinhos foi um dos princípios básicos para a organização espacial da cidade; porém, não pode permanecer na sua totalidade. Isso porque de acordo com o planejamento adotado na construção da cidade, as casas não têm a mesma dimensão que tinham na “velha cidade”. Em Nova Jaguaribara, elas são padronizadas, o que levou, por exemplo, a alterações substanciais na sua distribuição no espaço físico e, conseqüentemente, na organização das vizinhanças.

O segundo motivo foi devido ao critério de organização da nova cidade que separou em lados opostos os moradores anteriormente residentes em casas alugadas ou cedidas daqueles que eram proprietários.

Compreendendo a lógica de organização da cidade, percebemos que houve inevitavelmente uma reordenação da vizinhança. Com a nova composição em Nova Jaguaribara, todos os moradores são proprietários de seus imóveis, excetuando-se alguns casos raros de pessoas de fora que estão trabalhando na cidade, ou aqueles que, à época da

mudança, eram solteiros e, ao constituírem uma nova família, passaram a morar de aluguel, enquanto aguardam a construção de novas casas.

Em relatos de moradores da Avenida Melanias Bezerra - uma via que corta Nova Jaguaribara do início ao fim, ao longo da qual se alternam uma quadra de residência e outra comercial - encontro referências a novas formas de interação que vêm se estabelecendo. A inconformação inicial deu lugar à busca de novas amizades. No exemplo a seguir, aparece a relação dos comerciantes com os demais moradores da referida rua, dando origem a novos círculos de amizade, “(...) esses comerciantes aí da frente, que ficavam nas ruas atrás da nossa, que a gente pouco tinha contato e agora a gente já tá começando a ter mais, já, a saber, da vida deles, já fica sentado na calçada deles.” (ENTREVISTADA 8).

Esse é um dos exemplos da reconstrução das redes de interações entre vizinhos. Mas, ainda surgiram nos relatos questões referentes aos muros que impedem os vizinhos de se encontrarem com facilidade: “tem essa senhora daqui, do outro lado, que eu nem a vejo, se eu não fosse pro Liceu, e passasse pela calçada dela, nem a via.” (ENTREVISTADA 8). Mesmo com a sociabilidade bem desenvolvida, o afastamento espacial dos imóveis é ainda citado como um dos fatores causadores do distanciamento nas relações cotidianas dos moradores.

Nas falas acerca da vizinhança, coincidiram algumas reclamações, sobre distâncias e muros entre os imóveis, dificultando os encontros, as conversas, as trocas de favores, o sentar nas calçadas. Relacionado ainda, ao sentar nas calçadas de vizinhos, alguns entrevistados relacionaram preocupações com insegurança. Ou seja, pessoas que em Jaguaribara exerciam essa prática, em Nova Jaguaribara, estão perdendo o costume, não pela distância que separa suas casas, em si, mas, principalmente, porque se sentem inseguras no percurso, uma vez que as ruas, na sua maioria, são desertas.

Então, os contatos são muito comuns entre membros da mesma casa, que se sentam em suas cadeiras de balanço nas varandas. Alguns sentam nas calçadas, o que facilita a aproximação com os vizinhos, ação que vai ocorrendo aos poucos. Segundo uma moradora, “aqui a gente chega à noite, a cidade toda fechada, escura, todo mundo senta na sua arezinha, já fica distante até da área para a calçada, quando sentam.” (ENTREVISTADA 15).

Observe-se neste trecho de entrevista alusão a uma cidade “fechada” com luzes apagadas, vizinhos distantes. Nessa fala analiso dois aspectos: o primeiro é o fato da moradora residir no centro da cidade, onde as casas maiores dificultam os contatos, pois comparando com o cenário no “Mutirão”, se observados no mesmo horário, neste último na maioria das calçadas existem cadeiras e pessoas conversando.

Comparando o Centro com o Mutirão enquanto espaços de Nova Jaguaribara existem expressivas diferenças nas formas de relações de vizinhança. A propósito, a concepção inicial da Escola de Chicago sobre a diferenciação espacial em uma mesma cidade torna-se esclarecedora, “(...) a cidade se divide num mosaico de pequenos mundos sociais e culturais, representados pelas vizinhanças de diversos tipos que se agregam em comunidades, de tipos peculiares, que formam as áreas diferenciadas que integram as zonas básicas da cidade.” (EUFRÁSIO, 1996:41).

Analisei Nova Jaguaribara com esses traços de “cidade”, que embora não seja uma “grande cidade” como referida no estudo em questão, é também dividida em espaços diversos, se estabelecendo entre estes, diferentes formas de interações de vizinhos.

O segundo aspecto é a temporalidade; ou seja, no momento da entrevista fazia apenas um ano de mudança. Em outra observação, três anos após a mudança, a dinâmica da cidade já era bastante diferente daquela praticada no primeiro momento. Hoje, mesmo no Centro, os moradores sentam-se nas calçadas, além de outros locais de encontro. Em uma volta pela cidade encontrei: jovens sentadas nos canteiros das ciclovias conversando animadamente; pessoas nos bancos da praça da igreja matriz, nos bares e sorveteria localizados no mercado. Ao redor do mercado várias pessoas transitando ou de pé, conversando, ou ainda sentadas em canteiros.

Percebi durante a pesquisa que as vizinhanças estabelecidas no novo espaço passam por um processo de adequação, um novo aprendizado e o tempo é um elemento fundamental para o estabelecimento de novas teias de relacionamento. Fazer novas amizades pressupõe a necessidade de sair de uma situação de “acomodação”, e construir em novas relações um grau de interação que permita os vizinhos solicitarem uns aos outros determinados favores, como: mandados a mercearias, à feira, transmitir recados para parentes e conhecidos de outras ruas e bairros.

Dessa forma, as interações se restabelecem em relações amigáveis, no cultivo da amizade, ajudando os vizinhos, compartilhando informações, visões de mundo, etc. A construção das redes de interações entre vizinhos se destacou nas falas como reciprocidades:

(...) até agora num briguei com ninguém e acho que vai sempre ser desse jeito; pra mim, os meus vizinhos todos são bons, porque quem faz o vizinho é a gente mesmo. Se eu não sou boa vizinha, como é que os vizinhos vão ser bom pra mim? Não pode, né, eles tem que ser ruim também. (ENTREVISTADA 9).

Graças a Deus, onde eu moro todo mundo é bom pra mim, eu sou boa pra todo mundo, não tenho inimizade. Eu não sou daquelas pessoas que reclama de todo mundo. (ENTREVISTADA 14).

Nessas falas, os relatos coincidem no que diz respeito à construção de um bom relacionamento entre os vizinhos. Para eles, é necessário não reclamar dos vizinhos e tratá-los bem. Com isso, se espera que os vizinhos ajam da mesma forma. Pessoas que eram mais próximas, e que trocavam conversas e favores, por exemplo, estão tendo que reconstruir essas relações com outros, o que demanda tempo, necessidades e desejo; tempo para oportunidades, tempo para conhecimento, tempo para nascer e florescer a confiança, etc.

Para o funcionamento do cotidiano existente, hoje, as pessoas estão empreendendo esforços no sentido de percorrerem distâncias para se encontrarem no mercado, na praça, na igreja matriz; quebrando barreiras para ir além do muro dos vizinhos. A localização de alguns vizinhos e a dinâmica da nova cidade alteraram as interações sociais entre os conhecidos, devido suas distâncias, muros, vizinhos novos e espaços diferenciados.

Os “de fora”

Além dos aspectos abordados acerca do mesmo assunto, sobre o reordenamento da vizinhança, outra variável a ser considerada, conforme se evidenciou nesta pesquisa, diz respeito à permanência, na cidade, de “gente de fora”. São pessoas desconhecidas, trabalhadores que vieram de outras cidades ou municípios para residir na nova cidade, enquanto estivessem trabalhando nas obras do Complexo Castanhão. Nos relatos, porém, tenho registro de casos de pessoas “de fora” que já fixaram residência e não pretendem voltar para seus locais de moradia; e outro fato bem comum na relação entre indivíduos, e que facilitou a permanência dessas pessoas é o namoro ou enlace com os (as) jaguaribarenses.

Nas primeiras entrevistas, após um ano da mudança, ouvi reclamações referentes ao fato de, em Nova Jaguaribara, nos percursos realizados os moradores se encontrarem mais freqüentemente com desconhecidos do que com seus conhecidos. Percebi nesses relatos certa aversão a esses *forasteiros*. No entanto, novas redes de sociabilidades estão sendo criadas, inclusive através de casamentos entre jaguaribarenses e *forasteiros*. Para explicar essas aversão e interação entre moradores e os “de fora” recorri à teoria de Simmel, para quem esses conflitos são formas elementares de socialização.

Los grados y mezclas de la antipatía, el ritmo de su aparición y desaparición, las formas en que se satisface; todo esto, con los elementos unificadores en sentido estricto, forma un todo inseparable en la vida de las grandes ciudades. Lo que en esta vida aparece inmediatamente como disociación, es, en realidad, una de las formas elementales de socialización. (SIMMEL, 1986:271).

Em Nova Jaguaribara, são considerados “de fora”, não só aqueles trabalhadores das firmas, mas também outros grupos de *forasteiros*: são “de fora” famílias que tinham saído de Jaguaribara há muito tempo, ido para São Paulo ou outros locais, e, com a possibilidade de ganhar uma casa, essas pessoas voltaram para o município. Existem, outros casos, filhos que voltaram a morar com os pais já na outra Jaguaribara, para serem contemplados no momento do cadastramento: “quando surgiu essa proposta da SEINFRA de lançar as residências pras famílias que não tinham, aí veio muitas pessoas de fora que tinham saído a muitos anos da cidade.” (ENTREVISTADA 8).

De acordo com alguns entrevistados, também se fixaram na nova cidade pessoas atraídas pelas propagandas televisivas que mostravam a cidade como possibilidade de uma vida melhor: “aqui também chegaram muitas famílias porque houve muita divulgação da cidade, muita propaganda, as pessoas pensavam assim que conseguiriam um futuro brilhante aqui” (ENTREVISTADA 8).

Atraídos pelo desejo de ganhar uma casa ou em busca de uma oportunidade de emprego, surgiram vários grupos de pessoas vindas de fora: “aqueles filhos de Jaguaribara que voltaram para ganhar casas, (...) pedreiros vindos de fora, devido demanda de mão de obra.” (ENTREVISTADA 19). Ademais são identificados como “de fora”: alunos, filhos de trabalhadores das obras, e crianças e jovens das comunidades vizinhas, próximas a Nova Jaguaribara. De acordo, com a fala de uma professora, esses vizinhos – não só alunos - estão ocupando um espaço na cidade, usufruindo não só da escola, mas também dos serviços de

saúde e comércio. E até mesmo na igreja: “ontem mesmo a gente tava lá na igreja e via o quanto tinha pessoas diferentes lá (...) aqui a gente encontra mais é pessoas de outros municípios.” (ENTREVISTADA 8).

O grupo de forasteiros que mais tem incomodado os moradores são aqueles a quem são atribuídos roubos na nova cidade. Nesses termos, uma entrevistada menciona o desaparecimento de objetos das varandas das casas à noite, “(...) quando era à noite, o que deixavam nas áreas, ia e roubavam; roubaram móveis, que as muradas são baixinhas, mas também tem que ver que não foram pessoas daqui, foram de comunidades vizinhas, que vinham pra cá e roubavam”. (ENTREVISTADA 8).

Nos relatos, várias pessoas afirmaram que antes de mudarem para Nova Jaguaribara, já sabiam que essa região - onde está fixada a nova cidade - era conhecida, como habitada por pessoas que roubavam, dessa forma, garantem que os ladrões não vieram de Jaguaribara, mas já habitavam nas redondezas: “a gente quando veio para cá, já sabia que essa região tinha muito roubo (...) eles não vieram com a gente, a GRANERO (empresa que fez a mudança da cidade) não trouxe esses ladrões, tenho certeza” (ENTREVISTADA 20).

Em Nova Jaguaribara, não só os forasteiros incômodos, mas todos aqueles que não vieram da Jaguaribara antiga, são considerados “de fora”: “tem uns das firmas (que trabalham nas obras da barragem) e aqueles que moravam aqui ao redor da região que a gente também chama “de fora”, porque não veio de Jaguaribara.” (ENTREVISTADA 20).

A interação entre os jaguaribarenses e os “de fora”, segundo a fala de uma professora, causa alguns conflitos, por exemplo, entre os adolescentes, que insultam uns aos outros com a expressão “das Lajes” (localidade próxima à nova cidade). Essa afirmação busca identificar o “agredido” com o local Laje que, para eles, é inferior à cidade. Segundo uma professora, tal denominação tem sentido pejorativo, “Porque os primeiros roubos da cidade foram com esse pessoal (das Lajes), aí pegou... tudo que acontece é o povo “das lajes” (...) teve roubos e encontraram as coisas lá, então é no sentido pejorativo mesmo.” (ENTREVISTADA 8).

Analisando essa ofensa de que são alvo os “de fora”, me reporto a um estudo desenvolvido por Elias (2000), onde ele trata essa ideologia desenvolvida pelos grupos

“estabelecidos”. A imagem que os estabelecidos fazem dos “de fora” é construída em torno de alguns temas estereotipados. No caso analisado, os “de fora” são tidos como ladrões ou pessoas de outro lugar que vem usufruir dos “benefícios” da cidade. Essa imagem construída pelos jaguaribarenses sobre os “de fora” é mantida por um fluxo constante de fofocas, enfatiza os acontecimentos do local que ajude a engrandecer a comunidade, mas também a eventos relacionados às pessoas de outras zonas. Nestes termos, a intenção é reforçar negativamente a imagem dos “de fora”. Sobre a temática Norbert Elias identifica uma situação semelhante no seu estudo *Os Estabelecidos e os Outsiders*, para ele, mencionando sobre os moradores do local, “acima de tudo, desenvolveram como arma uma ‘ideologia’, um sistema de atitudes e crenças que enfatizava e justificava sua própria superioridade, e que rotulava as pessoas do loteamento como sendo de categoria inferior”. (ELIAS, 2000:65).

A diferença entre moradores da cidade e os *forasteiros* residentes na “Laje”, é identificada pela professora como a incompatibilidade das condições físicas e sociais das localidades, cidade x redondezas. Ela explica essa relação através de uma atividade que realizou em classe; dividiu em um painel várias comunidades vizinhas e sede e os alunos responderam algumas perguntas do tipo: onde moram tem coleta de lixo? Telefone público? Calçamento? Vaso sanitário? Nessa atividade, quem preencheu todos os critérios foi a cidade, evidenciando que nas outras localidades não existem os equipamentos básicos da vida cotidiana. Portanto, a rivalidade com esses “de fora” dá-se pela própria condição social em que os *forasteiros* vivem, destituídos dos equipamentos urbanos existentes na cidade.

6.2 “TEM A CASA, MAS NÃO TEM A SOBREVIVÊNCIA”

Uma expressão recorrente, observada nos discursos, aparece em forma de frases que contrapõem a propriedade da casa à dificuldade de sobrevivência. Apesar da aquisição da casa muitos relataram não ter condições de sobreviver na nova cidade. “A casa está ótima, porque não tinha, mas aumentou as despesas de água e esgoto.” (ENTREVISTADO 18). Ou somente, evidenciando os preços altos praticados na cidade: “As coisas aqui são muito caras.” (ENTREVISTADO 3).

Um entrevistado afirmou que o peixe vendido em Nova Jaguaribara é oriundo do mesmo local dos peixes vendidos no município de Jaguaribe; entretanto, os preços neste último município são mais baixos. Questionei o motivo do produto ser mais caro na cidade, e

sua pronta resposta apontou: “ porque o povo explora; aqui é lugar de rico.” (ENTREVISTADO 3).

Ainda no que concerne à sobrevivência, ouvi depoimentos de algumas mulheres lavadeiras, que na cidade anterior lavavam roupa no rio, e no novo espaço passaram a trabalhar em casa com utilizado água encanada. Segundo elas, se não fosse o prefeito que pagasse suas contas de água⁷⁰, não exerceriam mais essa atividade porque consideram a água tem um custo elevado e as mesmas estavam habituadas a lavar roupas com água do rio. Observe-se o relato de uma lavadeira, “Se fosse pra lavar em casa, pra nós pagar, eu num lavava, porque não dava não (...). Lá, a gente pegava água do rio e não pagava um tostão, aqui a gente tem que pagar. Aqui num tem nada de graça, tudo é pago.” (ENTREVISTADA 9).

Além do custo com a conta de água, as mulheres reclamam da perda da sociabilidade compartilhada com outras lavadeiras no rio. Durante a labuta diária existia uma ajuda mútua entre essas mulheres, já no novo espaço elas trabalha sem a ajuda das colegas, “eu lavei uma rede aqui no maior sufoco, eu e esse bichim (seu filho) pra torcer, e no rio não acontecia uma coisa dessa não, porque lá era umas ajudando as outras.” (ENTREVISTADA 9).

Algumas explicações a respeito da dificuldade de sobrevivência foram respondidas com o argumento de que a cidade não tem renda própria, pois, perdeu sua zona rural e ficou distante do rio; dessa forma, a renda advém basicamente de salários pagos pela Prefeitura local e de operações comerciais. Na fala dos entrevistados apareceu como principal responsável pelo aumento do custo de vida, o pagamento da taxa água e esgoto. Poucos consideraram vantajoso pagar a taxa, mesmo sendo cara, pois a cidade fica isenta de insetos.

Em relação ao pagamento de água e esgoto, registrei a seguinte fala, “(...) o que mudou aqui, que eu acho que todo mundo já falou, é que lá a gente não pagava esgoto, aqui tem o esgoto. O tanto de água que você gasta, é o tanto que paga de esgoto, e mudou muita coisa, subiram tudo, é uma carestia horrível.” (ENTREVISTADA 13). De acordo com esta fala não somente o pagamento da água encareceu o custo de vida, mas também o preço da alimentação. Vários gêneros alimentícios eram produzidos nas pequenas plantações próximas ao rio ou nos quintais, a criação de vários animais também ajudava na sobrevivência da

⁷⁰ O pagamento da conta de água pela Prefeitura local é somente para aquelas lavadeiras que fizeram um cadastro.

família. Na nova cidade estas atividades não são mais realizadas por falta de terras e água.

Ainda sobre o pagamento da água, algumas lavadeiras associam o ônus à distância da cidade para o açude Castanhão. Na fala a seguir, a entrevistada não cadastrada na prefeitura fala sobre a temática, “todo dia ia para o rio lavar roupa e aqui o rio é longe e a água cara e eu não tenho condições de pagar, aqui eu não ganho nada.” (ENTREVISTADA 13).

Algumas pessoas falaram da necessidade de comprar em oposição à impossibilidade de criar⁷¹. Muitas falas evidenciaram a dificuldade financeira e a falta de trabalho. Esses fatores somados a não poderem mais criar capotes, galinhas, porcos, cabras, vacas estão comprometendo a sobrevivência no novo espaço: “Vindo pra cá, aí tem que comprar tudo; o leite [...] aí a dificuldade aumenta muito.” (ENTREVISTADA 20). Em outros relatos, o que falta para a sobrevivência é emprego; segundo entrevistados, na nova cidade falta ocupação: “o que está faltando aqui é emprego, ganho pro povo, porque tem muita gente desempregada.” (ENTREVISTADA 9).

A falta de ocupação é motivo de lamentação por parte de algumas pessoas que afirmam não poderem exercer alternativas de sobrevivência que desenvolviam na cidade antiga: “Lá tinha cria e aqui não pode criar [...] quem vivia lá, pra conviver era melhor, principalmente a pobreza, porque tinha um chiqueiro de porco para criar, aqui se você for criar porco [...]” (ENTREVISTADO 3).

A impossibilidade do criar na nova cidade foi apontada pelos entrevistados como algo negativo, pois, a “cria” tanto supria uma carência alimentícia familiar, como também complementaria o rendimento que é pouco. “Perder o criar, viver só com um salário mínimo é ruim, pois numa precisão era só vender uma ovelha, uma rês... se queria comprar uma coisa sem ser a prestação, vendia uma cria.” (ENTREVISTADA 11).

Sobre a falta de empregos, apareceram sugestões por parte dos entrevistados para resolver este problema: “Aqui, tá faltando é emprego, indústria que não tem ainda, pra poder empregar o povo, para o povo trabalhar, que se não ninguém vive.” (ENTREVISTADO 3). No Plano de Reestruturação Econômica, elaborado pelo SEBRAE para a nova cidade, apontou a importância do desenvolvimento da agricultura nos reassentamentos, a piscicultura

⁷¹ Criar é a forma como os moradores falam da prática existente na antiga Jaguaribara de criar animais: gados, galinhas, porcos, ovelhas, etc.

e o turismo, entretanto até o fim desta pesquisa não era possível observar a implantação destas propostas.

Os empregos oriundos das firmas construtoras do Complexo Castanhão existirão somente até a conclusão das obras; dessa forma, alguns moradores estão preocupados com a sobrevivência futura: “essas firmas são empregos temporários, aí como é que vai ser aqui quando elas forem embora?” (ENTREVISTADA 8). A mão de obra empregada nas obras do Castanhão foi importante para gerar emprego e renda no processo de transição, mas realmente após a conclusão da nova cidade e do reservatório não é possível prever outra renda para os moradores.

A falta de emprego na cidade faz com que alguns homens, que exerciam atividades ligadas à agricultura, tenham que se deslocar do seu local de moradia em busca de trabalho:

Meu marido mesmo, trabalha em Alto Santo, por que é difícil emprego aqui, muito difícil [...] Por que quem já tinha um empreguinho ficou com seu emprego, e quem num tinha, que trabalha por dia de serviço, assim que nem ele (o marido), assim em curral, essas coisas, aí ficou difícil porque nas fábricas (construtoras) já tem pessoas que trabalham. (ENTREVISTADA 9).

A entrevistada se ressentiu porque ganhou uma casa na cidade, mas, não existe trabalho para o seu marido, por este motivo, o casal vive a maior parte do tempo separado, encontrando-se somente quinzenalmente.

Outros moradores se referem de forma positiva à aquisição da casa própria: “Eu estou achando ótimo, adoro, que é minha, eu não tinha casa.” (ENTREVISTADA 9). Na nova cidade foi prevista para todos os moradores a aquisição da casa própria, construída e doada pelo governo através de um cadastramento realizado ainda no município anterior.

Alguns moradores mostraram-se satisfeitos porque não tiveram custo algum para aquisição do imóvel; e, mesmo tendo que fazer por conta própria alguns reparos, sentem-se felizes. “Não, não pago nada, só estou ajeitando, porque não era rebocada.” (ENTREVISTADA 9).

As casas do Mutirão foram todas entregues aos moradores sem o acabamento interno, sem pisos e sem reboco, enquanto nos demais espaços os imóveis foram entregues acabados. O relato a seguir, de uma moradora, mostra sua felicidade em ganhar uma casa e ir

“ajeitando”, aos poucos. Embora algumas casas estejam inacabadas, as pessoas estão felizes e agradecem a Deus e ao governador pela aquisição da casa.

Eu agradeço demais ao Tasso ter dado essa casa a nós, porque se não fosse ele, não tinha de jeito nenhum, porque foi ele que ajeitou e deu essas casas do Mutirão, pra quem não tinha casa (...) tem gente que se maldiz porque era pequena; eu não, de jeito nenhum; eu achei que pra quem não tinha foi um prêmio; quem não tinha foi bom demais, o quarto é só um, lá pra dentro tem uma despensinha. (ENTREVISTADA 9).

Tô gostando porque não tinha casa, ganhei essa casa, graças a Deus; acho diferente da nossa cidade, é onde a gente nasceu e criou-se, mas que eu não tinha casa. Lá era alugada. (ENTREVISTADA 14).

As pessoas que adquiriram a casa própria na nova cidade estão satisfeitas, e elas sempre atribuem o ganhar a uma figura, seja ela humana ou divina. E mesmo aquelas casas pequenas só de um quarto, sem acabamento interno são motivos de felicidade, pois são próprias, têm o terreno para ampliar, e os proprietários receberam a escritura do imóvel.

Já aqueles que possuíam casa na cidade anterior, reclamam bastante da falta de acabamento nas casas. Mesmo aqueles que receberam casas rebocadas, pintadas, com piso de cimento, reclamam a falta de piso nas calçadas e na casa. “Quando eu cheguei aqui era num cimento vei mal feito, num tinha calçada, não tinha nada, o pessoal pisava era numa areia fina, e era ruim. Aí pronto, fiz calçada nela todinha, ficou faltando só três quartos pra botar cerâmica.” (ENTREVISTADO 3).

Percebe-se, na diversidade dos relatos que as opiniões divergem quanto à satisfação ou não em residir numa cidade nova. As opiniões divergem entre os que permutaram e aqueles que ganharam um imóvel. Aqueles que permutaram os imóveis estranham as residências totalmente alheias àquilo que eles construíram durante anos no município anterior. Em relação à aquisição da casa, para alguns é fonte de alegria, já para outros essa felicidade é restrita, pois lhes falta aquilo que é essencial para a manutenção da família, os meios de sobrevivência.

Conclui-se, portanto, que na “cidade planejada e bonita”, faltam alternativas de sobrevivência para os moradores, que reclamam: “aqui, tá certo, é mais bonito, tem prédio (...). Mas, gaiola bonita não dá de comer a pássaro.” (ENTREVISTADO 5). Esta metáfora expressa a visão de um morador sobre o modo de vida na nova cidade; considere como uma síntese da problemática evidenciada por vários entrevistados, de ganhar uma casa nova

juntamente com a impossibilidade de desenvolver estratégias de sobrevivência que exerciam no antigo espaço como: criar animais, plantar, pescar, e lavar roupas no rio. A mudança nas formas de sobrevivência e de interação dos moradores de Jaguaribara foi expressa neste capítulo através das falas de pessoas advindas da sede de Jaguaribara. No capítulo a seguir, analiso a visão sobre a cidade nova de moradores procedentes da zona rural.

7 “HABITAR RURAL”

Segundo dados do Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE), constantes no Plano de Reassentamento Castanhão (1997), a construção do açude Castanhão atingiu 2268 famílias no meio rural⁷². Desse total, 1515 famílias foram consideradas reassentáveis, quer dizer, não tinham condições de mudar-se por conta própria devido serem apenas "moradores", ou, mesmo sendo os proprietários da terra em que moravam, receberam uma indenização que não lhes permitiria adquirir uma moradia em outro local.

Dentro do chamado “Complexo Castanhão”, para compensar as perdas da população afetada pelos impactos decorrentes da construção da barragem, em particular no que concerne à moradia, pelo governo do Estado, um Programa de Reassentamento. Nesse Programa, foi criado um conjunto de projetos que envolve áreas de irrigação, áreas de sequeiro⁷³, assentamentos na zona urbana de Nova Jaguaribara, e um projeto de piscicultura, dentre outros. Os referidos projetos foram elaborados para receber as famílias que residiam na zona rural de Jaguaribara.

O reassentamento da população rural afetada pela construção do Açude Público Castanhão é de responsabilidade do DNOCS em parceria com o Governo do Estado, conforme definido no Convênio PGE 50/2000. Além do DNOCS, há a participação do INCRA, da Prefeitura Municipal de Jaguaribara e de diversas instituições e órgãos estaduais: SRH, SDR, IDACE, SEAGRI, SEINFRA, DERT e SETAS.⁷⁴

Os critérios básicos, constantes no Plano de reassentamento para os moradores da zona rural de Jaguaribara residirem em área urbana, foram:

- Ter como atividade principal outra que não fosse a agricultura, exercida diretamente no núcleo ou ser aposentado;
- A família ter interesse em ser reassentada;
- Ter moradia habitual no imóvel desapropriado;
- A família não possuir outra terra fora da área desapropriada que oferecesse condição de dar continuidade ao seu trabalho;
- O chefe da família não ser servidor público;

⁷² As áreas de moradia e trabalho dessas pessoas foram inundadas pelas águas do açude Castanhão.

⁷³ São áreas onde a agricultura não precisa de irrigação permanente.

⁷⁴ As siglas significam respectivamente: Departamento Nacional de Obras Contra a Seca, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Secretaria de Recursos Hídricos, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Infra-Estrutura, Departamento de Rodagens e Transportes e Secretaria de Trabalho e Ação Social.

Ser chefe ou arrimo de família;
Em relação à indenização, que o valor não ultrapassasse R\$ 11.800,00 (onze mil e oitocentos reais);

Ressalto aqui o primeiro critério – “ter como atividade principal outra que não fosse a agricultura, exercida diretamente no núcleo ou ser aposentado” – pois, acredito ser esse critério fundamental para esses moradores residirem na zona urbana, já que esse espaço é incompatível com a prática da agricultura. E a aposentadoria que, pelo menos em tese, supriria as necessidades básicas da família.

O nome do lugar

O reassentamento na zona urbana de Nova Jaguaribara foi realizado em um conjunto habitacional que não tem um nome definido pelo planejamento urbano. O espaço está incluído no grupo de Projetos Especiais - Zona urbana de Nova Jaguaribara, projeto este, desenvolvido pelo IDACE. Para o referido espaço foram transferidas 174 famílias.

Em relação ao nome do local, ou melhor sobre a ausência de um nome, percebi durante a pesquisa que os moradores de outras áreas de Nova Jaguaribara conhecem o local como “Habitar Rural”. A invenção foi uma adaptação do nome de um outro espaço da cidade denominado “Habitar Brasil”, habitado por moradores advindos da sede de Jaguaribara.

A partir da associação do “Habitar” com a origem dos moradores – zona rural – criou-se o nome “Habitar Rural”. Esta denominação é tão natural entre os moradores que durante algum tempo eu tive a certeza de que o nome dado pelo Programa governamental era este, “Habitar Rural”.

Somente tomei conhecimento de que aquele conjunto não tinha um nome específico, quando me dirigi ao IDACE e, para minha surpresa, ninguém neste órgão conhecia esse “Habitar Rural” de Nova Jaguaribara, e sim um reassentamento urbano de moradores oriundos da zona rural. Voltando a campo, continuei a me referir ao local como Habitar Rural ⁷⁵. Essa foi a melhor maneira que encontrei para meus interlocutores saberem a qual espaço estava me referindo.

⁷⁵ Optei, ao longo deste capítulo, por fazer referência a este espaço de moradia como “Habitar Rural”.

Em pesquisa no próprio Habitar Rural, fazendo entrevistas com moradores, descobri que eles não conheciam o local pelo nome com que os outros moradores conheciam e nem tinham um nome específico. Dessa forma, em relatos recorrentes eles sempre atribuíam a construção das casas ao IDACE, e a maioria deles dizia ser "as casas do IDACE".

Nos relatos surgiram algumas afirmações, do tipo “aqui são as casinhas do IDACE”, (ENTREVISTADO 17). Outros afirmavam que “o nome daqui é IDACE.” (ENTREVISTADO 22). Alguns, mesmo não sabendo o nome, o associavam ao Instituto responsável pela construção dos imóveis: “eu ainda num sei como é o nome disso aqui; essas casas foram feitas pelo IDACE.” (ENTREVISTADO 24).

Além disso, encontrei algumas pessoas que não sabiam o nome ou quem construiu, e ainda confundiam o local de moradia com outros espaços (...) “aqui é Mutirão”. (ENTREVISTADA 23). Atribuo essa falta de coesão, em relação ao nome, a uma não identificação das pessoas com o local; mesmo depois de dois anos de moradia, não conseguem ter uma unicidade acerca do nome do local.

7.1 O MODO DE VIDA NO “HABITAR RURAL”

Busquei durante minha pesquisa no reassentamento rural em Jaguaribara entrevistar moradores acerca de suas visões sobre o espaço social em que residem. Dessa forma, registrei vários relatos acerca da compreensão a respeito do novo local de moradia e suas várias formas de interações.

Em relação à moradia, alguns entrevistados do reassentamento afirmaram que estão satisfeitos em residir na cidade. Foram citados alguns benefícios que a mudança ocasionou como: ganhar uma casa nova, receber aposentadoria, morar próximo a hospitais, escolas, bancos etc.: “Aqui é muito melhor. Aqui é mais favorável à vida; hoje nos dias que a gente está, essa benção que a gente recebeu de se aposentar, e então isso melhorou.” (ENTREVISTADO 4). O entrevistado afirmou que a vida na cidade é melhor, pois conseguiu aposentadoria. Observe-se, porém, que o entrevistado já tinha idade para requerer a aposentadoria, o que poderia ser feito, também, se permanecesse em seu espaço antigo de moradia. No entanto, ele atribui essa benesse ao favorecimento que a zona urbana propiciou.

Contrapondo a citação anterior à seguinte, veremos que não existe uma homogeneidade nas opiniões em relação ao lugar. Para outros moradores, como é o caso da entrevistada a seguir, a moradia na nova cidade aparece como uma imposição: “o jeito que tem é gostar, que a gente não tem pra onde ir.” (ENTREVISTADA 22).

Diferentemente dos relatos de moradores a respeito das distâncias dos outros lugares de Nova Jaguaribara, no Habitar Rural a maioria das pessoas estão satisfeitas com a localização dos Bancos, escolas, mercado, hospital, igrejas; consideram tais equipamentos todos próximos de suas residências, se comparados com as distâncias percorridas na zona rural.

Porém, alguns mais velhos mostraram-se insatisfeitos com o percurso para alguns locais que para eles ficou mais distante. Segundo um entrevistado idoso, no novo espaço, “as bodega ficaram longe, e não fui mais à igreja.” (ENTREVISTADA 25). Outros idosos relataram que, devido à cidade ser bem maior, não saem mais de casa e dessa forma não reencontraram todos os seus vizinhos, não sabem em qual local eles estão morando.

Lá você saia e você via todo mundo ao mesmo tempo; aqui, eu não tenho vergonha de dizer, aqui, depois que eu cheguei, teve gente que eu não vi mais. Às vezes eu fico me perguntando: será que aquela pessoa mora aqui? Porque a gente passa tanto tempo sem ver... As pessoas de Jaguaribara velha, pessoas que a gente tinha costume de ver todos os dias, eu nem vi mais depois que eu cheguei aqui, principalmente as pessoas idosas; parece que depois que chegaram aqui ficaram tudo enfurnado dentro de casa. (ENTREVISTADA 26).

Atribuo essa insatisfação de alguns não só à distância física, mas à própria estrutura da cidade que não é familiar aos moradores, a distribuição dos espaços com ruas e casas que não parecem umas com as outras; diferentemente da cidade antiga, em que as casas tinham a identidade do morador e as ruas eram facilmente localizadas por algumas referências como: a proximidade do rio, uma árvore, uma cerca, etc.

Fazendo uma analogia entre relatos sobre as distâncias no Habitar Rural com outros colhidos em outros espaços de Nova Jaguaribara, os moradores do primeiro local não consideram os espaços tão distantes, já que, onde moravam precisavam de transporte para se deslocar até a sede do município para terem acesso aos Bancos, escolas de ensino médio, hospital, etc. Já na nova cidade, existe, segundo eles, a vantagem de não pagar transportes para os deslocamentos. Vejamos a seguir, a visão de um morador a este respeito:

Então eu acho muito melhor aqui, que num tem transporte pra gente pagar, para pegar o dinheiro da gente. Porque é muito perto, abastece aqui também (refere-se à compra de gêneros alimentícios). Se quer ir a uma viagem, visitar um parente da gente em Fortaleza, onde quer que seja, não tem dificuldade no transporte, se apanha bem aqui. Eu acho que o melhoramento que a gente recebeu da zona rural pra cá melhorou mais de 100%. As ruas são mais sossegadas e a gente está mais feliz; feliz, aqui é o que eu estou sentindo, o que eu lhe falei, mais de 100%. (ENTREVISTADO 4).

Neste depoimento, o entrevistado apresentou outras vantagens, além da facilidade do deslocamento, como ruas mais calmas e o sentimento de felicidade. Já na citação a seguir, a entrevistada ressalta ainda, a facilidade existente na cidade, contrapondo-a a dificuldade existente na zona rural.

Eu acho que quando você mora na cidade e tá precisando de uma coisa é mais fácil do que tá morando na zona rural, até um caso de doença, pra estudar... Lá onde morava fica 5 km da cidade. O hospital era longe da cidade; já aqui, tá em cima de mim (perto da sua casa). (ENTREVISTADA 26).

Os moradores do Habitar Rural mostram, através dos relatos, que a situação mudou consideravelmente no que tange à facilidade nos deslocamentos. Mesmo sendo as moradias afastadas do centro da cidade, as pessoas ainda consideram perto, pois, podem realizar deslocamentos a pé para ter acesso, por exemplo, aos serviços bancários ou atendimento de saúde, como está explícito na citação a seguir.

O bom que eu achei daqui eu vou logo lhe dizer, é o médico que é perto. Num pago transporte pra ir, como antes eu pagava transporte e passava o dia de fome e sede, e muitas vezes nem era consultada; só tem essa vantagem, porque eu vou pro hospital e sou atendida, minha mãe já foi atendida. (ENTREVISTADA 22).

Essa facilidade no deslocamento dos moradores do Habitar Rural para todos os serviços da cidade sem recorrer a transportes faz com que se sintam mais pertencentes à Nova Jaguaribara. Alguns compreendem essa proximidade como uma cidade unida, em contraposição a uma antiga Jaguaribara partida: sede e zona rural. Segundo uma moradora,

[...] acabou a divisão, agora ficou tudo uma Jaguaribara só (...) aqui tudo é Jaguaribara, aqui acabou essa história de Poço Comprido, e desde que chegamos que vem gente perguntar onde fica Poço Comprido. Mas pra mim aqui é tudo uma Jaguaribara só. Porque, tem gente que diz que ali mora só o pessoal do Alto da Balança. Mas, pra mim ficou tudo uma coisa só. (ENTREVISTADA 22).

Na fala desta entrevistada, percebe-se a compreensão de que Jaguaribara após a mudança não está mais dividida; refere-se não só à divisão entre zona rural e sede, mas também entre o distrito e os bairros da antiga sede. Dessa forma, a cidade sendo uma só, não

se pode mais diferenciar os moradores, os do Poço Comprido (antigo distrito) ou do Alto da Balança (antigo bairro).

A diversão no novo espaço

Em relatos sobre a diversão no Habitar Rural, surgiram referências à existência de um clube que, aos sábados, promove festas animadas por Bandas de Forró. Estas festas atraem muitos moradores, principalmente os mais jovens. O “Cajueiro Clube”, da forma que foi citado, trata-se de um espaço lúdico, mas principalmente é referido como local de festa que promove na cidade muito barulho e desordem.

As reclamações citadas foram a respeito do trânsito intenso de pessoas e carros chegando e saindo do Clube, gritarias e gargalhadas movidas por bebidas alcólicas ou apenas a euforia da festa. Os moradores do Habitar Rural que residem mais próximo ao Clube dizem que, nas noites de festa, eles não conseguem dormir devido à agitação e o barulho nas ruas: “Aqui em noite de festa, ninguém dorme com o barulho do clube.” (ENTREVISTADA 27).

Uma forma de lazer referida pelos mais velhos foi a existência de um grupo para idosos, que foi relatado por alguns idosos como uma invenção boa, pois na nova cidade onde a igreja e as praças ficam distantes, esse espaço acolhe os mais velhos, promovendo a diversão entre eles. O grupo é ligado à Pastoral do idoso e recebe uma pequena ajuda financeira da Secretaria de Ação Social da prefeitura local. Denomina-se Fan Clube Idosos da Paz, e promove, para os seus associados, palestras, celebrações, confraternizações e passeios.

Segundo informações de uma das coordenadoras do referido grupo há 320 idosos inscritos no mesmo, mas, às reuniões quinzenais, comparecem apenas cerca de 30 a 40 pessoas. Entretanto, quando o evento envolve forró, há uma participação maior dos idosos. Na cidade, o forró dos idosos é uma fonte de animação, descontração e interações sociais.

Sobre o forró, uma moradora relata animadamente: “Esse forró para os idosos não tinha no Alagamar (zona rural de Jaguaribara). Mas, aqui o povo tudo inventa, na rua tudo inventam. Meu marido não vai porque não pode mais andar, mas eu vou e me divirto muito.” (ENTREVISTADA 27).

Refletindo sobre o grupo de idosos em Nova Jaguaribara, fica claro que esse espaço funciona como estratégia de recriação da sociabilidade⁷⁶ entre os idosos. Na cidade em que, os espaços são distantes e onde as pessoas não se encontram mais com facilidade seus vizinhos; essa associação vem promover encontros entre antigos amigos, como também a possibilidade de se construir novas amizades.

7.2 AS “INVENÇÕES” DA CIDADE

Venho relatando ao longo deste capítulo várias alterações no modo de viver de moradores que residiam na zona rural de Jaguaribara e agora residem em zona urbana. No contexto da mudança, que ocorreu de um espaço rural para um urbano, analiso as visões dos moradores em relação ao modo de vida na cidade. Nestes termos, examino a seguir, alguns relatos de moradores que considere interessantes, pois associaram a cidade nova à invenção e à “moda”. Segundo eles, nesse novo local “o povo inventa tudo”.

Uma das invenções mencionadas é a prática de cozinhar em fogão a gás. Contrapondo-se a esse hábito citadino, alguns moradores do Habitar Rural ainda utilizam o fogão à lenha. O uso do fogão a lenha revela pelo menos dois aspectos da realidade: a persistência dos costumes anteriores na cidade nova, como também a falta de condições financeiras dos moradores para utilizar o gás de cozinha. Sobre essa impossibilidade de cozinhar com gás, uma moradora afirma: “É a lenha porque não tenho condições de comprar gás. O fogão fica naquela barraca velha que os meninos fizeram, de pau misturado com tijolo” (ENTREVISTADA 22).

Além da persistência dos costumes antigos, o que percebi nesta afirmação é que existe na cidade uma impossibilidade de inclusão de todos os moradores enquanto população urbana com acesso aos serviços e equipamentos potencialmente existentes no meio urbano. Esta impossibilidade, conforme os entrevistados, decorre diretamente do baixo poder aquisitivo dos mesmos.

Na zona rural de Jaguaribara, tal como é comum em vários locais do interior, as pessoas cozinham a lenha; entretanto, na nova cidade alguns moradores mudaram para gás de cozinha.

⁷⁶ Sobre recriação de sociabilidade, encontraremos um estudo sobre deslocamento de população em Reis e Bloemer (2001:134).

Aqueles que não puderam realizar a mudança reclamam da falta de condições de fazê-lo e, dessa forma, utilizam fogareiros ou fogões à lenha, improvisados. Para os primeiros, nesses termos, o novo hábito significou melhoria. Para o entrevistado referido a seguir, na cidade tudo é diferente, e essas diferenças no modo de vida são positivas.

Aqui é tudo diferente, e essa diferença é um melhoramento. Eu estou agradecido a Deus; primeiramente eu agradeço a Deus, depois a essas pessoas que trabalharam pra fazer isso aqui, e deixar do jeito que tá hoje, e contemplar as coisas é uma felicidade muito grande. (ENTREVISTADO 4).

Já aqueles moradores que não tiveram condições de usufruir dos melhoramentos da cidade e inserir-se no contexto urbano, em vez da prática de cozinhar com gás de cozinha, improvisam formas diversas: a colocação de pedras e sobre estas as panelas, fogareiros de latas, ou ainda, outro arranjo que eu nunca tinha visto, mesmo já tendo andado bastante no interior do estado; refiro-me a uma adaptação feita em fogões comuns de quatro bocas, e no local em que se localiza o forno, os moradores colocam lenha e, na parte de cima, as panelas. Esses fogões adaptados são arranjos inventados pelos moradores para sobreviver na cidade. Essas invenções combinam o antigo e o moderno, o conhecido e a novidade. (MAGNANI, 2000).

Mesmo com todos esses arranjos que dispensam a compra do gás de cozinha, ainda existem aqueles que reclamam devido o custo para aquisição da lenha. Diferentemente da zona rural, onde, quase sempre, “era só pegar nos “matos”, na nova cidade a lenha tem que ser comprada”. Segundo uma moradora, “Lá a gente num comprava a lenha, e algumas coisas a mais que a gente não tinha.” (ENTREVISTADA 24). Outra moradora lamenta o gasto com a lenha e revela o quanto pagam pelo produto: “aqui a lenha é vendida, uma carroça custa R\$10,00 (dez reais).” (ENTREVISTADA 27).

Na nova cidade, os gastos aumentaram não só com a compra da lenha, mas também para o pagamento de outras despesas inexistentes na zona rural como contas de energia elétrica e água: “Era, lá eu num pagava água, num pagava luz, e assim quando desse certo comprava o querosene pras lamparinas [...] lavava no rio, secava lá no rio.” (ENTREVISTADA 22).

Analisando os relatos, percebi que, para os moradores, a cidade nova trouxe vantagens e desvantagens. Ou melhor, o que para alguns é vantagem como cozinhar a gás, ter

energia e água encanada, para outros, é desvantagem, pois estes serviços demandam custos. E alguns já estavam habituados a lavar roupas no rio, iluminar as residências com lamparinas. Dessa forma, as melhorias da cidade aparecem para alguns como imposição de umas práticas que ainda causam gastos com as quais a população não pode arcar.

O “criar” e o “plantar” no espaço urbano

No Habitar Rural, encontrei diferentes maneiras de organização das atividades diárias pelos moradores, se comparadas com aquelas exercidas na zona rural. Na nova cidade, as caminhadas em busca de água, a criação de animais e a plantação foram substituídas por outras tarefas domésticas como lavar roupas e louças na própria residência com água encanada.

Em relação à impossibilidade de criar na nova cidade foram evidenciados dois problemas: ao “criar” os moradores são criticados pelos vizinhos, devido os animais ficar soltos, ocasionando várias situações desagradáveis, tipo pular muros para comerem as plantas dos vizinhos e tudo o que encontrarem pela frente. Outra reclamação freqüente é que, ao pastarem nas ruas, eles sujam as calçadas de fezes.

Dessa forma, se para aqueles que mantêm a prática da criação, ela é conveniente e lhes assegura um reforço às estratégias de sobrevivência, na cidade, para alguns dos entrevistados apresenta-se como inconveniente. Na análise dessa conveniência e da sua negação recorro a De Certeau que me ajuda a compreender melhor o que seja esse “protesto” contra “práticas desagradáveis”.

A conveniência se impõe em primeiro lugar à análise pelo seu papel negativo. Ela se encontra no lugar da lei, aquela que torna heterogêneo o campo social proibindo que aí se distribua em qualquer ordem e a qualquer momento não importa que comportamento social. (DE CERTEAU, 1996:49)

A conveniência, para o referido autor, é uma espécie de substituto de regras. Assim, no caso em estudo, uma vez que, para aquela população a mudança para Nova Jaguaribara não se fez acompanhar de elevação do seu poder aquisitivo – de modo a poder ter acesso a serviços e equipamentos existentes na nova cidade e também a adquirir objetos ou utensílios do mundo moderno - boa parte dela traz para esse espaço práticas consideradas inadequadas. Nesses termos, tais práticas se traduzem como conveniência e, mesmo ferindo determinadas

regras, terminam por se impor, no “lugar da lei”, conforme as palavras de De Certeau. É nesse contexto que podem se explicitar conflitos sociais, nos processos interativos entre aqueles que criam animais na cidade e os que não o fazem e se sentem incomodados com tais comportamentos e práticas adotadas pelos primeiros.

Poderíamos então, pensar na questão da conveniência, como uma coerção social no sentido atribuído por Durkheim. Uma regra social que adquire a força da lei e pune, mesmo que psicologicamente, quem viola as normas sociais. A dificuldade de criar animais foi associada, muitas vezes, à dificuldade de sobrevivência, pois, a criação auxiliava na alimentação das famílias, fornecendo carne, ovos, leite, etc. Outra destinação dada aos animais é a venda que ajuda financeiramente os criadores.

A impossibilidade de criação também mudou a dinâmica da vida de muitas pessoas que cuidavam desses animais, no caso de bovinos e caprinos; retirando o leite pela manhã, levando-os para “pastar” nas margens do rio e se alimentarem dos matos existentes.

Uma moradora, fazendo analogia entre a prática na antiga e na nova cidade afirma, “Lá era diferente. Eu nunca passava sufoco, criava dois, três porcos, criava galinha. Aqui nada se pode criar, só se for galinha e como é que vai criar galinha se eu num tenho condição de comprar o comer da galinha, o milho.” (ENTREVISTADA 27).

Na maioria das entrevistas, quando os informantes se referiram à dificuldade em criar animais na nova cidade, associavam ao plantar que também é difícil no novo espaço. Para eles, a pequena plantação e a criação de animais em alguns casos, supriam a necessidade de alimentação de famílias inteiras. No novo local, são várias as desvantagens apontadas, relativas à impossibilidade de criação e plantação: “O povo que mora aqui, todo mundo se maldiz porque todo mundo plantava, todo mundo tinha sua terra, tinha seus bichos, seus porcos, tinha sua lenha perto.” (ENTREVISTADA 27).

Em entrevista, uma moradora relatou que vendeu suas galinhas e preferiu plantar no seu quintal. Em visita ao local, ela mostrou plantações de: feijão, jerimum, macaxeira, banana, abacaxi, cebolinha, pimenta de cheiro, etc. E, não só essa entrevistada, como outros, que plantam em seus quintais, reclamaram os gastos com água para manter suas plantações.

Nos relatos, percebi que sem as práticas de criar e plantar a vida torna-se mais difícil, pois, para a sobrevivência familiar todos os alimentos são comprados, e num momento de necessidade financeira, eles não têm mais seus animais para vender. Na fala de uma moradora sobre a dificuldade de criar, percebemos que mesmo antes de mudar ela já compreendia que na nova cidade não poderia continuar criando suas galinhas.

As que eu criava, soltei por lá, vai ser destruído por lá mesmo; quando nós fizemos planos de vir pra cá, tinha uma criação de galinha e acabei, pra num trazer, porque a moda daqui tem que ser diferente de lá; muitas coisas que a gente tinha lá, muitas coisas num podia trazer para cá. (ENTREVISTADA 27).

A entrevistada atribui a impossibilidade de criar a uma moda existente na cidade. Nesse caso, a “moda” urbana não permite atividades primárias de subsistência como: plantar e criar. Não só em Nova Jaguaribara, mas, em todas as zonas urbanas, a prática rural de uma economia de subsistência é inviável, dando lugar a uma economia de mercado. Sobre essa mudança nas formas de subsistência, uma moradora afirma: “Eu criava galinha, uns carneirinhos, aí tinha um beco por onde eles saiam, comiam, eu levava pro rio comigo [...] plantava milho, feijão. Aqui tudo é mais difícil, tudo é comprado, se você não tiver o dinheiro pra comprar, você não tem o que comer.” (ENTREVISTADA 9).

Em Nova Jaguaribara, a forma de sobrevivência mudou; percebemos nas falas anteriores certa coerção sobre a forma de viver na cidade, em que o comprar vem em oposição ao criar e ao plantar. O relacionamento com as estratégias de sobrevivência mudou, no entanto, a compreensão de vida e a situação financeira de muitos moradores continuam as mesmas.

Ainda sobre a dificuldade de sobrevivência na nova cidade, registrei relatos que atestam a insatisfação de alguns moradores: “Não gosto, porque é um lugar muito difícil, nunca gostei. Eu morava lá em casa alugada, mesmo assim não gosto do local, meu esposo começou a trabalhar agora, é um local muito difícil de viver.” (ENTREVISTADA 23).

Na nova cidade, os moradores convivem com dificuldades como a falta de emprego, preços elevados de alimentos e taxas de serviços básicos de água, esgoto e energia, o que faz com que muitos estejam insatisfeitos. Entretanto, existem àqueles que mesmo em meio a dificuldades, estão satisfeitos: “aqui, é como eu falei, pra quem é pobre, que não é

aposentado, que não trabalha é difícil, porque as coisas aqui é muita cara, mas dizer que eu tou satisfeito, tou.” (ENTREVISTADO 3).

A dificuldade existente na nova cidade decorre principalmente da falta de oportunidades de trabalho para os moradores. Uma alternativa de emprego surgida próxima à cidade é a criação de peixes em tanques. Uma empresa contratada pelo DNOCS faz a administração do criatório e emprega homens moradores da cidade. Essa criação de peixes em tanques é uma forma dos homens ganharem dinheiro para o sustento das famílias. Para uma esposa entrevistada essa forma de criar peixes é uma invenção da cidade: “O meu marido está trabalhando nos tanque dos peixes. Uns tanques de peixe que inventaram agora, aqui tudo o povo inventa.” (ENTREVISTADA 23).

Percebi através dos relatos dos moradores do Habitar Rural uma pluralidade de opiniões sobre a vivência em nova Jaguaribara. Foram várias mudanças na vida daquelas pessoas, algumas positivas como a localização das casas próximas aos equipamentos sociais, dispensando o gasto com transportes e tempo para usufruir dos serviços de saúde, escola, Banco, mercado, etc. E outras negativas, como a falta de emprego que, associada à dificuldade em agregar práticas de sobrevivência anteriores como: plantar, cozinhar com a realidade enfrentada diariamente pelos moradores para obtenção dos produtos mínimos para uma sobrevivência digna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança da população de Jaguaribara para Nova Jaguaribara causou, além de um reordenamento na localização das moradias dos jaguaribarenses, várias alterações no modo de viver dessas pessoas que estão relacionados: às mudanças nos trajetos diários, às relações de vizinhanças, às interações com pessoas de fora, às formas de lazer, às ocupações, etc.

A forma de pesquisa empreendida, privilegiando a fala dos moradores, suas visões sobre a vida cidadina, apontou grandes mudanças em suas vidas. Uma das principais referências foi relativa aos novos percursos a que os moradores tentam se adaptar, principalmente porque na nova cidade são mais extensos se comparados àqueles percorridos em Jaguaribara, já que a nova cidade tem uma configuração espacial mais extensa e bem diferente da antiga cidade. Os moradores do Habitar Rural que vieram da zona rural consideraram as distâncias curtas para se deslocarem ao hospital, ao mercado, ao Banco, etc., já que na morada anterior, necessitavam de transportes para ter acesso a esses equipamentos sociais que se localizavam na sede do município.

Os moradores do Habitar Rural, que agora residem juntamente com os outros moradores na zona urbana de Nova Jaguaribara, se referiram a essa mudança como uma união de Jaguaribara, ou seja, a zona rural e a sede que antes eram divididas agora estão juntas; alguns se referiram a Nova Jaguaribara, “como uma Jaguaribara só”, em contraposição à divisão existente na cidade anterior entre zona rural e zona urbana.

Em relação à vizinhança, os moradores se apresentaram inicialmente insatisfeitos com a mudança dos vizinhos, com a existência de muros separando suas casas; alegaram que a distancia entre as casas dificulta o processo de aproximação com os novos vizinhos. Entretanto, após dois anos de mudança, já era percebido um restabelecimento das redes de sociabilidade mesmo que com outras pessoas. O que antes, logo após a mudança, se apresentava em forma de uma cidade parada, sem trânsito de pessoas nas ruas, sem cadeiras nas calçadas dos vizinhos. Depois de algum tempo de convivência, surgem novos laços consolidados, cadeiras nas calçadas agregando novos vizinhos, grande fluxo de gente transitando nas ruas, a pé, em bicicletas, motos; pessoas na praça do mercado, transitando, sentadas nos canteiros, ou nas cadeiras das mesas das várias lanchonetes existentes lá.

Encontram-se, ainda, vários jovens sentados nos bancos da praça da igreja matriz e ainda sentados no chão nas ciclovias.

Além do restabelecimento de interações entre vizinhos que antes não se relacionavam, outro grupo de moradores com que os jaguaribarenses tiveram que interagir, foi aquele grupo denominado por eles como os de fora, na sua maioria pessoas vindas de outros municípios e estados para trabalharem nas obras da barragem do Castanhão.

A relação dos moradores com os de fora é algo que está causando tensões nas interações. Percebo esses conflitos como uma consequência do processo que fez com que esses grupos entrassem em contato. Parafraseando Elias (2000), essas tensões fazem parte de um mesmo processo onde dois grupos de indivíduos antes independentes tornam-se interdependentes. Exemplo disso é a freqüente movimentação dos de fora na nova cidade compartilhando dos benefícios sociais oferecidos pela prefeitura de Nova Jaguaribara como: vagas nas escolas; atendimento nos postos de saúde, nos hospitais; usufruto dos espaços de lazer, de comércio e religioso.

Além da forma de lazer antes mencionada, de pessoas movimentando-se em torno do mercado, nos seus canteiros, bares e lanchonetes surgiram também nos relatos menção a existência do Cajueiro Clube, que promove aos finais de semana festas freqüentadas por muitos jovens e adultos. No entanto, o referido Clube que fica localizado próximo ao Habitar Rural foi citado por esses moradores como fonte de barulho e desordem, ocasionando nos dias de festas incômodo aos moradores devido o trânsito intenso de pessoas durante as noites de festa.

Ainda sobre diversão, acrescento a existência do Fan Clube dos idosos que agrega mais de trezentos idosos associados. Este grupo promove entre os moradores de terceira idade interações e lazer através das reuniões quinzenais, das festas animadas por forró e dos passeios que ocorrem anualmente. Compreendo que o local está mais associado ao lazer, já que nos dias de festa o número de participantes excede bastante o número de idosos presentes nos dias de reuniões.

Das mudanças ocorridas com a transferência dos moradores, uma atingiu de forma negativa grande parte deles. Refiro-me a impossibilidade de exercerem no novo espaço

alternativas de sobrevivência, como: a pesca, a criação de animais, a plantação de cultura de subsistência, a lavagem de roupas no rio. A falta de condições de exercerem em Nova Jaguaribara essas ocupações faz com que esses moradores passem dificuldades de sobrevivência. Associado, a esta impossibilidade coexiste a falta de trabalho para esses moradores, que muitas vezes não estão qualificados para trabalhar nas obras da barragem Castanhão. A situação ainda se agrava devido no espaço urbano terem surgido novas despesas que grande parcela da população não pagava anteriormente como: conta de energia elétrica, água encanada e gás de cozinha.

Percebi em Nova Jaguaribara uma contradição na forma de sobrevivência dos moradores, pois enquanto inexistente trabalho para garantir a sobrevivência, sofrem uma relativa coerção para se habituarem aos padrões impostos pelo urbanismo. No entanto, alguns moradores mesmo sofrendo essas “coerções” insistem em práticas trazidas da antiga cidade como a criação de animais, entrando aí em choque com a visão daqueles que percebem a cidade como local inadequado para este tipo de atividade. A dificuldade de criar animais devido ao padrão urbano da cidade, de plantar devido ao espaço restrito dos quintais e o preço da água, faz a grande diferença na vida dos moradores que habituados a usufruírem do seu trabalho a alimentação são agora na maioria das vezes comprarem esses alimentos que antes não precisavam comprar. Não só as formas de sobrevivência mudaram como também: as novas formas de freqüentar o mercado, de transitar nas ruas, da adaptação permanente com pessoas de fora.

As formas de sociabilidades ocorridas em Nova Jaguaribara estão em constante transformação e mudanças. A permanência dos moradores na cidade e o relacionamento com uma nova vizinhança, novos trajetos, novas vestimentas e acessórios, novas formas de sobrevivência estão num processo constante de gestação e alteração. Ressalto que este estudo é limitado ao tempo em que estive observando e ao recorte que dei ao trabalho, dessa forma, muitos estudos ainda poderão e deverão ser empreendidos para uma melhor compreensão dos efeitos de uma mudança social.

REFERÊNCIAS

ARENDET, H. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa de Almeida. São Paulo: Perspectiva, 1968.

BARREIRA, Irllys de Alencar Firmo. Modernização política e questão social: diagramas do poder local. In: *Caderno CRH*, nº 1. Salvador: Centro de Recursos Humanos da UFBA. Centro Editorial e Didático, 1987.

BOURDIEU, P. Violência simbólica e lutas políticas. In: **Meditações Pascalianas**. Ceta: Oeiras, 1998.

_____. **Le Deracinement**: La crise de L agriculture traditionnelle en Algerie. Paris: Les Editions de Minuit, 1964.

BORGES, Manfredo Cássio de Aguiar. **A face oculta da Barragem do Castanhão**: em defesa da Engenharia Nacional. Fortaleza: IMOPEC, 1999.

BRAZ, Milena Marcintha Alves et al. *Educação e Liberdade*. Fortaleza: Brasil Tropical, 2004.

_____. **Nova Jaguaribara**: lugar da política religiosa. Fortaleza: Jornal O Povo/Opinião, 25/09/2004.

CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. 6. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, Cozinhar. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

DIÁRIO DO NORDESTE. Eixo de Integração Castanhão-RMF. Fortaleza: **DN-Regional**, 27/09/2002.

ELIAS, Norbert. **Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

EUFRÁSIO, Mario A. A Temática da sociabilidade na escola sociológica de Chicago. In: Miranda. Orlando de. Et. ali. **Sociabilidades**. São Paulo: Laboratório de Análises da Sociabilidade Contemporânea- FFLCH-USP, 1996.

FAILLACE, Sandra Tosta. **Comunidade, etnia e religião**: um estudo de caso na barragem de Ita (RS/SC) - Dissertação de Mestrado do museu nacional da UFRJ, 1990.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos, 1989.

_____. **O Saber Local**. Petrópolis: Vozes, 2000.

- _____. **Nova Luz sobre a Antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GIDDENS, Antony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Projeto Nova Jaguaribara** - diagnóstico dos atuais núcleos urbanos de Jaguaribara - sede e distrito de poço comprido. Fortaleza: SDU, Junho/1996.
- _____. **Plano de Mudanças**. 1987 –1991. Fortaleza. s/d.
- _____. **Consolidando o novo Ceará**. Plano de desenvolvimento sustentável/1998-2002. Fortaleza: SEPLAN, 2000.
- _____. **Mensagem à Assembléia Legislativa**. 1995. Fortaleza: IPLANCE, 1996.
- _____. **Contrato – PGE 17/2002** – Serviços de Consultoria para fechamento de um plano simplificado de reassentamento da população rural impactada pela implementação das obras do açude público Castanhão no estado do Ceará. Fortaleza: Plena Consultoria e Projetos, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- IMOPEC, **Jaguaribara: Resistindo e Vivendo**. Memória do Ceará 2. Fortaleza: IMOPEC, 1995.
- INFORME PUBLICITÁRIO. *Castanhão um mar de água doce para alimentar o progresso do Ceará*. Fortaleza: **Jornal O Povo**, 23/11/1995.
- JORNAL ESTADÃO - O estado de São Paulo. **Revista OESP**. Construção, negócios e informações setoriais, ano 5, nº 29, junho 2000.
- MAGNANI, José Guilherme C. **Na Metrópole: textos de antropologia urbana**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- MENESES, Cláudia. **A mudança: análise da ideologia de um grupo de migrantes**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília; INL, 1976.
- MEMÓRIA DO CEARÁ, **Jaguaribara resistindo e vivendo**. Fortaleza: IMOPEC, 1995.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal/ DNOCS - Encontro das Águas – **I Fórum Interamericano de Gestão dos Recursos Hídricos**. Fortaleza, Novembro, 1997.
- MIRANDA, Orlando A Sociabilidade na Teoria de Tönnies. In: Miranda. Orlando de ett ali. **Sociabilidades**. São Paulo: Laboratório de Análises da Sociabilidade Contemporânea- FFLCH-USP, 1996.
- MORAIS FILHO, Evaristo. **Simmel**. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

PROPOSTAS ALTERNATIVAS. **Fome e estrutura do poder no Ceará.** Fortaleza: IMOPEC, 1998.

PROPOSTAS ALTERNATIVAS. **Vale do Jaguaribe natureza e diversidade cultural.** Fortaleza: IMOPEC, 1999/2000.

RAIZES, **Jornal.** Janeiro/1999 a janeiro/2003 – IMOPEC.

SANTOS, Diana Lúcia Vieira. **Cordimarianas em Jaguaribara (1979 – 1999).** Fortaleza: IMOPEC, 1999.

SANTOS, Milton. A força do lugar. In: **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção.** 3ª edição - São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização.** São Paulo: Hucitec, 1999.

SCHILLING, Flávia. Um estudo exemplar: os parceiros do Rio Bonito de Antônio Cândido. In: Miranda. Orlando de et al. **Sociabilidades.** São Paulo: Laboratório de Análises da Sociabilidade Contemporânea- FFLCH-USP, 1996.

SILVA, Francisco Isac. **Jaguaribara de Santa Rosa.** Fortaleza: IMOPEC, 1999.

SIMMEL, George. **Teoria dos conflitos.** Circe: Saulxures, 1992.

VELHO, Gilberto. **O Desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira.** Rio de Janeiro: Campus, 1980.

_____. **A utopia urbana um estudo de antropologia social.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

_____. & Kuschnir, Karina (orgs). **Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.